



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

CRISTIANE SOUSA SANTOS

A GESTÃO ESCOLAR E O PROCESSO DE INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM
DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL:
um estudo no município de Feira de Santana – BA

Feira de Santana

2021

CRISTIANE SOUSA SANTOS

A GESTÃO ESCOLAR E O PROCESSO DE INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM
DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL:

Um estudo no município de Feira de Santana – BA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Feira de Santana, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Educação, na área de concentração Políticas Educacionais, Movimentos Sociais e Processos de Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Amali de Angelis Mussi

Feira de Santana

2021

CRISTIANE SOUSA SANTOS

A GESTÃO ESCOLAR E O PROCESSO DE INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM
DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL:

Um estudo no município de Feira de Santana – BA

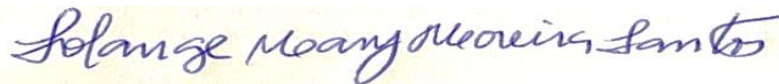
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Feira de Santana, área de concentração em Políticas Educacionais, Movimentos Sociais e Processos de Educação, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Educação.

Feira de Santana, Bahia, 19 de julho de 2021.

Membros da Banca Examinadora



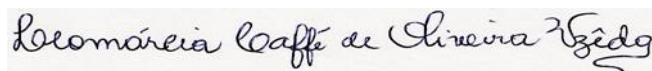
Orientadora: Profa. Dra. Amali de Angelis Mussi
Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS



Primeira Examinadora: Profa. Dra. Solange Mary Moreira Santos
Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS



Segunda Examinadora: Profa. Dra. Marcia Torres Neri Soares
Universidade do Estado da Bahia – UNEB



Terceira Examinadora: Profa. Dr^a. Leomárcia Caffé de Oliveira Uzêda
Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS

Resultado : APROVADO

Ficha catalográfica - Biblioteca Central Julieta Carteado - UEFS

Santos, Cristiane Souza

S234g A gestão escolar e o processo de inclusão de crianças com deficiência na educação infantil: um estudo no município de Feira de Santana - BA/ Cristiane Souza Santos. - 2021.

xxf.: il.

Orientadora: Amali de Angelis Mussi

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Feira de Santana.
Programa de Pós-Graduação em Educação, 2021.

1. Educação infantil. 2. Inclusão escolar. 3. Gestão escolar. 4. Educação especial. I. Mussi, Amali de Angelis, orient. II. Universidade Estadual de Feira de Santana. III. Título.

CDU: 376

À Júlia, minha doce filha, que me ensinou o significado da palavra amor!

Às crianças com ou sem deficiência e aos profissionais da Educação Infantil, que buscam diariamente construir uma escola inclusiva de fato!

AGRADECIMENTOS

À Deus e a nossa Senhora Aparecida, pela proteção!

Aos meus pais, por todo amor e cuidado, ao meu irmão Alisson pela proteção e carinho, a minha irmã Jaqueline por ser inspiração e incentivar dando forças para continuar. À minha filha Júlia fonte de luz na minha vida, ao meu companheiro Marcelo que com amor e paciência tem apoiado e compartilhado dos meus sonhos. Aos meus sobrinhos Arthur e Juan, por todo afeto. À família Braga Carvalho, por me escutar e ter sempre uma palavra de conforto nos momentos difíceis.

À minha Monica e a Wallery parceiras na sala de aula, tão importantes neste meu processo de estudo.

Minha gratidão às amigas irmãs Geíze e Luciana, essenciais na minha vida, amo muito vocês!

Às amigas (o) da Rosa Limão, (Pedagogia 2009 – UEFS), “da UEFS para a vida”.

À toda equipe da Pré – Escola Judite Alencar Marinho. A Rejane (amiga para todas as horas), Luciene, Bernadete, Jacilene, Aparecida (Cida), Sandra (*in memoriam*), Maria Alice (parceira amiga dos cursos, das produções artísticas e pedagógicas), por cada palavra que me fortaleceu diante dos obstáculos impostos nesta jornada.

Às professoras e à equipe gestora do CMEI, no qual foi realizado esta pesquisa, minha gratidão por toda contribuição, pois, mesmo neste momento de pandemia, disponibilizaram tempo para participar com relatos importantes na construção deste estudo.

À turma de Mestrado em Educação 2019.1 da UEFS, companheiros e companheiras que tornaram essa caminhada suave. A Sayonara e Francisca, pelo carinho, força e amizade, e através das palavras trouxeram refrigério aliviando os momentos de ansiedade.

Aos docentes do Programa de Mestrado em Educação da Universidade Estadual de Feira de Santana, em especial aos professores Doutores Welington Araujo Silva, Marco Antonio Leandro Barzano, Ivan Faria, Rita de Cássia Brêda Mascarenhas Lima e Maria Helena da Rocha Besnosik, que compartilharam conhecimento tão importantes para a minha formação.

Ao Núcleo de pesquisa ELUFOTEC (Grupo de pesquisa em Educação, Ludicidade Formação e Processos Tecnológicos na Universidade do Estado da Bahia) e ao grupo de Estudos da Brinquedoteca da UEFS, pela oportunidade de ampliar o conhecimento através dos estudos e trocas de experiências.

À professora Dra. Solange Mary, que desde a graduação tem sido referência nas questões relacionadas a Gestão escolar e compromisso com a educação pública.

À professora Dra. Márcia Torres inspiração na luta por uma escola inclusiva, que com sua sensibilidade e conhecimento me proporcionou momentos valiosos de reflexão ampliando meu olhar para a inclusão.

À professora Dra Leomárcia Caffé de Oliveira Uzêda, uma amiga iluminada, que transmite no olhar todo seu amor pela Educação Infantil e tem sido força inspiradora, nas minhas ações enquanto professora.

Gratidão em especial para minha Orientadora a professora Dra. Amali de Angelis Mussi, por todo cuidado, carinho, paciência, me conduzindo, aconselhando e compartilhando conhecimento em todo processo de construção desta pesquisa.

“Há muito tempo que eu caí na estrada
Há muito tempo que eu estou na vida
Foi assim que eu quis, e assim eu sou feliz
Principalmente por poder voltar
A todos os lugares onde já cheguei
Pois lá deixei um prato de comida
Um abraço amigo, um canto prá dormir e sonhar
E aprendi que se depende sempre
De tanta, muita, diferente gente
Toda pessoa sempre é as marcas
Das lições diárias de outras tantas pessoas
E é tão bonito quando a gente entende
Que a gente é tanta gente onde quer que a gente vá
E é tão bonito quando a gente sente
Que nunca está sozinho por mais que pense estar
É tão bonito quando a gente pisa firme
Nessas linhas que estão nas palmas de nossas mãos
É tão bonito quando a gente vai à vida
Nos caminhos onde bate, bem mais forte o coração
E aprendi...
O coração, o coração”
(Gonzaguinha – Caminhos do Coração)

RESUMO

A inclusão de crianças com deficiência na Educação Infantil tem ganhado destaque nas discussões no campo educacional em âmbito nacional e/ou internacional. Diante deste movimento a Educação Infantil, primeira etapa da Educação básica brasileira, nos últimos anos, tem apresentado um crescimento considerável de matrículas de crianças 0 a 5 público alvo da Educação Especial, em escolas regulares. Em vista disto, a equipe gestora, tem um papel importante no processo de inclusão, tanto nos aspectos administrativos como nos pedagógicos. Pensando na atuação da equipe gestora nas escolas de Educação Infantil, a presente pesquisa buscou compreender o papel da equipe gestora diante do processo de inclusão de crianças com deficiência, no contexto de um Centro Municipal de Educação Infantil situado no município de Feira de Santana/BA. Para tanto, propõe-se a adoção dos princípios da metodologia qualitativa de pesquisa se aproximando do estudo de caso, com uso de questionário e entrevista semiestruturada para a apreensão de dados com a equipe gestora (diretora e coordenadora pedagógica), bem como docentes, sobre o objeto de estudo em destaque. Os objetivos específicos levantados para esta pesquisa foram: a) descrever a compreensão da equipe gestora e docente sobre o processo de inclusão escolar de crianças com deficiência na educação infantil; b) identificar os elementos de gestão escolar necessários para a realização de processos de inclusão escolar de crianças na educação infantil; c) identificar as ações desenvolvidas pela Gestão Escolar para promover a inclusão de crianças com deficiência em um Centro Municipal de Educação Infantil de Feira de Santana; d) caracterizar o processo de formação continuada da equipe gestora que integra o Centro de Educação Infantil, no que se refere ao processo de inclusão escolar de crianças com deficiência. A partir dos dados coletados, foram estabelecidas categorias a serem analisadas: Categoria 1: Compreensão sobre o processo de inclusão escolar de crianças com deficiência na educação infantil; Categoria 2: Elementos da Gestão Escolar necessários para a realização de processos de inclusão escolar de crianças na educação infantil; Categoria 3: Ações desenvolvidas pela Gestão Escolar para promover a inclusão de crianças com deficiência em um Centro Municipal de Educação Infantil de Feira de Santana; Categoria 4: Formação continuada. Os achados da pesquisa revelam que, apesar das iniciativas em prol da inclusão realizadas pela equipe gestora em parceria com docentes e família, de acordo com os sujeitos há a necessidade de avançar na oferta de formação em exercício, ampliação da acessibilidade, garantia de materiais adaptados, o que tem impossibilitado que a inclusão aconteça de fato. Conclui-se que a inclusão de crianças com

deficiência na Educação Infantil, ainda é um desafio, principalmente para a equipe gestora, que perpassa desde a compreensão de escola inclusiva por parte dos profissionais da Educação e da família, até o investimento do governo através das políticas públicas de formação de professores, investimento na carreira e garantia de recursos, ações essas que ao serem realizadas podem contribuir para o desenvolvimento da autonomia e aprendizagem de crianças na mais tenra idade dentro do processo de inclusão.

Palavras-chave: Educação Infantil. Inclusão Escolar. Gestão Escolar. Educação Especial.

ABSTRACT

. The inclusion of children with disabilities in Early Childhood Education has gained prominence in discussions in the educational field at national and/or international levels. Faced with this movement, Early Childhood Education, the first stage of Brazilian Basic Education, in recent years, has shown a considerable growth in enrollment of children aged 0-5 years, the target audience of Special Education, in regular schools. In view of this, the management team has an important role in the inclusion process, both in administrative and pedagogical aspects. Thinking about the role of the management team in Early Childhood Education schools, this research sought to understand the role of the management team in the process of inclusion of children with disabilities, in the context of a Municipal Early Childhood Education Center located in the city of Feira de Santana/BA. Therefore, it is proposed to adopt the principles of qualitative research methodology, approaching the case study, using a questionnaire and semi-structured interview for the collection of data with the management team (director and pedagogical coordinator), as well as teachers, about the highlighted object of study. The specific objectives raised for this research were: a) to describe the understanding of the management and teaching team about the process of school inclusion of children with disabilities in early childhood education; b) identify the elements of school management necessary to carry out processes of school inclusion of children in early childhood education; c) identify the actions developed by the School Management to promote the inclusion of children with disabilities in a Municipal Child Education Center in Feira de Santana; d) characterize the continuing education process of the management team that integrates the Child Education Center, with regard to the process of school inclusion of children with disabilities. From the data collected, categories were established to be analyzed: Category 1: Understanding the process of inclusion of children with disabilities in early childhood education; Category 2: Elements of School Management necessary to carry out processes of school inclusion of children in early childhood education; Category 3: Actions developed by School Management to promote the inclusion of children with disabilities in a Municipal Child Education Center in Feira de Santana; Category 4: Continuing Education. The research findings reveal that, despite the initiatives in favor of inclusion carried out by the management team in partnership with teachers and families, according to the subjects, there is a need to advance in the provision of on-the-job training, expansion of accessibility, guarantee of adapted materials, which has made it impossible for inclusion to actually happen. It is concluded that the inclusion of children with disabilities in Early Childhood Education is still a challenge, especially for the management team, which

ranges from the understanding of inclusive school by education professionals and the family, to government investment through public policies for teacher training, investment in careers and guarantee of resources, actions which, when carried out, can contribute to the development of autonomy and learning of children at an early age within the inclusion process.

Key-words: Child education. School inclusion. School management. Special education.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Matrículas de crianças com deficiência Instituições de Educação Infantil regulares no estado da Bahia	21
Quadro 2 – Matrícula de crianças com deficiência em instituições regulares no município de Feira de Santana - BA	21
Quadro 3 – Cargos e funções existentes na instituição escolar	28
Quadro 4 – Crianças matriculadas e distribuídas em grupos.....	28
Quadro 5 – Descrição dos sujeitos da pesquisa.....	51

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC	Atividade Complementar
BA	Bahia
BDTB	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CAPES	Comissão de Aperfeiçoamento de pessoal do Nível Superior
CMEI	Centro Municipal de Educação Infantil
CNS	Conselho Nacional de Saúde
DNCR	Departamento Nacional da Criança
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EAD	Educação a distância
FORPRAD	Formação para Professores para Atuação no Atendimento Pedagógico Domiciliar e Classes Hospitalares
FUNDED	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
INTEREDUC	Centro Interprofissional de Atendimento Educacional Professora Marliete Santana Bastos
LDB	Lei de Diretrizes e Bases das Educação Nacional
PIB	Produto Interno Bruto
PCD	Pessoa com deficiência
PDE	Plano de Desenvolvimento da Escola
PME	Plano Municipal de Educação
PNE	Plano Nacional de Educação
PPP	Projeto Político Pedagógico
PROEI	Programa de Formação para Educação Inclusiva
REDA	Processo Seletivo Simplificado
SD	Síndrome de Down
SEDUC	Secretaria de Educação e Cultura
TDAH	Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
1.1	APRESENTAÇÃO: CAMINHOS DO CORAÇÃO	10
1.2	JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA DA PESQUISA: ENFRENTANDO O LEÃO ...	15
2	PERCURSO METODOLÓGICO E LÓCUS DA PESQUISA	23
2.1	CONTEXTO DA PESQUISA	27
2.2	SUJEITOS DA PESQUISA.....	29
2.3	ETAPAS E PROCEDIMENTOS DE PESQUISA	31
2.4	ANÁLISE DE DADOS	32
3	GESTÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL E OS ESTUDOS SOBRE A PRIMEIRA INFÂNCIA NO BRASIL: SEMENTES DO AMANHÃ	33
3.1	POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: A GENTE QUER VIVER PLENO DIREITO	38
3.2	GESTÃO ESCOLAR E INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: SEJA FORTE COMO A UNIÃO DOS NOSSOS CORAÇÕES TRABALHO E DOR	44
4	DIALOGANDO COM A PRÁTICA: CAMINHAR, APRENDER E ALARDEAR UNIVERSO INFINITO	49
4.1	CONHECENDO OS SUJEITOS: VOZES DE UM SÓ CORAÇÃO.....	50
4.2	REFLETINDO COM AS CATEGORIAS “VOZES DOS SUJEITOS”: TUDO COMEÇOU HÁ MUITO TEMPO E HÁ TANTA COISA AINDA PARA FAZER!...	522
4.2.1	Categoria 1: Compreensão sobre o processo de Inclusão Escolar de crianças com deficiência na Educação Infantil.....	53
4.2.2	Categoria 2: Elementos da Gestão Escolar necessários para a realização de processos de inclusão escolar de crianças na educação infantil.....	577
4.2.3	Categoria 3: Ações desenvolvidas pela Gestão Escolar para promover a inclusão de crianças com deficiência em um Centro Municipal de Educação Infantil de Feira de Santana.....	61
4.2.4	Categoria 4: Formação continuada	65
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS: DE VOLTA AO COMEÇO, AO FUNDO DO FIM	69
	REFERÊNCIAS	74
	APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO	85
	APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO (Formulário <i>on-line</i> via Google Docs)	87

APÊNDICE C – ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA.....	99
---	-----------

1 INTRODUÇÃO

*Eu apenas queria que você soubesse
Que esta menina hoje é uma mulher
E que esta mulher é uma menina
Que colheu seu fruto flor do seu carinho
Eu apenas queria dizer a todo mundo que me gosta
Que hoje eu me gosto muito mais
Porque me entendo muito mais também.*
(Gonzaguinha – Eu apenas queria que você soubesse)

Este estudo enfoca a compreensão sobre o papel da gestão escolar no processo de inclusão de crianças com deficiência na Educação Infantil, na perspectiva da equipe gestora e docente de um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) localizado no município de Feira de Santana – Bahia.

A definição por essa temática nasce da compreensão de que o direito de todos à educação é um compromisso inalienável na defesa da melhoria da qualidade de vida das pessoas e considera a emergência do investimento de pesquisas nessa temática, principalmente em um país tão diverso e desigual, onde a questão da inclusão escolar ainda é uma pauta pouco valorizada enquanto política pública.

Apoia-se também, na compreensão de que a inclusão vai além do acesso à escola, implica considerar modificações na dinâmica escolar, investimento no envolvimento, formação e participação de toda comunidade (interna e externa) no processo de planejamento da proposta educativa para o atendimento às necessidades de cada criança, assim como o apoio às ações pedagógicas para o desenvolvimento de um processo formativo pleno, na perspectiva da cidadania.

Diante da complexidade de que esse tema se reveste, este estudo circunscreve-se à discussão sobre o papel da equipe gestora no processo de inclusão de crianças com deficiência na educação infantil, a partir da perspectiva da própria equipe gestora e de professores diretamente envolvidos no processo de aprendizagem de crianças com deficiência. Buscou-se compreender o papel da gestão escolar nesse processo e tem como intenção a valorização da gestão escolar inclusiva, ou seja, um processo de gestão coletiva, democrática, humanizadora e sensível à busca de condições para a efetivação de processos de aprendizagem a todos e todas, indistintamente. Para tanto, os processos formativos, dentre eles, a formação de profissionais da educação, precisam colocar em relevo os sujeitos que dela participam, valorizando os espaços profissionais enquanto *locus* privilegiados de formação. Indo além, as políticas educacionais precisam investir nas condições de trabalho e de carreira dos profissionais nela

implicados, e ser considerada, de fato, uma política de Estado valorosa ao desenvolvimento nacional.

Retornando à epígrafe deste texto, Gonzaguinha descreve com poesia, a transformação de uma mulher que, se pode supor, fruto das relações, sentimentos e interações que estabeleceu em sua trajetória. Neste sentido, o processo de desenvolvimento pessoal e profissional revela dúvidas, acertos, reflexões e sentimentos experienciados sobre as relações que se constroem ao longo da trajetória e que proporcionam grandes aprendizados. Assim, o início desse estudo revela, de modo simples e sensível, as principais transformações experienciadas pela autora deste estudo para chegar ao seu objeto de investigação, uma inerência permeada por desafios, sabores, dissabores e ousadia, mas “que colheu seu fruto, flor do seu carinho [...] porque me entendo muito mais também”.

1.1 APRESENTAÇÃO: CAMINHOS DO CORAÇÃO

Relatar um pouco sobre a minha¹ trajetória, de modo a contextualizar o objeto de investigação ora proposto, não é tarefa fácil, pois me leva a recordar momentos marcantes que influenciaram diretamente na constituição pessoal e profissional. Nesta reflexão sobre a minha história, busquei inspiração na obra do cantor e compositor Gonzaguinha, iniciando com a epígrafe da música “Caminhos do Coração” para apresentar todo percurso enquanto professora da rede pública de ensino.

Os caminhos que me conduziram a esta pesquisa surgem no começo da minha carreira de Professora da Educação Infantil. No ano de 2010, recém-formada, fui aprovada no processo seletivo docente - Reda (Processo seletivo simplificado), para lecionar em uma Escola de Educação Infantil da Rede Municipal de Feira de Santana, experiência que iria mudar minha vida.

Ao assumir a vaga, me deparei com uma turma de grupo 03², a diretora me alertou que nesta turma estavam matriculadas duas crianças com deficiência e transtorno, uma com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e outra com Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH³) que não é uma deficiência sendo considerada uma síndrome que têm

¹ A apresentação se inicia com texto na primeira pessoa por se tratar de relato acerca da trajetória pessoal e profissional da autora desse estudo.

² Grupo 3 se refere à turma de crianças na faixa etária de 3 anos, pertence à primeira fase da Educação Infantil denominada como Creche.

³ O Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) não é considerado uma deficiência. De acordo com a Associação Brasileira do Déficit de Atenção (ABDA), o TDAH é uma síndrome que tem sua etiologia multifatorial, dentre os quais, possui aspectos neurobiológicos, genéticos e ambientais.

como característica principal a desatenção e a dificuldade de concentração, ambas diagnosticadas por um médico Neurologista. Ao tomar conhecimento desse contexto, me senti insegura, embora minha graduação tivesse contribuído para a compreensão de que crianças com deficiência, assim como toda criança, têm direito a uma vida plena em sociedade, e na escola, de serem atendidas suas necessidades específicas de desenvolvimento e aprendizagem, com vistas ao bem-estar e à qualidade de vida.

Sem experiência e recém-formada, iniciei minha trajetória profissional angustiada, com medo de não conseguir, e foi nesta situação que como diria a letra da canção de Gonzaguinha, “aprendi que se depende sempre de tanta, muita, diferente gente. Toda pessoa sempre é as marcas das lições diárias de outras tantas pessoas”. Foi preciso coragem para assumir que precisava de ajuda, e tive um apoio necessário para iniciar. Com o apoio, tanto dos familiares quanto da equipe gestora, fui buscando informações para melhorar minha prática na tentativa de oferecer a essas crianças uma educação inclusiva de fato, que garanta oportunidades efetivas de desenvolvimento e aprendizagem de qualidade.

As escolas de qualidade são espaços educativos de construção de personalidades humanas autônomas, críticas, espaços onde crianças e jovens aprendem a ser pessoas. Nesses ambientes educativos, ensinam-se os alunos a valorizar a diferença pela convivência com seus pares, pelo exemplo dos professores, pelo ensino ministrado nas salas de aula, pelo clima socioafetivo. (MANTOAN 2003, p. 63-64)

Porém, o desafio, aos poucos, foi se transformando em projeto de vida, que despertou o desejo de estudar e entender como aquelas crianças poderiam ser incluídas no contexto escolar. E a cada dia fui descobrindo, que um(a) professor(a) está em constante aprendizado, e que na prática o olhar para o outro, o respeito à singularidade e a valorização das pessoas será um diferencial no processo de aprendizagem das crianças e dos(as) professores(as), na própria valorização da escola e de suas equipes.

Já nomeada através de concurso público para atuar na Educação Infantil, também vivenciei situações em que fui me aprofundando na questão da inclusão, enquanto um processo que exige o envolvimento da comunidade escolar. Me lembro de uma situação na qual a instituição em que leciono, iria receber criança com paralisia cerebral em cadeira de rodas. Esta notícia causou certo desconforto por parte da equipe de profissionais da Educação, surgindo um questionamento que me chamou muita atenção: O que esta criança irá fazer aqui? Seguido de uma afirmação: Aqui não é escola para ela estudar! Nessa ocasião, a equipe gestora promoveu uma roda de conversas, que teve como convidada uma professora especialista em Educação Especial, para esclarecer aspectos legais sobre o direito da pessoa com deficiência, e

conscientizar toda equipe sobre a importância da efetivação da lei, discussões que me trouxeram inquietações e a necessidade de estudar mais sobre o assunto.

A partir deste desejo de aprender, fui buscando conhecimento através de cursos e teóricos que me dessem um embasamento para promover a inclusão de crianças no processo educacional. Apesar de ter consciência de que existem outros aspectos que dificultam esse processo, fui despertando interesse por áreas que considero muito importantes: Educação Infantil, Educação inclusiva, Educação Especial e Gestão Escolar. Mais especificamente, nos processos de inclusão de crianças com deficiência na Educação Infantil na perspectiva da Gestão Escolar.

Ciente de que a formação é um processo permanente, busquei, mesmo que de modo isolado, realizar leituras sobre o processo de inclusão, e me sentia a cada leitura, ainda mais envolvida pela temática. Iniciando os estudos na área, encontrei no Livro “Inclusão na Educação Infantil”, do autor Rogério Drago (2011), suporte teórico para estabelecer o diálogo sobre a inclusão de crianças com deficiência na educação infantil, a partir das suas especificidades no processo de escolarização. O autor reforça que a educação inclusiva tem o compromisso de promover uma educação que inclua e respeite as singularidades contemplando todos(as) os(as) alunos(as).

Drago (2011) defende a educação inclusiva de modo amplo e complexo, em conformidade com o tema requer. Implica em garantir uma nova lógica na organização escolar, um novo paradigma de educação e de formação de profissionais da educação, a partir de uma perspectiva mais humana nas relações interpessoais e na própria concepção de educação. A inclusão é um conceito que emerge da complexidade e, como tal, exige o reconhecimento e a valorização de todas as diferenças que contribuiriam para um novo modo de organização do sistema educacional.

Assim como Drago, outro autor que contribuiu para a ampliação de minha compreensão sobre a inclusão escolar enquanto educação de boa qualidade para todos e todas indistintamente:

A inclusão diz respeito a todos os alunos e não somente a alguns. Ela envolve uma mudança de cultura e de organização da escola para assegurar acesso e participação para todos os alunos que a frequentam regularmente e para aqueles que agora não estão a serviço segregado, mas que pode retornar à escola em algum momento no futuro. A inclusão não é a colocação de cada criança individual nas escolas, mas é criar um ambiente onde todos possam desfrutar o acesso e o sucesso do currículo e tornarem – se membros totais da comunidade escolar e local sendo, desse modo, valorizados. (MITTLER, 2003, p. 236).

A compreensão de que o contexto escolar, como um todo, se implica no processo de inclusão de crianças com deficiência foi se fortalecendo a cada dia, a cada leitura e a cada novo desafio da prática docente. Aos poucos, sentimentos de medo e angústia foram se transformando em inquietações, e os desafios, em motivação para buscar fazer melhor, desejos de superação.

Assim, fui construindo a minha prática, buscando meios e modos de remover as barreiras para a aprendizagem das crianças e, no decorrer dos anos, outras crianças com deficiências foram matriculadas na escola onde leciono. Nessa trajetória, pude acompanhar de perto os desafios para inclusão relacionadas à acessibilidade, políticas públicas, necessidades formativas, relação escola-família, entre outras questões.

Como docente e servidora do sistema público de educação infantil, minhas inquietações se ampliavam e a cada dia, sentia aumentar a minha responsabilidade para com o processo de inclusão. Assim, em 2014, participei da seleção interna para coordenador pedagógico promovida pela Secretaria de Educação do Município de Feira de Santana, mas só assumi a coordenação no ano 2018, período em que percebi o quanto a Gestão Escolar tem um papel importante no processo de inclusão, não só na parte administrativa, mas também no pedagógico.

A partir de 2018, integrando a Gestão, participei do processo de inclusão de algumas crianças com deficiência. O contato com os pais e familiares, a mediação com as professoras foram questões complexas, e ao participar de encontros promovidos pela Secretaria Municipal de Educação (SEDUC) e ao compartilhar com outras coordenadoras, notei essa complexidade, a dificuldade era algo vivenciado pela maioria das escolas de Educação Infantil.

Essa passagem pela Equipe Gestora me permitiu ter uma visão diferente da inclusão, agora no aspecto do currículo, da formação dos professores e da própria gestão administrativa. Possibilitou-me compreender que adaptar a escola para garantir a educação inclusiva não se resume apenas à acessibilidade, a eliminar as barreiras arquitetônicas dos prédios escolares; mas sim, que é preciso ter um novo olhar para o currículo escolar, proporcionando a todos(as) os(as) alunos(as) o acesso aos processos de aprendizagem acompanhando o seu desenvolvimento cognitivo e social no cotidiano escolar. Consequentemente, um novo olhar também para a formação dos profissionais da educação que atuam nas instituições de ensino, o que na Educação Infantil se torna ainda mais complexo, por se tratar de uma etapa da Educação ainda recente, na qual a sua obrigatoriedade só acontece a partir dos quatro anos de idade, mas que aos poucos vem ganhando espaços nas discussões acadêmicas, e que precisa ser conhecida por ser um importante processo no desenvolvimento humano.

O interesse pela temática foi se revigorando através das pesquisas e formações continuadas das quais participei. Assim, fortalecida por leituras, a exemplo de Mantoan (2003), fui ampliando a compreensão de que a efetivação de processo de inclusão de crianças com deficiência exige que a escola tenha uma proposta educativa que valorize as potencialidades dos estudantes, e também as próprias condições do corpo docente para desenvolver o processo de ensino inclusivo. Implica em criar condições de trabalho pedagógico nas quais os diferentes saberes se articulem, respeitem os diferentes ritmos dos estudantes, em um processo que vai se entremeando a partir do diálogo, da escuta cuidadosa, na relação pedagógica interativa com os pares, com a equipe gestora, com a comunidade escolar e com diferentes campos do conhecimento. Mas, a gestão escolar é complexa: cuida do administrativo, da infraestrutura, dos recursos humanos e materiais, das relações, da mediação de pessoas, da merenda escolar, coordena campanhas que tratam da saúde da comunidade e ainda, da produção de uma proposta educativa inclusiva. Nesse contexto, me pergunto: de fato, o que cabe à equipe gestora? Como o próprio gestor compreende ser o seu papel nesse processo?

Hoje, me encontro na docência na educação infantil e recebo, anualmente, crianças com deficiência. Me sinto muitas vezes só, mas entendo também que esse sentimento não é só meu. Sei que ainda temos muito o que caminhar nesse processo de construção de uma escola inclusiva, mas também vejo que algumas escolas de educação infantil começam a despontar pela boa prática que realizam e me sinto curiosa: o que faz determinada escola assumir uma boa referência no processo de inclusão? Dentre as respostas, uma me encanta: a equipe gestora em proximidade com a equipe docente.

Com essa perspectiva, participei da seleção para o Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Feira de Santana, com o interesse em discutir a questão do papel da gestão no processo de inclusão de crianças com deficiência na educação infantil.

Nesse estudo, vou ater à discussão da inclusão no âmbito escolar, entendendo que esse é um dos caminhos que viabiliza a meta da inclusão social. No entanto, esse é o caminho basilar e inerente a ser trilhado, pois na escola se constrói propostas, incentiva o trabalho em equipe, investe em processos de formação e desenvolvimento profissional, desenvolve atitudes, desfaz mitos, de forma consistente e comprometida.

Fazendo mais um recorte, vou discutir detalhadamente sobre o papel da gestão escolar no processo de inclusão de crianças com deficiência, na perspectiva da equipe gestora e docente de um Centro Municipal de Educação Infantil, localizado no município de Feira de Santana, sobre os processos inclusivos. Aposta na importância da escuta atenta, no sentido de dar a voz à equipe gestora e docente, buscando:

- a) Descrever a compreensão da equipe gestora e docente sobre o processo de inclusão escolar de crianças com deficiência na educação infantil;
- b) Identificar os elementos de gestão escolar necessários para a realização de processos de inclusão escolar de crianças na educação infantil;
- c) Identificar as ações desenvolvidas pela Gestão Escolar para promover a inclusão de crianças com deficiência em um Centro Municipal de Educação Infantil de Feira de Santana;
- d) Caracterizar o processo de formação continuada da equipe gestora que integra o Centro de Educação Infantil, no que se refere ao processo de inclusão escolar de crianças com deficiência.

A escassez de trabalhos sobre a temática é uma justificativa importante para a sua realização. Além dela, espera-se, com a realização desta pesquisa, possa contribuir para a compreensão do processo de inclusão escolar na educação pública municipal de Feira de Santana - BA. especialmente no que se refere à perspectiva da equipe gestora do Centro Municipal de Educação Infantil. Como também , contribuir para a produção de políticas educacionais que valorizem o processo de inclusão e dê as devidas condições de formação e trabalho à equipe de profissionais que nela atua.

Em continuidade, a próxima seção apresenta uma síntese dos motivos que justificam e oferecem relevância para a realização dessa pesquisa, a partir da revisão de literatura.

1.2 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA DA PESQUISA: ENFRENTANDO O LEÃO

*Eu acredito é na rapaziada.
Que segue em frente e segura o rojão.
Eu ponho fé é na fé da moçada.
Que não foge da fera e enfrenta o leão...
(Gonzaguinha – E vamos à luta!)*

Ao iniciar os estudos sobre determinado objeto de pesquisa é necessário realizar um levantamento bibliográfico para que se possa, através dos dados encontrados, avaliar sua relevância, identificar os autores que já discutiram essa temática, se existem trabalhos com esse mesmo objeto, entre outros aspectos, para obter uma visão mais refinada desses dados:

Pode-se afirmar, então, que realizar um levantamento bibliográfico é se potencializar intelectualmente com o conhecimento coletivo, para se ir além. É munir-se com condições cognitivas melhores, a fim de: evitar a duplicação de pesquisas, ou quando for de interesse, reaproveitar e replicar pesquisas em diferentes escalas e contextos; observar possíveis falhas nos estudos realizados; conhecer os recursos necessários para a construção de um estudo com características específicas; desenvolver estudos que cubram lacunas na literatura trazendo real contribuição para a área de conhecimento; propor temas, problemas, hipóteses e metodologias inovadoras de pesquisa; otimizar recursos disponíveis em prol da sociedade, do campo científico, das instituições e dos governos que subsidiam a ciência. (GALVÃO, 2010, p 1)

É importante apresentar, mesmo que de modo resumido, alguns dos estudos e pesquisas que encontramos durante a realização de nossa busca temática, que apresentam alguma relação com o foco de nosso estudo. A princípio, nos cabe informar que não encontramos nenhum trabalho sobre o papel da gestão escolar no processo de inclusão de crianças na educação infantil, no município de Feira de Santana.

Nesta seção, apresentamos de forma sucinta, alguns resultados do levantamento bibliográfico, relacionado a pesquisas que abordam em sua temática o processo de inclusão de crianças na Educação Infantil, com destaque para alguns dos estudos levantados que envolvem a inclusão escolar no município de Feira de Santana. Após, passamos para uma breve caracterização sobre o levantamento de dissertações e teses até então realizados, a partir dos descritores “Educação infantil, Educação Especial, Gestão Escolar”.

A pesquisa de Silva (2018), com a temática “A convivência entre crianças com e sem deficiência e o papel do professor na educação infantil”, promove uma reflexão sobre a inclusão em salas regulares baseada em um estudo de caso, no qual o autor, através de suas análises, observou que a convivência entre crianças sem e com deficiência trouxe benefícios para a turma.

Dentre as pesquisas, identifiquei uma relacionada à formação de professores, e que foi realizada pelas pesquisadoras Amorim; Lima; Araújo (2017), trabalhando o tema “Formação de Professores da Educação Infantil: Reflexões Sobre a necessária instrumentalização teórica do profissional atuante com criança com ou sem deficiência”. Nessa pesquisa, as autoras buscaram traçar o perfil de vinte e seis professores que atuam na Educação Infantil, que lecionam para crianças com ou sem deficiência, realizando uma análise de dados que resultou na constatação de que esses profissionais, que atuam diretamente com crianças com deficiência, possuem formação continuada em sua grande maioria na área da Educação Especial, já no caso dos professores regentes, prevaleceu a Especialização em Psicopedagoga.

Também fizemos uma busca sobre a temática da inclusão escolar de crianças no município de Feira de Santana – BA, uma vez que na Universidade Estadual de Feira de Santana

há um grupo de pesquisa já consolidado na academia, por suas fortes contribuições, que se intitula Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Especial (GEPEE) e o próprio Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UEFS) que tem apresentado alguns estudos realizados no município, tanto nas redes públicas, quanto em unidades específicas de educação especial.

Dessa busca, nos importa apresentar alguns dos estudos realizados, especialmente os que revelam alguma aderência com a nossa temática. A esse respeito, cabe destacar o estudo de Ferreira (2016), que teve como objetivo analisar a percepção de cinco (05) professoras que atuam em uma escola especial no município de Feira de Santana acerca da organização da sua prática pedagógica, em uma perspectiva inclusiva. Este estudo proporcionou a apresentação do cenário escolar e os conflitos e/ou desafios enfrentados pelas professoras da instituição. As análises dos depoimentos das entrevistadas apresentaram questões pontuais a respeito do olhar docente acerca da deficiência e inclusão, da docência na Educação Especial e as repercussões desta no contexto escolar, principalmente na relação ensino-aprendizagem.

A tese de doutorado de Pimentel (2007), discute sobre o processo de formação do pensamento conceitual por alunos com Síndrome de Down (SD) inseridos em escola regular, especificamente, em duas escolas no município de Feira de Santana - Bahia: uma escola da rede municipal de ensino, iniciando-se no processo de inclusão, e outra da rede particular de ensino, com uma longa trajetória na prática de educação inclusiva. Entre os achados, a pesquisa aponta que, num processo de mediação pedagógica e de cooperação entre pares de alunos, a apropriação dos conceitos dá-se de forma mais efetiva e que os alunos com SD são capazes de se apropriar de conceitos com eficácia, tendo em vista as interações que acontecem no ambiente de sala de aula.

Outro estudo realizado que envolve a inclusão no município de Feira de Santana, é o das pesquisadoras Soares e Soto (2007), intitulado: A Consolidação do Sistema Educacional Inclusivo no Município de Feira de Santana – Ba, que teve como objetivo apresentar o que a rede municipal de ensino de Feira de Santana vem propondo em relação às políticas públicas direcionadas a efetivação de um sistema educacional inclusivo

A pesquisadora Duboc (2009) trouxe um estudo sobre Inclusão Educacional: uma análise das Leis do Município de Feira de Santana, no qual se propõe a responder um questionamento: O que indicam as determinações legais do município de Feira de Santana sobre o processo de inclusão educacional das pessoas com Necessidades Especiais? Numa análise documental constatou que a Lei Orgânica incorporou dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, sinalizou para a educação inclusiva, indicando as formas de

viabilizá-la. Já as demais leis consultadas convergem para a acessibilidade das pessoas com deficiência aos espaços públicos, sem dar a atenção devida às questões da educação.

Diante do levantamento, também fizemos uma busca bibliográfica para levantar o que foi explanado brevemente aqui, na qual observamos a escassez de estudos voltados ao Processo de Inclusão na Educação Infantil, principalmente tendo como objeto a gestão escolar. Desse modo, a realização da pesquisa aqui proposta poderá contribuir para a expansão das discussões sobre Inclusão na mais tenra idade, fortalecendo o debate.

E é nessa perspectiva, que, parafraseando Gonzaguinha “Eu acredito é na rapaziada”, e acreditando é que sigo, embasada nos estudiosos da área, buscando desenvolver uma pesquisa que, quiçá contribua para o fortalecimento da pesquisa em Educação Infantil na perspectiva da Educação Inclusiva.

Em continuidade, sentimos a necessidade de investigar as produções na área, através de levantamento realizado na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), e no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), utilizando os descritores “Educação infantil, Educação Especial, Gestão Escolar”.

Ao iniciar a busca na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), e pesquisar o descritor Educação Infantil, encontrei 4683 trabalhos numa visão geral por relevância, a partir do ano de 1978. Vale salientar que esse descritor, por ser o principal, por se tratar de uma pesquisa realizada na primeira etapa da educação básica, necessitava de que se aprofundasse a pesquisa. Identificamos que a pesquisa em Educação Infantil teve um lento crescimento desde o ano de 1978, sendo que nos anos 1981, 1983, 1985, 1987 e 1989 não foram encontrados trabalhos nesta área da Educação. Foram encontrados também 10 trabalhos de pesquisadores pertencentes a Universidade Estadual de Feira de Santana.

Após obter a visão das produções relacionadas à Educação Infantil, partimos para a pesquisa dos descritores Educação Especial e Gestão Escolar. Considerando Educação Infantil como tema central, buscamos trabalhos da Educação Especial na Educação Infantil e da Gestão Escolar na Educação Infantil, elegendo o período de 2009 a 2019. Ao pesquisar Educação Especial na Educação Infantil foram encontrados 59 trabalhos, 44 relacionados à Gestão Escolar na Educação Infantil. 2 trabalhos contemplam os descritores Educação Especial, Educação Infantil, Gestão Escolar, aparecendo também os descritores Políticas Públicas e Planos Nacionais de Educação.

Avançando para a pesquisa nos Periódicos CAPES, com o descritor principal, Educação Infantil, foram encontrados 11.409 trabalhos com essa temática. Ao lançar os descritores Educação Infantil e Educação Especial, por relevância, aparecem 330 trabalhos, porém ao

realizar uma busca refinada, foram identificados apenas 30 trabalhos que estão relacionados diretamente a esses descritores, e 12 destes trabalhos apresentaram maior relevância para a pesquisa, pois abordam em suas temáticas a Educação Infantil na perspectiva da inclusão de crianças com deficiência.

Nos descritores Educação Infantil e Gestão Escolar foram encontrados 953 trabalhos, dos quais 6 estão relacionados aos descritores, destes, apenas 1 trabalho apresentou relevância se aproximando do objeto da pesquisa.

O trabalho citado, trata-se de um estudo realizado por Melo e Luz (2015) “A importância da gestão na formação dos profissionais da Educação Infantil: respeito às diversidades”, tomou como parâmetro para o desenvolvimento da pesquisa, discussões desencadeadas na organização e participação de um Grupo de Estudos, espaço de reflexão sobre a função dos gestores/profissionais da Educação Básica, bem como os contornos da formação continuada dos quais muitos vêm participando e buscando modificar a prática em suas instituições. As pesquisadoras através das suas análises concluíram que se trata de reconhecer a importância de um esforço que intenciona provocar a reflexão sobre as ações que possibilitam desencadear a construção de uma “cultura de gestão” para a instituição de Educação Infantil permeada pelo diálogo, escuta do outro e partilha de saberes. Não foram encontrados trabalhos que contemplassem os três descritores: Educação Infantil, Educação Especial e Gestão Escolar.

A partir das buscas e análises dos trabalhos, nota-se que na biblioteca virtual BDTD, foram encontrados apenas dois trabalhos com relevância para pesquisa: uma de autoria de Martins (2018), que em sua pesquisa intitulada “A Inclusão de Crianças com Deficiência na Educação Infantil: políticas públicas na visão dos professores”, realizou sua investigação a respeito da política de inclusão na Educação Infantil, direcionando seu olhar para o Município de Franca – SP. A partir da sua análise, Martins concluiu que a inclusão de crianças com deficiência na Educação Infantil era algo recente no Município de Franca, identificando que não existe em Franca uma política de inclusão voltada para a realidade da Educação Infantil.

Outra pesquisa intitulada “Educação Infantil, Educação Especial e Planos Nacionais de Educação no Brasil Pós 1990”, Souza (2018), teve como objetivo analisar as políticas públicas de educação infantil e de educação especial materializadas nos Planos Nacionais de Educação de 2001 e 2014, considerando as especificidades do Estado brasileiro e o processo de lutas para a garantia do direito à educação das crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, concluindo em seu trabalho que ainda há o agravamento dos riscos de perdas de direitos sociais, o que ocasionará impactos na educação das crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas

habilidades/superdotação, matriculadas na educação infantil, após o ano 2016. Finalmente reconhece a importância das lutas coletivas e da resistência em torno da defesa de uma educação emancipatória e contra hegemônica.

Enquanto na fonte eletrônica Periódicos CAPES constatamos que existe um número considerável de trabalhos relacionados à Educação Infantil na Educação Especial, ainda é escasso o número de produções relacionadas ao assunto Gestão Escolar e Educação Infantil. Dessa forma, torna-se importante ampliar os estudos sobre Gestão Escolar e o processo de inclusão na Educação Infantil, estimulando outras pesquisas que contemplem esta temática. Indo além, precisamos conhecer como esse processo vem sendo realizado no Estado da Bahia, mais especificamente, na rede pública de Feira de Santana, lócus de investigação de nosso objeto.

Nesta perspectiva, o presente trabalho, intitulado “A Gestão Escolar e o Processo de Inclusão de crianças com deficiência na Educação Infantil: um estudo no Município de Feira de Santana – BA”, pretende compreender o papel da equipe gestora no processo de inclusão de crianças com deficiência, na escola de Educação Infantil.

Assegurar o ingresso e a presença de crianças, público-alvo da educação especial (estudantes (as) com deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD) e altas habilidades/superdotação), na educação infantil, é um direito público e subjetivo que deve ser cumprido integralmente, uma vez que está previsto, em forma de Lei, na Constituição Federal de 1988. Todavia, a despeito disso, percebe-se que ainda é pequena a presença de crianças com deficiência no processo educacional, mesmo observando uma crescente evolução na taxa de matrícula de crianças com deficiências (diagnosticadas), é o que nos afirma o Censo escolar realizado pelo site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP):

O número de matrículas na educação infantil cresceu 11,1% de 2014 a 2018, atingindo 8,7 milhões em 2018. Esse crescimento foi decorrente, principalmente, do aumento das matrículas da creche. Na faixa etária adequada à creche (até 3 anos de idade), o atendimento escolar é de 32,7% (Fonte: IBGE/PNADc – 2017), enquanto a meta do PNE é de 50% da população nessa faixa etária. No período de 2014 a 2018, as matrículas em creche cresceram 23,8%. Na faixa etária adequada à pré-escola (4 e 5 anos), o atendimento escolar é de 91,7% (Fonte: IBGE/PNADc – 2017). O Plano Nacional de Educação estabelece a universalização do atendimento escolar nessa faixa etária. (BRASIL, 2019, p. 1)

Os dados do Censo de 2020, divulgaram resultados preliminares do censo 2020, através da Portaria nº 777, de 28 de setembro de 2020, apresentando o número de matrículas de alunos com deficiência no âmbito nacional e destacou cada estado e seus respectivos municípios. Um

recorte nos dados relacionados às matrículas de crianças com deficiência na Educação Infantil, em creches e pré-escolas no Estado da Bahia e no município de Feira de Santana, encontramos os seguintes números apresentados nos quadros a seguir:

Quadro 1 – Matrículas de crianças com deficiência nas Instituições de Educação Infantil regulares no estado da Bahia

MATRÍCULA DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA EM ESCOLAS REGULARES NO ESTADO DA BAHIA				
	CRECHES		PRÉ – ESCOLA	
	PARCIAL	INTEGRAL	PARCIAL	INTEGRAL
Estado Urbano	0	0	0	0
Estado Rural	8	0	786	0
Município Urbano	35.432	72.904	141.766	20.388
Município Rural	21.805	15.175	88.010	7.421
Município / Estado	57.245	88.075	230.562	27.809

Fonte: BRASIL (2020, p. 109).

Quadro 2 – Matrícula de crianças com deficiência em instituições regulares no município de Feira de Santana - BA

MATRÍCULA DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA EM ESCOLAS REGULARES NO MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA - BA				
	CRECHE		PRÉ-ESCOLA	
	PARCIAL	INTEGRAL	PARCIAL	INTEGRAL
Estado Urbano	0	0	0	0
Estado Rural	0	0	0	0
Município Urbano	1042	1274	3587	1740
Município Rural	702	13	1669	673

Fonte: BRASIL (2020, p. 117).

Diante desta realidade, a inclusão de crianças com deficiência na Educação Infantil, é uma situação que preocupa, especialmente a equipe gestora, considerando o fato de que a maioria das escolas enfrenta dificuldade em oferecer para essas crianças um espaço inclusivo:

São vários fatores que dificultam esse processo de inclusão, escolas sem estrutura física que contemple a acessibilidade, a falta de professores, a dificuldade em obter um diagnóstico, o déficit na formação de professores, são alguns desses desafios cotidianos enfrentados pelas instituições públicas (SANTOS ; ALMEIDA (2017, p. 6).

Além disso, as políticas educacionais pouco contemplam os processos de inclusão de crianças em escolas de educação infantil, pois, segundo Campos (2008, p. 1) “a educação

infantil é caracterizada como um serviço, afastando-se da concepção de bem público que deve ser garantido a crianças e familiares”, desconsiderando a singularidade da criança e a importância da garantia dos direitos, especialmente para crianças com necessidades especiais.

Nessa perspectiva, pensando na inclusão de crianças com deficiência nas instituições escolares, especificamente, nos CMEIs, esta pesquisa pretende fazer um recorte temático através de um estudo realizado em um Centro Municipal de Educação Infantil, situado no Município de Feira de Santana. Objetiva acompanhar o processo de Inclusão tomando como referência a atuação da equipe gestora, buscando, objetivamente, compreender seu papel diante do processo de inclusão de crianças com deficiência, no contexto de um Centro Municipal de Educação Infantil situado no município de Feira de Santana.

Esperamos , com a realização desta pesquisa, contribuir para o crescimento de pesquisas na Educação Infantil tendo como foco a inclusão de crianças com deficiência, para dar visibilidade a uma temática que nos é tão cara, e, quiçá, incentivar o surgimento de outros estudos relacionados as políticas educacionais voltadas ao processo de inclusão na Educação Infantil, para a formação e trabalho à equipe de profissionais que nela atua.

2 PERCURSO METODOLÓGICO E LÓCUS DA PESQUISA

*[...] E o quarto crescente sorriu no céu.
Perfeito sinal para o sol brilhar
A arca afinal aportou cá no monte esperança, viu!
Mudança de tempo se sente no ar, possibilidades de
procriação!*
(Gonzaguinha, Janeiro Ainda – Possibilidades)

Como bem afirma Gatti (2010, p. 10), “quem pesquisa procura descrever, compreender ou explicar alguma coisa”. Neste estudo, como já foi anteriormente anunciado, buscamos compreender o papel da equipe gestora diante do processo de inclusão de crianças com deficiência, no contexto de um Centro Municipal de Educação Infantil situado no município de Feira de Santana.

Na produção do conhecimento científico, é essencial fazer uso de métodos e estratégias metodológicas seguras para alcançar os objetivos pretendidos na pesquisa. E para se chegar à escolha dos instrumentos metodológicos, é fundamental contar com a orientação de concepções teóricas, paradigmas ou matrizes epistêmicas que as oriente (BORGES; DALBERIO, 2007). Assim, diante das intenções desta pesquisa, buscamos nos aproximar da perspectiva do materialismo histórico-dialético, uma vez que esta abordagem epistemológica estabelece princípios fundamentais para a compreensão da realidade, a exemplo da consideração da prática social como critério de verdade. Nesse sentido, Sánchez Vázquez (2011, p. 148) destaca que “a ação transformadora da realidade tem um caráter teleológico, mas os fins que se pretende materializar estão, por sua vez, condicionados, e tem por base o conhecimento da realidade que se quer transformar”.

Outro elemento importante para a definição do percurso metodológico, parte da compreensão presente no materialismo histórico-dialético, da qual compartilhamos, de que todo acontecimento não pode ser compreendido sem que se leve em consideração os determinantes econômicos, políticos, culturais e materiais de uma sociedade, em um movimento dialético. Sanfelice (2008), acentua que a dialética, sob a óptica do materialismo histórico, parte do princípio de que o mundo não pode ser considerado um complexo de coisas acabadas, mas sim um processo de complexos, em um movimento contínuo, pois “[...] só existe dialética se houver movimento e só há movimento se existir processo histórico” (SANFELICE, 2008, p. 23). Trata-se, portanto, de uma perspectiva que considera o contexto histórico com todas as suas contradições, conflitos e transformações para a compreensão da realidade.

As intenções iniciais da pesquisa se aproximam parte da matriz crítico dialético materialista por tratar, segundo Sales (2013, p. 1), de “descobrir (pelo movimento do pensamento) as leis fundamentais que definem as formas organizativas dos homens em sociedade através da história”, ou seja, na perspectiva do materialismo dialético histórico-dialético, o desvelamento da realidade depende do contexto em que o indivíduo está envolvido e das relações que este consegue realizar. No entanto, a relação homem-contexto-realidade não é direta, pois se realiza por meio de instrumentos que auxiliam a atividade humana. Portanto, para cada atividade humana é necessária a mediação, e são os instrumentos técnicos e a linguagem que abarcam em si os conceitos generalizantes produzidos pela cultura humana, que possibilitam a mediação entre homem-homem e homem-contexto-realidade.

Isto posto, consideramos que a compreensão do processo de inclusão de crianças com deficiência na Educação Infantil, mais precisamente o papel da equipe gestora nesse processo, implica conceber dialeticamente as contradições e complexidades da sociedade a qual vivemos, de modo que, empoderados pelo conhecimento contextualizado, possamos vislumbrar a transformação social.

Assim, a aproximação com a perspectiva do materialismo dialético nos permite situar a problemática de investigação enquanto fenômeno que sofre influências de diversos fatores da sociedade, de maneira interligados dialeticamente. Nesse contexto, torna-se importante considerar aspectos da trajetória do sujeito sendo construídos e transformados historicamente, pois “a concepção materialista parte da visão de que o entendimento da realidade deve nascer da análise da vida social concreta do homem” (MARSHALL, 2009, p. 7), que, por sua vez, ainda segundo o autor, é fundada na relação entre o conhecimento da base (as relações materiais que os homens estabelecem e os modos de produção que geram os meios de vida) e a superestrutura (a cultura e o mundo das ideias).

Buscamos apoio na abordagem qualitativa de pesquisas em educação para a realização de nossa investigação, pela compreensão de que “são capazes de incorporar a questão do significado e da intencionalidade como inerentes aos atos, às relações e às estruturas sociais, sendo essas últimas tomadas tanto no seu advento quanto na sua transformação, como construções humanas significativas.” (MINAYO, 2015, p. 10).

Para Lüdke e André (1986, p. 13), a pesquisa qualitativa “[...] envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes”. Nesse sentido, abordagem qualitativa de pesquisa, e em particular, de pesquisas em educação, sugere elementos ao processo de investigação que precisam ser levados em conta pela

pesquisadora, tais como: a preocupação com o processo de desenvolvimento da pesquisa deverá ser maior do que com o(s) produto(s) pretendidos e apreendidos. É necessário considerar que todo dado coletado (ou não) carrega sentidos e significados, portanto, o olhar da pesquisadora não pode deixar de considerar o momento histórico do qual se participa, levando em conta as dificuldades presentes no contexto, as perspectivas econômicas, políticas, sociais, culturais e sanitárias, o que também requer que a pesquisadora dê uma atenção especial ao “significado” que as pessoas dão às coisas e a sua vida. Conseqüentemente, a análise de dados tenderá a seguir um processo singular, buscando a compreensão do problema em maior nível de profundidade.

Portanto, a abordagem epistemológica do materialismo histórico-dialético dialoga com a perspectiva qualitativa de pesquisa, uma vez que leva em conta o universo de significados das ações e relações humanas e considera as relações construídas pelo sujeito através da interação com a sociedade, ou seja, por ser de particular relevância ao estudo das relações sociais devido a pluralização das esferas de vida (FLICK, 2009, p. 20).

Além de proceder a um levantamento e estudo bibliográfico sobre o tema, buscou-se também eleger um locus de pesquisa, no qual a Gestão Escolar atue efetivamente. Este último indicador levou a um diálogo com tais profissionais, considerando suas experiências e ações, através de observações do cotidiano escolar.

Diante das muitas formas que podem assumir uma abordagem qualitativa, consideramos que a mais adequada para realização desta pesquisa é o estudo de caso, pois, de acordo com Stake (2000, p. 436), o estudo de caso como estratégia de pesquisa caracteriza-se justamente por apresentar um interesse em casos individuais e não pelos métodos de investigação, os quais podem ser os mais variados tanto quantitativos como qualitativos. Esse tipo de pesquisa possibilita um estudo mais detalhado acerca de um determinado problema de investigação. Sendo assim, o estudo de caso permite que o pesquisador faça descobertas partindo de estudos teóricos que os levam a uma investigação.

Com a intenção de buscar um instrumento que permita trazer para a pesquisa dados mais precisos, entende-se que a entrevista apresenta estas características, pois “[...] a entrevista é um processo de intenção social, no qual o entrevistador tem a finalidade de obter informações do entrevistado, através de um roteiro contendo tópicos em torno de uma problemática central” (HAGUETTE, 1995, p. 86).

Com tal perspectiva, e respeitando as normas que definem o padrão de ética em pesquisas que envolvem seres humanos, realizamos o estudo bibliográfico sobre o tema, de modo a apoiar teoricamente a produção do estudo, e análise documental da legislação e normatizações que fundamentam as ações do Centro de Educação Infantil. Nessa etapa,

contamos com a realização de um encontro *on-line* com a gestora para contextualizar os dados documentais, o que também nos possibilitou traçar o perfil administrativo e pedagógico do CMEI. Em seguida, realizamos a aplicação de questionário e entrevista semiestruturada, também utilizada na mesma perspectiva remota “na qual o informante tem a possibilidade de discorrer sobre as experiências, a partir do foco principal proposto pelo pesquisador; ao mesmo tempo que permite respostas livres e espontâneas do informante” (LIMA; ALMEIDA; LIMA, 1999, p. 133). Ressalta-se que o contato e realização dos encontros foram feitos remotamente, uma vez que enfrentamos desde março de 2020 uma pandemia causada pela COVID-19, que gerou a necessidade do distanciamento social. Tal ação visa preservar os/as demais participantes do estudo.

A elaboração e aplicação da técnica de entrevista semiestruturada desta pesquisa devem seguir procedimentos e critérios mediante autorização e consentimento dos participantes, bem como outros protocolos que se façam necessários enquanto durar o período pandêmico. Para isso, seguimos a Resolução CNS nº 466/2012 e/ou 510 de 2016, um documento normativo que não irá substituir o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), mas sim fundamentá-lo, visando orientar a partir dessas normas, no Apêndice A.

Complementando os dados apreendidos por meio da entrevista, também utilizar o questionário, com a intenção de identificar aspectos socioeconômicos e profissionais, bem como de formação dos sujeitos, entre outros aspectos que se façam necessárias. Ainda que o questionário a ser utilizado também tenha como objetivo a aproximação com os sujeitos, iremos aproveitar esse momento para recolher impressões iniciais dos sujeitos acerca do objeto de investigação. Com essa intencionalidade explícita, o questionário produzido se encontra no Apêndice B e o roteiro de entrevista está disposto no Apêndice C.

Os sujeitos participantes da pesquisa serão informados dos riscos e benefícios, conforme a Norma Operacional CNS nº 001 de 2013, com isso estarão cientes de que esta pesquisa pode trazer como benefício o conhecimento acerca das ações desenvolvidas pela Gestão Escolar para promover a inclusão na instituição escolar, contribuindo para o estabelecimento de políticas educacionais que coloque no centro, a valorização da formação em serviço de professores e gestores educacionais para a efetivação qualitativa de processos de inclusão na Educação Infantil. Apesar de ser mantido sigilo sobre a identidade dos sujeitos, caso venha a se sentir eventualmente invadido ou incomodado por conta de uma informação que possa prejudicar e por se tratar de uma pesquisa que estuda a inclusão de crianças com deficiência na Educação Infantil, é de responsabilidade do pesquisador manter sigilo, relacionado aos dados destas crianças, caso citados em algum momento, voluntariamente, poderá desistir da sua participação

em qualquer momento da pesquisa, sem qualquer prejuízo, como também pode denunciar qualquer efeito adverso relevante ao Comitê de Ética em Pesquisa da UEFS (Módulo I/ Campus UEFS).

Para uma melhor visualização deste estudo, apresentaremos em seguida, o contexto da pesquisa e suas características, como também os procedimentos e o campo onde será realizada

2.1 CONTEXTO DA PESQUISA

A intenção inicial da pesquisa era de realizar a investigação em dois Centros Municipais de Educação Infantil, dentre os CMEIs localizados no município de Feira de Santana. Para essa pré-seleção, utilizamos como critério, um levantamento buscando identificar os CMEIs que já haviam passado ou passam pela experiência de inclusão de crianças com deficiência em salas regulares.

Nesta primeira seleção identificamos dois CMEIs que apresentavam essa característica. Porém, no decorrer dos estudos, outros aspectos foram avaliados e usados como critério: as ações da instituição em relação a inclusão de crianças com deficiência; a formação de docentes e estagiários e o protagonismo da equipe gestora em meio aos desafios para a inclusão. A partir da verificação através da utilização destes critérios, ficou definido o campo de estudo constituído por um CMEI (Centro Municipal de Educação Infantil) do Município de Feira de Santana/ BA, com as características consideradas próprias para realização da pesquisa. Tais características envolvem a visibilidade das ações da equipe gestora e de suas boas práticas relacionadas à inclusão de crianças com deficiência, na mais tenra idade na Educação Infantil, relatadas pela equipe em espaços de formação pedagógica e reuniões realizadas pela SEDUC (Secretaria Municipal de Educação), como também na Universidade Estadual de Feira de Santana, através de relatos de quatro estudantes da turma de Pedagogia, que nos meses de novembro e dezembro do ano de 2019, na disciplina de Estágio supervisionado em Educação Infantil, realizaram estágio supervisionado no CMEI.

O Município de Feira de Santana, pertence ao estado da Bahia, localizado na Região Nordeste do país, encontra-se a 108 quilômetros da capital estadual Salvador, com a qual se liga através da BR-324, considerada a segunda cidade mais populosa do Estado, também possui um grande polo educacional.

Para realização desta pesquisa optou-se por usar nomes fictícios para O CMEI selecionado para o estudo, priorizando o anonimato, mantendo sigilo, assim como também o nome dos sujeitos da pesquisa, da instituição e demais integrantes da equipe gestora e

pedagógica (diretora, coordenadora e professoras). O CMEI Sementes do Amanhã⁴ está localizado no bairro Girassol, possui oito salas de aula, secretaria, banheiros, diretoria, sala dos professores, almoxarifado, cantina, cozinha, despensa, área de serviço, sanitários masculino, feminino e adaptado para pessoas com deficiência.(PCD). Atende a crianças na faixa etária de 2 a 5 anos. A escola funciona em tempo integral, possui uma equipe formada por:

Quadro 3 – Cargos e funções existentes na instituição escolar

CARGO/ FUNÇÃO	MANHÃ	TARDE	NOITE	DIURNO
Diretor				1
Coordenador Pedagógico				1
Professores	11	11		
Auxiliares da educação infantil	8	8		
Auxiliares da Educação Especial	8	8		
Cuidadores				6
Serviços gerais				3
Merendeiras				2
Auxiliares administrativos				2
Vigilantes			2	2

Fonte: Tabela construída pela autora a partir dos dados fornecidos pela gestora do CMEI “Sementes do Amanhã”, 2020.

Em relação ao quadro de estudantes na respectiva CMEI, ele se encontra assim distribuído:

Quadro 4 – Crianças matriculadas e distribuídas em grupos

GRUPOS	CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA	MATUTINO	VESPERTINO	INTEGRAL
Grupo 02 a	1			15
Grupo 02 b	1			15
Grupo 03 a	1			15
Grupo 03 b	1			15
Grupo 03 c	2			14
Grupo 03 d	1			15
Grupo 04 a	2	18		
Grupo 04 b	1		14	
Grupo 05 a	1	16		
Grupo 05 b	1		17	

⁴ Nome fictício escolhido para o CMEI que será local da pesquisa, inspirado na música “Sementes do Amanhã”, composta por Gonzaguinha.

O total de alunos são: 89 de tempo integral sendo 07 com deficiência, 65 de tempo parcial sendo 05 deficiência.

Fonte: Tabela construída pela autora a partir dos dados fornecidos pela gestora do CEMEI “Sementes do Amanhã”, 2020.

Para realização desta pesquisa, elegemos como foco as professoras que atuam nos grupos 4 e 5 desta instituição, considerando 2 critérios básicos: a) turmas comuns nas quais estão matriculadas crianças com deficiência; b) a faixa etária de crianças com 4 e 5 anos possui obrigatoriedade na matrícula, instituída pela Lei Nº 12.796, de 4 de abril de 2013. Portanto, contaremos com a participação de duas professoras, dos grupos 4 e 5, cada uma atua em duas turmas, respectivamente nos períodos da manhã e tarde.

2.2 SUJEITOS DA PESQUISA

Os sujeitos selecionados para esta pesquisa, foram escolhidos a partir de aspectos que caracterizam a Gestão Escolar, e sua articulação com os(as) docentes da escola que atuam na Educação Infantil, considerando que o processo de inclusão se dá em conjunto, tanto pela equipe gestora, quanto pela equipe docente que atua diretamente com as crianças

Pensando nessa articulação entre gestores e docentes, o CMEI Sementes do Amanhã foi escolhido para realização deste estudo, pelo trabalho desenvolvido pela equipe, apresentado em reuniões realizadas na Secretaria de Educação do Município, nas quais a equipe gestora apresentou ações de inclusão que vão desde o acolhimento às famílias, ao apoio para os profissionais da educação, buscando diante das autoridades recursos e formações para que pudesse acolher melhor não só as crianças com deficiência, mas também todas as crianças que estudam nesta instituição, na busca de uma inclusão que aconteça de fato.

Além dos aspectos expostos, o que veio fortalecer a escolha por este CMEI foram os relatos de experiência de ações bem-sucedidas na escola em relação à inclusão de crianças com deficiência. Tais relatos foram apresentados pelas estagiárias desta instituição, graduandas de Pedagogia da Universidade Estadual de Feira de Santana, com as quais tive contato, durante o tirocínio que realizei na turma de Estágio Supervisionado em Educação Infantil.

Diante da escolha da instituição a ser pesquisada, buscamos entender como acontece o processo de seleção de Gestor e Coordenador Pedagógico no Município de Feira de Santana, salvo alguns casos, apresentando os requisitos necessários para ocupar essas funções.

O processo de seleção de Diretor e Vice-Diretor das escolas municipais de Feira de Santana é realizado através de eleição. Para concorrer à função de Diretor e Vice-Diretor, o(a) candidato(a) precisa, segundo a Lei nº 3392, de 20 de junho de 2013:

Art. 6º Poderão concorrer às eleições de diretores e vice-diretores os servidores dos cargos de Professor e Especialista em Educação que estejam desempenhando atividades de magistério há pelo menos três anos, desde que apresentem os seguintes requisitos:

I - Ser ocupante do cargo de professor ou especialista em educação com graduação em Pedagogia ou Licenciatura com especialização em Gestão Escolar.

§ 1º O professor e/ou especialista em educação só poderá ser candidato, no mesmo pleito, em uma única unidade escolar.

§ 2º O servidor em readaptação funcional poderá ser candidato, desde que possua laudo médico que comprove compatibilidade com a função a ser exercida, caso logre a vitória eleitoral. Professor (a) efetivo e possuir graduação e Especialização em Gestão Escolar.(FEIRA DE SANTANA (FSA), 2013).

No caso do Coordenador Pedagógico, ainda no respectivo município, a seleção ocorre de forma interna através de um processo seletivo. Com base no último edital de 22 de novembro de 2018, os requisitos para ocupação do cargo são: Ser professor efetivo da Rede Municipal de Ensino de Feira de Santana com carga horária/disponibilidade de 40 (quarenta) horas semanais; A carga horária semanal do Coordenador Pedagógico será distribuída nos turnos matutino e vespertino; Nas escolas que funcionam nos turnos matutino, vespertino e noturno, o Coordenador Pedagógico distribuirá a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais nos três turnos; Estar em efetivo exercício no cargo de professor, na função de Coordenador Pedagógico, diretor ou vice-diretor na rede municipal de ensino; Ser portador de diploma de Ensino Superior em Pedagogia ou diploma de Ensino Superior em Licenciatura, acompanhado de diploma de Especialização em Coordenação Pedagógica, Supervisão Escolar, Gestão e Coordenação Pedagógica ou outra em área afim à Coordenação Pedagógica.

Partindo para o CMEI que integrará esta pesquisa, encontramos a seguinte formação na Gestão Escolar: No CMEI Sementes do amanhã, a equipe gestora é formada por uma diretora e uma coordenadora pedagógica. A partir desta análise sobre a Gestão Escolar no Município de Feira de Santana, inicialmente, pretende-se ouvir a Gestão escolar (diretora e coordenadora) e as duas docentes que lecionam nos grupos 4 e 5 do CMEI Sementes do amanhã, sobre o objeto de estudo em destaque neste projeto, totalizando 04 sujeitos participantes dessa investigação.

2.3 ETAPAS E PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

A realização da coleta de dados ocorreu via questionário na plataforma *Google Forms*. Previamente foi enviado por e-mail ou *WhatsApp*, um texto explicativo contendo o TCLE, visando o esclarecimento dos participantes já na primeira parte do formulário eletrônico. Ao abrir o formulário eletrônico (*Google Forms*), a primeira seção dele apresentou TCLE. Abaixo do TCLE, além de um *link* para o participante baixar o TCLE (arquivo em *pdf*) assinado pelo pesquisador responsável, contendo a opção para o participante assinalar “aceito participar da pesquisa”. A partir dessa etapa, o mesmo teve acesso às demais seções dos formulários *Google* contendo o questionário e entrevista semiestruturada para a coleta de dados.

Para o desenvolvimento da pesquisa foram realizadas as seguintes etapas:

- a) Análise dos dispositivos legais e documentos da instituição escolar: Leis locais e/ou nacionais relacionadas a temática: Projeto Político Pedagógico, Planos Nacional, Estadual e Municipal de Educação, Proposta Curricular Municipal para Educação Especial;
- b) Encontro virtual com a gestora para contextualizar os dados documentais;
- c) Convite para as 4 participantes (1 diretora, 1 coordenadora pedagógica, 1 professora do grupo 4 e 1 professora do grupo 5), através do e-mail e da rede social *WhatsApp*, para responder a pesquisa através de questionário e entrevistas semiestruturadas, comunicação previamente solicitada mediante a autorização destas participantes;
- d) Aplicação de um questionário via plataforma *Google Docs*⁵ com duração estimada de 60 minutos enviado para a equipe gestora do CMEI e docentes dos grupos 4 e 5;
- e) Aplicação da entrevista semiestruturada através de formulários digitais via Plataforma *Google Docs* com duração estimada de 1h30m, com os sujeitos da pesquisa mediante suas autorizações.

Após a realização dessas etapas, partimos para a análise dos dados apreendidos, momento no qual a articulação com os estudos realizados possibilitou uma análise consubstanciada.

⁵ Segundo Costa (2015, p. 1), o *Google Docs* é um serviço para *Web*, *Android* e *iOS* que permite criar, editar e visualizar documentos de texto e compartilhá-los com amigos e contatos profissionais. Com a possibilidade de trabalhar *off-line*, esta ferramenta pode salvar os arquivos tanto no *drive on-line* do Google quanto na memória do dispositivo. Além disso, você pode transformar o arquivo em *.pdf*, *.doc*, *.txt*. e *.html*.

2.4 ANÁLISE DE DADOS

A presente pesquisa, desse modo situa-se em uma abordagem qualitativa de cunho exploratório, a análise dos dados terá como apoio a Análise de Conteúdo (AC) por sua natureza, que permite atravessar sentidos comunicados e compartilhados pelos sujeitos da pesquisa.

A A.C., proposta nesta pesquisa, fundamenta-se principalmente na obra da Laurence Bardin (2004). Toda intervenção foi devidamente registrada para que, após a sua realização, possa gerar dados a serem analisados e devidamente socializados. De acordo com Bardin (2004, p. 26), ‘é um método muito empírico, dependente do tipo de “fala” a que se dedica e do tipo de interpretação que se pretende como objetivo. Não existe o pronto-a-vestir em análise do conteúdo, mas somente algumas regras de base”.

Segundo Bardin (1977, p. 95), a A.C. engloba as seguintes fases: a pré-análise; a exploração do material; o tratamento dos resultados; a inferência e a interpretação.

A pré-análise compreende atividades como: a leitura flutuante, a escolha dos documentos, a formulação das hipóteses e dos objetivos, elaboração dos indicadores, etc. A exploração do material supõe operações de codificação, ou seja, a transformação dos dados brutos do texto em unidades de sentido que compõem a comunicação dos sujeitos, e a categorização dos mesmos. O tratamento dos resultados ou categorização compreende a escolha de rubricas ou classes que reúnem um conjunto de elementos/significações. A inferência e a interpretação são a última etapa e compreende a busca dos sentidos com a ajuda do quadro teórico.

A partir destas etapas, e com o material levantado, foi possível dialogar com estudiosos da área, refletindo através da análise de dados, que será realizada nesta pesquisa.

3 GESTÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL E OS ESTUDOS SOBRE A PRIMEIRA INFÂNCIA NO BRASIL: SEMENTES DO AMANHÃ

*Ontem um menino que brincava me falou que hoje é
semente do amanhã.
Para não ter medo de que este tempo vai passar.
Não se desespere não, nem pare de sonhar...
(Gonzaguinha – Sementes do Amanhã)*

A infância no Brasil tem ganhado destaque nas discussões acadêmicas, quando se trata em especial, da educação, sendo considerada por alguns estudiosos, como etapa importante para desenvolvimento humano. Porém, entendemos que apesar dos avanços e estudos sobre o universo das crianças na mais tenra idade e suas particularidades, ainda não conseguiram chegar a um destaque que permita problematizar e ampliar esses estudos. Na busca de compreensão dessas particularidades, devemos levar em consideração que ao se falar sobre a infância nos remetemos a sua história e transformação no decorrer dos séculos, pois de acordo com Maia (2012, p. 15), “quando pensamos sobre a história da criança e da infância, fazemos isso com um olhar no passado, pois os conceitos referentes à criança e à infância se complementam e são culturalmente determinados e historicamente construídos”.

Com inspiração no trecho da canção de Gonzaguinha (Sementes do Amanhã), buscaremos contribuir para a reflexão sobre a infância no Brasil, fazendo um recorte a partir da chegada dos Jesuítas, passando pela Educação na primeira infância (0 a 5⁶ anos de idade) e a criação de políticas para Educação Infantil.

A infância faz parte de uma etapa da vida desde os primórdios da espécie humana que até o século XVI não foi percebida com suas especificidades, sendo reconhecida e despertando interesse pelo seu estudo a partir dos séculos XVII e XVIII.

Assim, como afirmamos anteriormente, os estudos sobre a infância ganharam espaço a partir do final do século XVIII e início do século XIX, nesse período as crianças pequenas, passaram a ser consideradas como adultos miniaturas, sendo vistos a partir dos aspectos psicológicos e morais:

Apenas no Iluminismo, a infância passou a ser considerada como objeto de estudo da ciência. Foi naquele contexto histórico, embasado na perspectiva de tornar o homem livre da escuridão do não-saber, que a criança passou a ser reconhecida como o

⁶ O inciso IV do artigo 208 da Constituição Federal teve sua redação alterada pela Emenda Constitucional no 53, de 2006, passando então a vigorar o seguinte texto: educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade.(BRASIL, 2006, p.1)

pequeno adulto que, no futuro, poderia libertar-se da ignorância. (REHEN ,2013, p. 50)

No Brasil, os primeiros estudos sobre a infância aparecem com a chegada dos Jesuítas, que reconheceram na infância, devido a crença na criança como ser puro, a fase ideal para propagar os ensinamentos do cristianismo e com isso de acordo com Del Priore (1996), elaboraram dois primeiros modelos ideológicos sobre a criança, ou seja, “difundiram-se duas representações infantis: o da criança mística e o da criança que imita Jesus” (DEL PRIORE, 1996, p. 12).

Nesta perspectiva, os Jesuítas, considerando a infância momento oportuno para catequizar, pois as crianças ainda não se encontravam “corrompidas” pelos adultos, e assim baseado num projeto eclesialístico, iniciaram sua estratégia de domínio, “a infância é percebida como momento oportuno para a catequese, porque é também momento de unção, iluminação e revelação”. (DEL PRIORE, 1996, p. 15).

No século XVIII, apesar da catequização de crianças indígenas, outros problemas surgiam: alta taxa de mortalidade infantil e de abandono de crianças. O crescimento de crianças abandonadas se tornava uma grande preocupação, e isso acontecia pelos mais variados motivos: dificuldade financeira, fome, desemprego, adultério, dentre outros fatores de ordem socioeconômica. Como forma de esconder o problema, foram criadas instituições de amparo, chamadas de creches e internatos, destinadas, especialmente, a cuidar de crianças pobres.

Uma das primeiras instituições de assistencialismo às crianças, em especial às abandonadas ou menos favorecidas, foi a instituição da “Roda dos Expostos”, um método medieval que, conforme Paseti (s/d), caracterizava-se por ser um dispositivo dedicado ao recolhimento de recém-nascidos rejeitados por suas famílias:

Esta roda era uma espécie de dispositivos onde eram colocados os bebês abandonados por quem desejasse fazê-lo. Apresentava uma forma cilíndrica, dividida ao meio, sendo fixada no muro ou na janela da instituição. O bebê era colocado numa das partes desse mecanismo que tinha uma abertura externa. Depois, a roda era girada para o outro lado do muro ou da janela, possibilitando a entrada da criança para dentro da instituição. Prosseguindo o ritual, era puxada uma cordinha com uma sineta, pela pessoa que havia trazido a criança, a fim de avisar o vigilante ou a rodeira dessa chegada, e imediatamente a mesma se retirava do local. (PASSETI ,S/D, p. 9)

De acordo com Arantes (2010, p. 9), “o Brasil foi, talvez, o último país a abolir a Roda dos Expostos”. Naquele momento havia a preocupação de que, com sua extinção, aumentassem os abortos e suicídios de filhos indesejados ou ilegítimos, uma vez que o dispositivo da Roda mantinha o anonimato de quem “depositava” a criança, preservando a “honra” das famílias.

Apesar de se tratar de um espaço para crianças órfãs, não havia intuito pedagógico, esses espaços alternativos tinham um caráter de assistência higienista e de cuidado com a saúde, imbuídos de uma concepção abstrata de infância. Por outro lado, os espaços destinados às crianças mais abastadas da sociedade possuíam um cunho pedagógico baseado em um modelo padrão, ideal de infância e de criança.

Assim, de acordo com Kramer (2001), as crianças das classes menos favorecidas, marginalizadas e pobres eram atendidas com propostas de trabalho que partiam de uma ideia de carência e deficiência. Somente a partir do século XIX, que encontramos movimentos para organização de uma educação para infância no Brasil.

O primeiro Jardim de Infância aberto no Brasil foi criado pelo Colégio Menezes Vieira, uma instituição particular que só admitia meninos, localizado no Rio de Janeiro. Segundo Kishimoto (1988, p. 91-94) “nesta escola mesclavam-se as atividades de Froebel⁷ com as da Educadora Francesa chamada Pape – Carpenter⁸”.

Apesar da criação do primeiro Jardim de Infância no Brasil ser considerada um avanço, se tratava de uma instituição particular, que atendia apenas meninos, e mesmo com a intenção de organizar a educação para infância, ainda no século XIX, ela não estava associada ao debate pedagógico. A criação do primeiro Jardim de infância público no Brasil, acontece no ano 1886:

No ano de 1886 foi criado o primeiro Jardim de Infância público no país, no anexo à escola Normal Caetano dos Campos em São Paulo, organizado por Gabriel Prestes. Apesar de pública esta escola não atendia as crianças de nível sócio-econômico baixo, nela foram matriculados os filhos da cúpula do Partido Republicano e parte da elite da cidade. (KUHLMANN JR., 1994, p. 63)

A Educação Infantil no Brasil nasce a partir da demanda da sociedade. Anísio Teixeira (1968) afirma que “a escola é o retrato da sociedade que serve”, e por isso em alguns períodos da história do Brasil o estudo das infâncias não teve avanços significativos.

No ano de 1922, acontecem no Brasil alguns marcos que evidenciam o olhar para infância, realizou-se o 3º Congresso Americano da Criança em conjunto com o 1º Congresso

⁷ O alemão Friedrich Froebel foi um dos primeiros educadores a considerar o início da infância como uma fase de importância decisiva na formação das pessoas - ideia hoje consagrada pela psicologia, ciência da qual foi precursor. As técnicas utilizadas até hoje em Educação Infantil devem muito a Froebel. Para ele, as brincadeiras são o primeiro recurso no caminho da aprendizagem. Não são apenas diversão, mas um modo de criar representações do mundo concreto com a finalidade de entendê-lo. (PORTAL DA EDUCAÇÃO, 2012, p. 1).

⁸ No século XIX, Marie Pape-Carpantier teve uma significativa importância para a educação da criança de 2 a 6 anos. Sua influência situa-se na adoção do método intuitivo para a educação dos sentidos – lições de coisas –, na proposta pedagógica destinada à Educação Infantil – salas de asilo; na criação de materiais didáticos para auxiliar no desenvolvimento do método natural; na orientação de modelos de mobílias para as escolas. (BASTOS, 2010, p.1)

Brasileiro de Proteção à Infância, sediados no Rio de Janeiro, que segundo Kuhlmann Jr (2000, p. 8 *apud* KUHLMANN JR., 1998) “associava-se a data da descoberta do Novo Mundo com a infância, que deveria ser educada segundo o espírito americano”. Contudo a Educação para infância por muito tempo teve seu caráter assistencialista, idealizado apenas para atender às necessidades básicas das suas famílias, tendo em vista a criação no Estado de São Paulo de creches destinadas a filhos de operárias, voltadas ao cuidado e o fornecimento de alimentação:

O estado de São Paulo, desde dezembro de 1920, a legislação previa a instalação de Escolas Maternais, com a finalidade de prestar cuidados aos filhos de operários, preferencialmente junto às fábricas que oferecessem local e alimento para as crianças.. (KUHLMANN JR.,2000, p. 8).

Em 1940, a criação do Departamento Nacional da Criança (DNCR), que de acordo com Kuhlmann Jr. (2000, p. 8), “entre outras atividades o DNCR encarregou-se de estabelecer normas para o funcionamento das creches, promovendo a publicação de livros e artigos”. O DNC neste mesmo ano foi implementado em várias regiões do Brasil, chegando em 1942, ainda segundo o autor, a projetar uma instituição que reuniria todos os estabelecimentos em um só: a Casa da Criança.

Até a década de 1970, a Educação Infantil não teve avanços significativos estando associada ao assistencialismo voltado mais para a área da saúde, do cuidado, dissociada da área educacional. Ainda sem garantir o direito ao acesso por parte da população operária, pois “a legislação trabalhista, que desde 1932 previa creches nos estabelecimentos em que trabalhassem 30 ou mais mulheres, foi como letra morta.” (KUHLMANN JR., 2000, p. 8).

Kramer (2001), destaca que, historicamente, é possível observar o discurso latente de que as crianças das classes dominadas (economicamente desfavorecidas) são privadas culturalmente, o que leva ao entendimento de que precisam de certos conteúdos e atitudes que devem ser adotadas para que, assim, possam suprir certas “deficiências”, sejam elas relacionadas à saúde, à escola ou ao meio sociocultural, no qual estão inseridas, a chamada educação compensatória.

Diante disso, a presença do assistencialismo e a educação compensatória contribuíram, e ainda contribuem, para o fortalecimento de uma concepção de infância universal, abstrata e desvinculada do contexto ao qual está inserida.

Ainda que os estudos sobre a infância caminhem a passos lentos, são marcos importantes nessa trajetória as conquistas sociais dos movimentos pelos direitos da criança, em especial, a

Declaração Universal dos Direitos da Criança de 1959 e a Convenção Mundial dos Direitos da Criança de 1989. Ambos os documentos defendem o acesso à educação nos primeiros anos de vida, uma vez que a educação é um direito social proeminente, pré-requisito fundamental ao exercício dos demais direitos humanos e concebem a infância enquanto fase fundamental ao desenvolvimento pleno da pessoa.

Outra importante contribuição para a compreensão da infância em sentido mais amplo, se deu em 1990, com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o que levou o Brasil a adequar sua legislação interna aos princípios consagrados pela convenção Internacional dos Direitos da Criança. De acordo com Ribeiro (2010, p. 30), é a partir de então que a criança vai ganhando visibilidade e sendo reconhecida enquanto “sujeito de direitos”.

Em 1996, a Lei nº 9.394 de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), define a Educação Infantil como a primeira etapa da educação básica. Esse Marco importante para a Educação Infantil estava longe de garantir uma educação voltada para a infância, mas de acordo com Drummond (2013, p. 186), “impulsionou o interesse da pesquisa acadêmica sobre a criança pequena e sua educação em espaços coletivos como as creches e pré-escolas”.

A Educação Infantil, após dez anos da promulgação da LDB nº 9394/96, passa a ser contemplada com o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) a partir da Ementa Constitucional nº 53/2006, regulamentada pela Lei nº 11494/2007:

[...] ampliaram para toda Educação Básica a sistemática de financiamento, antes restrita ao Ensino Fundamental, criando um Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), que passou a contemplar essa etapa da Educação Básica, portanto garantindo o financiamento da Educação de 0 a 5 anos. (OLIVEIRA, 2013, p. 8),

Mesmo com alguns avanços nas Leis e estudos sobre a Educação Infantil sendo colocados como objeto de pesquisa no âmbito acadêmico, especificamente nas últimas décadas do século XX e, as primeiras do século XXI, voltando suas reflexões e ações para a qualidade de vida na/da infância em contexto escolar, ainda encontramos muitos desafios no que se refere à promoção de uma educação de qualidade e que respeite a singularidade das crianças na mais tenra idade.

Há muito o que se refletir sobre questões que envolvem a área de Educação Infantil, no sentido de definir políticas educacionais para este setor, referendando, inclusive a importância de termos profissionais no âmbito da gestão escolar que tenham uma formação específica para

atuar junto às crianças da mais tenra idade e em prol do respeito as suas diversidades, sejam elas quais forem, garantindo que a inclusão aconteça.

Para finalizar essa seção, é importante destacar a concepção de criança que permeia esse estudo, a de que “a criança é um sujeito social e histórico, que está inserida em uma determinada cultura e em um determinado momento histórico, sendo profundamente marcada pelo meio social em que se desenvolve, mas que também a marca” (MACEDO; DIAS, 2012, p. 3271). Assim sendo, a infância e a educação destinada a esse período devem valorizar o desenvolvimento humano e social das crianças, ou seja, não apenas o cognitivo, mas também o físico, o afetivo, e o socioemocional, a partir da experiência com a cultura, com a arte, com a ciência, consigo, com o outro e com o grupo do qual faz parte.

A partir desta reflexão, discutiremos, a seguir, sobre o que se tem feito em relação a políticas educacionais voltadas para inclusão de crianças com deficiências na educação infantil, no âmbito Nacional, Estadual e Municipal.

3.1 POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: A GENTE QUER VIVER PLENO DIREITO

*É! A gente quer viver pleno direito.
A gente quer viver todo respeito.
A gente quer viver uma nação.
A gente quer é ser um cidadão.
A gente quer viver uma nação
(Gonzaguinha – É)*

A inclusão de pessoas com deficiência em instituições de ensino regulares, tem se tornado pauta constante nas discussões educacionais, fruto da luta de movimentos sociais, que acreditam na educação como caminho para emancipação. Desse modo, a educação é considerada a base para desenvolvimento de uma sociedade, sendo instrumento de transformação e de tomada de consciência.

No tocante ao debate sobre a educação inclusiva na Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, muito se tem discutido a partir de dispositivos legais, questões conceituais, epistemológicas no que concerne não só a compreensão de várias dimensões que envolvem a inclusão no contexto escolar, mas de buscar ações que de fato lidem com a equidade neste âmbito. Tal assunto suscita outras demandas no que tange levar em consideração as muitas formas de diversidade – capacidades, habilidades, desejos, necessidades especiais, aspectos culturais, entre outros – dentro do contexto escolar mais amplo.

De acordo com o Artigo 205 da Constituição Federal (BRASIL, 1988), “[...] a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Tal direito diz respeito, também, às pessoas com deficiências, o que implica na inclusão dessas pessoas de forma plena no âmbito escolar.

Compreender a escola como um espaço privilegiado para o reconhecimento e valorização das diferenças auxilia na compreensão do conceito de Educação Inclusiva. Nessa perspectiva, o ambiente educacional deve criar condições de acesso e permanência qualitativa a todos os estudantes. Dessa forma, cabe à equipe gestora apoiar práticas inclusivas, além de buscar apoio por meio de um trabalho colaborativo e coletivo, visando a melhoria do ensino público. Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura UNESCO:

Um conceito alargado de Educação Inclusiva pode ser concebido como um princípio e uma orientação geral para fortalecer a educação, com vista a um desenvolvimento sustentável, aprendizagem ao longo da vida para todos e acesso igual de todos os níveis da sociedade às oportunidades de aprendizagem.(UNESCO , 2008, p. 22).

Inclusão é uma prática sociocultural, um paradigma que se aplica aos mais variados espaços físicos e simbólicos. Os grupos de pessoas, nos contextos inclusivos, têm suas características idiossincráticas reconhecidas e valorizadas em cada época e em determinados espaços, sob determinadas condições (BRASIL, 2008). Quer dizer, ela se estende aos estudantes, público-alvo da educação especial, mas não se limita a eles. Inclui àqueles que, por algum motivo ou condição, são excluídos do processo educacional (BRASIL, 2008). Como se trata de uma perspectiva ampla, e que merece todo o nosso cuidado no seu trato, nesse estudo enfocaremos o processo de inclusão de crianças com deficiência (intelectual, visual, auditiva ou física), transtornos globais do desenvolvimento, transtornos do espectro autista, altas habilidades e/ou superdotação.

O princípio fundamental de uma escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, compreendendo ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parceria com as famílias, comunidade. Na verdade, deveria existir “uma continuidade de serviços e apoio

proporcional ao contínuo de necessidades especiais encontradas dentro da escola”. (BRASIL, 1997, p. 5).

É importante considerar e compreender como práticas inclusivas, aquelas previstas pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008, p. 10), a saber:

- Transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior;
- Atendimento educacional especializado;
- Continuidade da escolarização nos níveis mais elevados de ensino;
- Formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar;
- Participação da família e da comunidade;
- Acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação; e,
- Articulação intersetorial na implementação das políticas públicas.

Este importante documento deve nortear as propostas inclusivas das escolas públicas brasileiras. Cabe à equipe escolar, encontrar caminhos para a sua efetivação. Para tanto, a equipe escolar precisa estar disposta a mudanças em sua estrutura, organização e funcionamento, garantindo, pela autonomia, a inclusão em sua escola. Nesse sentido, a constituição de uma educação inclusiva que considera as diferenças, a garantia da construção de conhecimentos por todos, bem como o fornecimento de condições de acesso e permanência para todos na escola, é um grande desafio que se estabelece aos sujeitos da escola na efetivação da política.

A partir da publicação da Lei nº 12.796, de 04 de abril de 2013, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a LDB nº 9.394/96, fica assegurada a matrícula obrigatória de crianças de 4 e 5 anos de idade na Educação Infantil. Com essa alteração, a instituição escolar vem recebendo crianças desde a mais tenra idade com diagnósticos precoces de deficiências⁹ em vários campos, além de crianças com necessidades especiais¹⁰ ainda não diagnosticadas, mas que requerem um atendimento de qualidade e olhar sensível voltado para suas especificidades.

A Constituinte de 1988, as Constituições Estaduais, as Leis Orgânicas dos Municípios, o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional asseguram hoje o direito de todas as crianças a creches e pré-escolas. Mas suspeitamos que, em

⁹ Deficiência é qualquer tipo de perda ou anormalidade que limite as funções físicas, sensoriais ou intelectuais de uma pessoa.

¹⁰ As necessidades especiais dizem respeito a um conjunto de fatores, de risco ou de ordem intelectual, emocional e física, que podem afetar a capacidade de um indivíduo em atingir o seu potencial máximo.

termos qualitativos, essa ainda é uma realidade distante a ser almejada. Requer a valorização de políticas de formação e de carreira aos profissionais da educação que reconheça o seu papel social no processo educacional. Requer condições estruturais, física, humana e financeira que dê o devido suporte à elaboração e desenvolvimento de propostas pedagógicas consistentes e adequadas à realidade que se situa.

Diante da necessidade de um recorte em relação às políticas de educação inclusiva para a educação infantil, vamos privilegiar, nesse momento, o Plano Nacional de Educação (PNE), com maior atenção ao PNE disposto na Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, e que subsidia o Plano Estadual de Educação da Bahia (2015-2025), instituído pela Lei nº 13.559, de 11 de maio de 2016, documento motriz das políticas públicas estaduais atuais. Também será destacado o Plano Municipal de Educação de Feira de Santana - BA, referente ao período 2016-2026, disposto na Lei nº 3651, de 16 de dezembro de 2016, e Proposta Curricular da Rede Pública Municipal de Educação de Feira de Santana – Educação Especial: Diálogos em construção (2019), com o objetivo de nos aproximarmos do objeto de investigação, favorecendo a compreensão do papel da equipe gestora diante do processo de inclusão de crianças com deficiência, no contexto de um Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI), situado no município de Feira de Santana, na Bahia.

O Plano Nacional de Educação (PNE) teve a sua primeira edição em 2001, com a publicação da Lei nº 10.172, estabelecendo, como um dos seus objetivos e prioridades “a elevação global do nível de escolaridade da população e a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis” (BRASIL 2001, p. 6) e apresentava, para todos os níveis de ensino, diagnósticos, diretrizes, objetivos e metas que deveriam ser cumpridas durante o período de dez anos. Para a educação infantil, o PNE 2001-2011 apresentou 26 metas, dentre as quais:

A ampliação da oferta de educação infantil; adaptar os prédios de educação infantil favorecendo a adequada acessibilidade para uma educação de qualidade; assegurar, em todos os Municípios, o fornecimento de materiais pedagógicos adequados às faixas etárias e às necessidades do trabalho educacional, de forma que, em cinco anos, sejam atendidos os padrões mínimos de infraestrutura definidos na meta nº 2” (BRASIL, 2001, p. 8-9).

Apesar do envolvimento da comunidade educacional na defesa do cumprimento das metas estabelecidas pelo PNE 2001-2011, e do seu grande esforço no sentido de valorizar a formação de professores e buscar soluções para os problemas referentes à educação, o PNE não atingiu a totalidade das metas previstas, pois a principal meta que ensejava a ampliação do

financiamento da educação pública para 7% do produto interno bruto (PIB) foi então vetada pelo governo federal.

Em 2014, após intenso debate e participação coletiva, é aprovado pela Lei nº 13.005, o atual Plano Nacional de Educação previsto para o período 2014-2024, é produto do planejamento da política de Estado, e traz metas e estratégias para a educação dos próximos dez anos.

Nesta perspectiva, partindo para uma breve apresentação acerca dos principais pontos do Plano Nacional de Educação 2014 – 2024, no que diz respeito a inclusão na educação infantil, encontramos a Meta 4 que estabelece:

Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados (BRASIL, 2014, p. 5).

Essa Meta apresenta, como estratégia, se referindo exclusivamente a crianças pequenas, promover, no prazo de vigência deste PNE, a universalização do atendimento escolar à demanda manifesta pelas famílias de crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, observado o que dispõe a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (BRASIL, 2014).

A implantação desse Plano como forma de minimizar ou acabar com os problemas referentes à educação durante o período em que este documento está em vigor não serão tarefas fáceis, mas merecem investimento e vontade política para a sua concretização. A partir do Plano Nacional da Educação, os Planos Municipais e Estaduais são traçados visando contemplar as especificidades locais.

Na Bahia foi instituído o Plano Estadual de Educação (2015-2025), aprovado através da Lei nº 13.559, de 11 de maio de 2016, que, em relação a Educação Infantil, traz na sua Meta 1:

Assegurar a discussão com os sistemas municipais de educação a respeito da universalização da pré-escola para as crianças de 04 (quatro) a 05 (cinco) anos de idade, nos termos do disposto pela Emenda Constitucional Federal nº 59, de 11 de novembro de 2009, e estimular a ampliação da oferta de Educação Infantil em creches. (Bahia,2016,p.6, grifo da autora).

Uma Meta ousada para um Estado tão diverso e plural. Para a sua concretização, estabelece, através da estratégia 1.17, a Educação Inclusiva na Educação Infantil, com o objetivo de :

[...] estimular o acesso à Educação Infantil das crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e fomentar a oferta do atendimento educacional especializado, complementar e suplementar, assegurando a educação bilíngue para crianças surdas e a transversalidade da Educação Especial nesta etapa da Educação Básica. (BAHIA,2016,p.6, grifo da autora).

Na Meta 4 relacionada à Educação Inclusiva, encontramos a estratégia 4. 14, que contempla a Educação Infantil na perspectiva da Educação Inclusiva:

promover iniciativas, em parceria com o Ministério da Educação e órgãos de pesquisa, demografia e estatística, no sentido de obter informações detalhadas sobre o perfil das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, na faixa etária de 0 (zero) a 17 (dezessete) anos. (BAHIA,2016,p.6, grifo da autora).

Essas estratégias voltadas à educação inclusiva na Educação Infantil, mostram o fortalecimento da discussão, caracterizando o interesse de se promover para crianças pequenas com necessidades especiais, melhores condições de aprendizagem, fazendo valer os seus direitos.

Decorrente do Plano Nacional e do Plano Estadual de Educação da Bahia, em 2016, após construção coletiva, foi publicado o Plano Municipal de Educação de Feira de Santana, 2016-2026, disposto na Lei nº 3651, de 16 de dezembro de 2016. Nesse Plano, identificamos no que se refere à Meta 1 e às estratégias direcionadas à Educação Inclusiva na Educação Infantil :

1.31 Assegurar, a partir da vigência deste PME, formação continuada aos professores e demais profissionais que atuam no espaço escolar da Educação Infantil para a diversidade étnica, religiosa e de pessoas com deficiência, Transtornos Globais de Desenvolvimento, altas habilidades e super dotação;

1.32 Garantir, no Projeto Político Pedagógico das instituições de Educação Infantil (públicas, privadas, confessionais e filantrópicas) e nos planos de trabalho dos professores, a implementação de práticas que valorizem a diversidade étnica, religiosa e de pessoas com deficiência e com Transtornos Globais de Desenvolvimento, altas habilidades, super dotação, de acordo com as Diretrizes Curriculares Para Educação Escolar Quilombola, Diretrizes Curriculares para Educação das Relações Etnicorraciais e Documento Orientador da Educação Cigana, a partir da vigência deste PME;

1.33 Implementar ações de pesquisa, desenvolvimento e aquisição de materiais didáticos pedagógicos e brinquedos que contemplem as diferentes deficiências, nos programas e projetos municipais, a partir da vigência deste PME (FEIRA DE SANTANA (FSA),2016,p. 134, grifo da autora).

Encontramos na Meta e nas Estratégias do Plano Municipal de Educação de Feira de Santana 2016-2026, caminhos para que se possa garantir, na Educação Infantil, uma educação inclusiva que respeita a diversidade.

Nessa perspectiva, além do Plano Municipal de Educação, em 2019, foi instituída a Proposta Curricular da Rede Pública Municipal de Educação de Feira de Santana – Educação Especial: Diálogos em construção, fruto do estudo e discussão por parte da equipe de especialistas da Secretaria Municipal de Educação (SEDUC), e que contou com a participação de professores(as) que lecionam nas diferentes etapas de ensino, inclusive na Educação Infantil, estudantes com deficiência e seus familiares, visando criar um documento que se aproximasse da realidade vivenciada no cotidiano da escola.:

Trata-se de uma proposta materializada com essas professoras e esses professores, acrescida das vozes de outras profissionais e outros profissionais e demais pessoas envolvidas com a proposta inclusiva, tais como as próprias pessoas com deficiência, seus familiares, representantes de instituições de apoio à Educação Especial, enfim, com os diferentes sujeitos que, a seu modo e sob diferentes prismas, já nos ajudaram, e outros que certamente darão continuidade ao desafio de pensarmos as necessidades dessas estudantes e desses estudantes com mais clareza, propriedade e aproximação com sua realidade. (FEIRA DE SANTANA (FSA),2019, p. 17)

Apesar dos avanços relacionados às estratégias e documentos norteadores destinados a promoção da inclusão de estudantes com deficiência nas escolas regulares, e mesmo que a Educação Infantil faça parte destas medidas, é necessário que haja mais investimento e políticas educacionais que abranjam esta etapa da educação, permitindo que crianças pequenas com deficiência, possam desde a mais tenra idade, ter acesso a uma educação de qualidade, e que ela aconteça efetivamente.

Para implementação destas metas, e da proposta curricular, as políticas educacionais são indispensáveis, e com elas outro fator importante é a atuação da equipe gestora no ambiente escolar. Buscaremos, a seguir, entender o papel da Gestão escolar diante do processo de inclusão nas instituições de Educação Infantil.

3.2 GESTÃO ESCOLAR E INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: SEJA FORTE COMO A UNIÃO DOS NOSSOS CORAÇÕES TRABALHO E DOR

*[...] seja calma como a luz do sol rasgando a negra
noite dor de março.
Seja fruto do suor tão santo que envolve o trabalho flor
de maio.
Será justiça para com as mãos cobertas de tanto calor
flor de outubro.*

*Será beleza como a chegada do colorido das
primaveras. Seja forte como a união dos nossos
corações trabalho e dor.
Seja firme como as águas lentamente tomando as tantas
terras.
(Gonzaguinha – Colheita).*

Toda iniciativa de discutir sobre as noções e experiências dos gestores escolares, no âmbito nacional, demanda uma breve análise do contexto histórico no qual tais atores sociais estão inseridos, isso porque, não podemos desconsiderar os aspectos políticos, sociais e econômicos produzidos historicamente e que têm desdobramentos sobre a ação dos mesmos. Não obstante, analisar como tem se efetivado a organização e o funcionamento democrático das escolas, considerando a temática inclusão escolar no contexto da Educação Infantil, se configura como um desafio para o gestor escolar, uma vez que tem uma função importante na organização e mediação de processos escolares. (PLACCO, 2010, 2012; SOUSA, 2007).

Para que as ações de uma escola sejam de fato inclusivas, tornam-se necessárias alterações importantes nos sistemas de ensino e nas escolas, pois segundo Mantoan (2003, p.16) “as escolas inclusivas propõem um modo de organização do sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em função dessas necessidades”. Os gestores escolares são essenciais nesse processo, pois inspiram e sustentam a estabilidade do sistema. Tais mudanças sugerem o envolvimento de vários níveis dos sistemas administrativos: secretarias de educação, organização do trabalho pedagógico, formação de professores em exercício, entre outras questões.

Mantoan (2003), alerta para a necessidade de um movimento de organização escolar para que a educação inclusiva se efetive, no qual sejam elaborados projetos educacionais que valorizem as diferenças, defendendo propostas de ensino e de aprendizagem para todos, com uma atuação pedagógica voltada para superar as barreiras impostas pela exclusão, reforçando a importância da constituição de ambientes escolares cada vez mais heterogêneos.

Para tanto, há necessidade de um movimento de gestão escolar que se identifique enquanto espaço de escuta e socialização, democrático e aberto, autônomo e autoral, de modo a viabilizar uma formação continuada dos profissionais atuantes na escola e minimizar as barreiras que limitam a presença, a participação e a aprendizagem de todos os estudantes, indistintamente.

Comumente, se destacam como funções da equipe gestora, em especial do Gestor Escolar: zelar pelo espaço físico da escola garantindo um ambiente agradável; cuidar das finanças, prestando contas à comunidade do uso de recursos; dominar a legislação e as normas

da Secretaria de Educação; ouvir e garantir espaços de participação da comunidade; conhecer as necessidades da instituição; buscar recursos externos para a manutenção da estrutura e realização de projetos. Por vezes, o gestor deve ser criativo na busca de solução aos problemas; acompanhar a elaboração e desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola mobilizando a comunidade escolar para que esse processo seja democrático; garantir processos de inclusão escolar; prezar pelo bom relacionamento entre os membros da equipe escolar; acompanhar o cotidiano da sala de aula e o processo de aprendizagem dos estudantes. Ele deve ser parceiro do coordenador pedagógico e da equipe administrativa: escutar a equipe de trabalho e observar lideranças, motivando-as, acompanhar o corpo docente na gestão da sala de aula e do processo de ensino e aprendizagem, estar aberto a inovações; valorizar o relacionamento humano de toda a comunidades escolar, manter a boa relação com a família dos estudantes e com a comunidade externa, dentre tantas outras funções

Diante de vastas atribuições, Moreira (2012) considera que na gestão educacional, a democratização e a descentralização de poder devem se tornar molas propulsoras de ações, tanto no que diz respeito ao sistema de organização educacional, quanto ao espaço escolar. Para a autora, cabe à gestão escolar reconhecer a importância da participação efetiva e consciente de todos aqueles que compõem a estrutura da organização escolar, pensando em uma gestão democrática.

Nesse sentido, a gestão não desvaloriza a importância da administração escolar, mas a redimensiona, articulando aos aspectos políticos, filosóficos e pedagógicos de cada escola e da comunidade. Cabe à equipe gestora um trabalho que deve propor soluções para o envolvimento da administração com a comunidade (professores, pais, alunos e funcionário), para que a mesma possa transformar a realidade do contexto em que está inserida.

Diante do exposto, a equipe gestora formada por Diretor e Coordenador pedagógico, desenvolvem funções que devem ser articuladas. O diretor é responsável pela parte administrativa, o que se constitui paralelo com o pedagógico:

O diretor tem um leque de atribuições que vai além das responsabilidades burocráticas, tendo em vista, sobretudo, sua responsabilidade na elaboração e no acompanhamento do PPP e do PDE; na participação e no acompanhamento das ações pedagógicas; e na promoção da participação dos diversos segmentos nas ações pedagógicas da escola. (LEAL; NOVAES, 2018, p. 5).

O coordenador pedagógico aparece como um articulador, ou seja, a ele é atribuído o papel de formar esses profissionais da educação, pois segundo Clementi (*apud* ALMEIDA,

2003, p. 55), cabe ao coordenador “acompanhar o projeto pedagógico, formar professores, partilhar suas ações, também é importante que compreenda as reais relações dessa posição”. Na verdade, a própria expressão “coordenação” gera inquietações e se constitui em um termo complexo, pela diversidade de demandas e relações que este profissional abarca, desta maneira:

O coordenador pedagógico tem de atender as demandas do cotidiano, do diretor, de professores, de pais e alunos, e sua possibilidade de sobreviver na função e dada pela apropriação do discurso dominante, visto que, tanto pela escola quanto pelo sistema, não é aceito que ele se vincule apenas as questões históricas ou as trajetórias de experiência profissional, mas também as questões teóricas atuais sobre o que a escola dever ser e fazer. Contraditoriamente, exige-se dele que atue segundo o modelo antigo, com primazia no atendimento a alunos e pais e na garantia da aprendizagem e bom comportamento dos alunos. (PLACCO , 2012, p. 767).

Mediante afirmação anterior, a gestão escolar, nas figuras representadas pelo coordenador pedagógico e diretor escolar, deve ter um olhar especial para questão da inclusão porque, “é muito importante prestar atenção no outro, em seus saberes, dificuldades, sabendo reconhecer e conhecer essas necessidades propiciando subsídios necessários à atuação” (ALMEIDA, 2003, p. 71). Tais percepções surgem das incursões de tais profissionais em sala de aula, dos momentos voltados para reuniões pedagógicas e de formação continuada, ou seja:

A inclusão é sobre cada aspecto do trabalho na escola. É sobre cada lição. É sobre cada aula de ciências. É sobre crianças juntas em um playground. É sobre como as pessoas se comportam em um encontro de trabalho e como professores trabalham juntos. É sobre o que acontece quando os pais vêm à escola pela primeira vez. É sobre a tessitura de novos olhares. É sobre se esta construção é acessível ou não para crianças e adultos com deficiências. É sobre cada um dos aspectos de nossas vidas... não é algo que você faz separado quando você vai para o trabalho – é sobre viver e sobre sua vida e como você quer que as crianças nas escolas vivam as suas vidas, aprendendo juntas. (BOOTH ; BLACK-HAWKINS , 2001, p. 6).

Assim, Booth e Black-Hawkins (2001) sinalizam que a inclusão deve fazer parte de todas as ações da escola, pois se trata de tudo que está relacionado a vida das pessoas, suas relações de respeito, promovendo o respeito a singularidade, contribuindo para a construção de uma sociedade inclusiva de fato. Porém, a escola, de fato, vem assumindo, ao longo da história, um desenho administrativo que se alimenta de modelos antigos e nada democráticos. É necessário eleger meios que reformulem o tipo de instituição escolar que possuímos na atualidade, bem como o modelo de gestão escolar. Precisamos de uma escola que , conforme afirma Paro (2010, p. 776) “esteja de acordo com uma concepção de mundo e de educação comprometida com a democracia e a formação integral do ser humano-histórico – e que se fundamente nos avanços da pedagogia e das ciências e disciplinas que lhe dão subsídios”.

Além destas questões citadas por Paro (2010), em algumas instituições a gestão escolar passa por situações que vão além da falta de uma formação continuada, chegando a condições precárias de trabalho, que sobrecarregam estes profissionais, levando a assumirem funções que não estão previstas.

Diante de tais dificuldades, problematizando a função de coordenador pedagógico, refletimos sobre o que leva o profissional assumir a função, levando em consideração tantos desafios, ao que parece, os benefícios da carreira, sobretudo no que se refere ao crescimento pessoal e profissional, sustentam e promovem a identificação com a função:

[...], porém, contraditoriamente, essa adesão também incorpora os atributos negativos, como baixa remuneração, condições de trabalho inadequadas e demanda de trabalho que ultrapassa suas reais possibilidades de ação. É nesse movimento dialético e permanente que se constituem as identidades profissionais dos coordenadores pedagógicos. (PLACCO; SOUZA ; ALMEIDA , 2012, p. 765)

A partir dos desafios encontrados no trabalho da equipe gestora, entendemos que tanto o coordenador pedagógico quanto o diretor têm um papel importante na promoção da inclusão de crianças com deficiência em escolas regulares de Educação Infantil. Contudo, para que isso aconteça, além da articulação com o corpo docente, a gestão precisa ter conhecimento das políticas educacionais e dos direitos estabelecidos por lei para que possa articular estratégias, que promovam uma educação inclusiva de fato.

4 DIALOGANDO COM A PRÁTICA: CAMINHAR, APRENDER E ALARDEAR UNIVERSO INFINITO

*Caminhar, aprender e a lardear universo infinito.
Outro planeta girando se aproxima das sombras do solo
certo surgirá.
Já cheguei, já parti.
Já sei tanto e é claro que não sei de nada...
(Gonzaguinha – Eterno Começo)*

Nos caminhos percorridos em uma pesquisa, entre as relações de diálogo com os sujeitos, torna-se inevitável estar envolto, considerando que se trata, de questões vivenciadas em um espaço escolar, por ser professora da Educação Infantil. Essa relação se tornou mais forte neste momento delicado enfrentado pela humanidade, com o surgimento da Pandemia causada pela proliferação mundial do novo Coronavírus¹¹, despertando “gatilhos mentais”¹², sentimentos e angústias que foram tomando dimensões nunca antes imaginadas.

Devido ao agravamento da contaminação, vários setores tiveram que suspender suas atividades presenciais, inclusive as instituições escolares (públicas e privadas), de todas as etapas, o que aconteceu em março de 2020, se estendendo até a presente data. Uma pandemia que já dura mais de um ano, e que nos coloca em um contexto instável, sem perspectiva de planejamento de retorno a uma vida que sempre foi estabelecida pelo contato diário, pelo “olho no olho”, pelas relações afetivas e de acolhida diária. Um contexto que exigiu tempo para qualquer iniciativa de retomada. Tempo para entender o que estamos passando, tempo para reorganizar a vida, tempo para respirar e, mesmo entre dores e sofrimentos, tentar dar continuidade, ainda que com limitações, às atividades pessoais e profissionais.

Sensível à situação enfrentada pela humanidade, em especial aos profissionais da Educação, parafraseando Gonzaguinha, seguimos do lado dos sujeitos respeitando suas emoções, exercitando a reflexão a partir deste diálogo virtual, e assim “Caminhar, aprender e a lardear universo infinito”.

¹¹ A Covid-19 é uma infecção respiratória aguda causada pela corona vírus SARS-CoV-2, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de distribuição global. O SARS-CoV-2 é um beta corona vírus descoberto em amostras de lavado bronco alveolar obtidas de pacientes com pneumonia de causa desconhecida na cidade de Wuhan, província de Hubei, China, em dezembro de 2019. Pertence ao subgênero Sarbecovírus da família Coronavirida e é o sétimo corona vírus conhecido a infectar seres humanos.(MNISTÉRIO DA SAÚDE, 2021, p. 1).

¹² Os gatilhos mentais são agentes externos capazes de provocar uma reação nas pessoas e tirá-las da zona de conforto. Em outras palavras, são estímulos que agem diretamente no cérebro. Mas não se trata de hipnose ou algo do tipo, pois a base dos gatilhos mentais está na psicologia.(BLOG DO EAD USC, 2020,p. 1).

Nesta estrada percorrida, diante das incertezas, recorreremos aos recursos tecnológicos oferecidos pelas plataformas digitais, para realização dos questionários e entrevistas semiestruturadas, dos quais, a partir da leitura das respostas apresentadas pelos sujeitos e baseadas nos objetivos traçados para o desenvolvimento desta pesquisa deram origem a criação das seguintes categorias:

Categoria 1: Compreensão sobre o processo de inclusão escolar de crianças com deficiência na educação infantil;

- a) **Categoria 2:** Elementos da Gestão Escolar necessários para a realização de processos de inclusão escolar de crianças na educação infantil;
- b) **Categoria 3:** Ações desenvolvidas pela Gestão Escolar para promover a inclusão de crianças com deficiência em um Centro Municipal de Educação Infantil de Feira de Santana;
- c) **Categoria 4:** Formação continuada.

Dando sequência às possibilidades viáveis para realização desta pesquisa nesse momento, ainda refletindo o artista Gonzaguinha, na canção Eterno começo, entendo que nessa trajetória de pesquisa “Já cheguei, já parti. Já sei tanto e é claro que não sei de nada...”. Por isso, buscaremos nos dados coletados com os sujeitos originários da temática dissertada nesta pesquisa, paralelamente refletindo sobre a pandemia, que se tornou um fator importante a ser considerado, analisar as respostas obtidas, embasadas por estudiosos da área, num exercício de problematizar a práxis, tendo como foco o papel da gestão escolar dentro do processo de inclusão de crianças com deficiência na Educação Infantil em um CMEI, localizado no município de Feira de Santana, na Bahia.

4.1 CONHECENDO OS SUJEITOS: VOZES DE UM SÓ CORAÇÃO

*Vozes de um só coração
Igual no riso e no amor.
Irmão no pranto e na dor.
Na força da mesma velha emoção.
Nós vamos levando este barco.
(Gonzaguinha, Artistas da Vida).*

Os sujeitos que integram esta pesquisa são compostos por uma diretora, uma coordenadora e duas professoras dos grupos 4 e 5 respectivamente, que atuam no CMEI “Sementes do Amanhã”.

Assim como diz Gonzaguinha no trecho da música “Artistas da Vida”, os sujeitos desta pesquisa são “vozes de um só coração”, ou seja, professoras que pertencem à mesma instituição, em funções diferentes, mas que tem em comum no seu cotidiano a atuação no processo de inclusão.

No quadro abaixo, apresentamos o perfil dos sujeitos das pesquisas e para isso serão utilizados nomes fictícios, preservando a imagem das participantes.

Quadro 5 – Descrição dos sujeitos da pesquisa

Sujeito	Idade	Sexo	Formação Inicial	Função que exerce na Escola	Tempo de atuação no CMEI “Sementes do Amanhã”	Formação na Área de Educação Especial
D1	50	F	Pedagogia	Diretora	4 anos	Educação Especial
CP1	35	F	Pedagogia	Coordenadora pedagógica	1 ano	Psicopedagogia
P4	46	F	Pedagogia	Professora	2 anos	Psicopedagogia
P5	31	F	Pedagogia	Professora	3 anos	Não possui

Legenda: D1 (Diretora). CP1 (Coordenadora Pedagógica); P4 (Professora Grupo 04) e P5 (Professora do Grupo 5); F (Feminino).

Fonte: Tabela construída pela autora, a partir dos questionário Google formulário (2020)

Fundado em junho de 2016, o CMEI “Sementes do Amanhã” está localizado em um bairro periférico do Município de Feira de Santana e atende crianças na faixa etária de 2 a 5 anos de idade. Uma unidade escolar nova, com menos de 5 anos de fundação, que possui, em sua equipe, membros que chegaram em diferentes momentos, desde a sua instalação. A D1 (diretora) atua na gestão da instituição, desde a fundação, já a coordenadora pedagógica é o membro mais recente da equipe gestora, com apenas um ano nesta instituição de ensino. As professoras, aqui definidas como P4 e P5, com 2 e 3 anos de atuação nesta CMEI, fazem parte do coletivo institucional que contribui para a construção das relações, da proposta escolar, da cultura do CMEI.

Até 2018 a equipe gestora era formada por uma diretora e uma coordenadora pedagógica. Na ocasião, de forma coletiva, teve início o planejamento de formação para a construção do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, porém com o afastamento da coordenadora no 1º Semestre de 2018, esse processo de formação foi suspenso como nos relata D1:

Até início de 2018, eu contava na Gestão com uma Coordenadora Pedagógica, e juntas organizávamos formação, até chegamos a publicar um resumo expedido em um evento acadêmico, que teve a colaboração de uma professora com a temática inclusão e o Projeto Político Pedagógico. No ano de 2018 nossa jornada pedagógica teve como tema o P.P.P., porém com o afastamento da Coordenadora Pedagógica tivemos que suspender essa construção e focar em outras demandas. Não deixamos de realizar a formação, mas aconteceu com outras temáticas. (D1, 2021).

Dessa forma, a escola caminha em busca da construção do Projeto Político Pedagógico (PPP), destacando a necessidade de uma construção que aconteça de forma coletiva, pois de acordo com Veiga (2010, p. 1) “constituindo-se em processo participativo de decisões, o projeto político-pedagógico procura instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico”. Trata-se de um documento para direcionar, problematizar, e buscar soluções para a escola, ou seja, é considerado a identidade da escola.

A instituição prosseguiu sem coordenadora pedagógica até 2020 quando a CPI(Coordenadora Pedagógica) ingressou no CMEI Sementes do Amanhã e passou a integrar a gestão da escola, porém com a suspensão das aulas presenciais em março de 2020, a mesma não teve muito contato com a equipe pedagógica da escola. Dessa forma, as reuniões pedagógicas estão acontecendo de forma remota/por meio de encontros virtuais, situação vivenciada por diversos setores da sociedade :

[...] não obstante desde que foi declarada a pandemia causada pelo novo coronavírus (Sars- Cov- 2), houve um empenho coletivo de profissionais das mais diversas áreas para não só tentar compreender o que envolvia esse momento enquanto desafio para mantermo-nos com saúde e vida bem como o desafio de redescobrir formas de nos relacionar, vivenciar as demandas do mundo do trabalho e das relações interpessoais. (UZEDA ; SANTOS , 2021, p. 36).

Nesta perspectiva, apesar dos sujeitos terem relatado possuir uma trajetória maior na Educação Infantil, consideramos nesta pesquisa o tempo e atuação no CMEI Sementes do amanhã, pois é nesse encontro e construção coletiva que vão sendo trilhados caminhos. As experiências se cruzam e novos desafios surgem, conforme nos explica André (2010, p. 13), “o sujeito é capaz de objetivar-se, transformar-se enquanto transforma o ambiente imediato e objetivar-se enquanto interage, por meio dos significados”.

4.2 REFLETINDO COM AS CATEGORIAS “VOZES DOS SUJEITOS”: TUDO COMEÇOU HÁ MUITO TEMPO E HÁ TANTA COISA AINDA PARA FAZER!

*Cabeça que eu tenha sempre, para sempre lembrar
(matutar) memória que eu nunca perca para nunca*

esquecer que tudo começou a muito tempo e há tanta coisa ainda pra fazer (claro) e sem saber daquilo que é passado o presente fica sempre mais difícil de se entender.

(Gonzaguinha – Cabeça)

A escola é considerada um espaço de produção do conhecimento, desenvolvimento do processo de aprendizagem, e por isso deve, ou pelo menos deveria ser um ambiente inclusivo, de respeito às diferenças. Não obstante, quando partimos para o cotidiano, em especial, em escolas regulares da Educação Infantil que tem em seu alunado crianças com deficiência, notamos que mesmo com a luta pela garantia dos direitos, a inclusão continua sendo algo desafiador, vivenciado pela gestão escolar, equipe de profissionais da educação e familiares:

Mesmo com alguns avanços conquistados não são suficientes para que seja assegurado de forma plena a inclusão escolar e consequentemente a construção do processo educacional, mesmo que esses avanços reconheçam a diversidade e os direitos dos indivíduos desse processo. (BEZERRA ; SILVA , 2019, p. 10).

Mediante os desafios diários, presentes no cotidiano escolar, evidenciamos a importância de discutir, problematizar e refletir através das “vozes dos sujeitos” e documentos norteadores, a exemplo da Proposta curricular da Educação Especial do município de Feira de Santana, Plano Nacional, Estadual e Municipal de Educação, entre outros, sobre o processo de inclusão de crianças com deficiência, em escolas regulares de Educação Infantil. Buscaremos, com tais reflexões, enfatizar a atuação da equipe gestora, partindo do pressuposto de que “tudo começou há muito tempo e há tanta coisa ainda para fazer” (Gonzaguinha), pois se trata de um processo em construção contínua, em movimentos que implicam inclusive, o repensar a práxis, ou seja, analisar a teoria através da prática.

4.2.1 Categoria 1: Compreensão sobre o processo de Inclusão Escolar de crianças com deficiência na Educação Infantil

Pensar no processo de inclusão de crianças com deficiência nas escolas de Educação Infantil implica conhecer as concepções de inclusão desses profissionais da educação (Gestores e professores), tendo em vista que , Garnica (2008, p. 499 *apud* SOARES, 2014, p. 47), “concepções são construções que se elaboram durante toda a vida e influenciam os pensamentos e as ações”.

Tendo em vista a história de vida de cada sujeito, seus pensamentos, no caso desta pesquisa, sua relação com a inclusão, encontramos no relato da D1 (Diretora) uma auto avaliação em relação ao olhar da equipe escolar sobre o processo de inclusão:

Percebo que temos muito o que avançar, que enquanto equipe escolar existe a necessidade de olhar o aluno com deficiência como alguém cheio de potencialidades e nos permitir adentrar nesse universo da Educação Especial. Tenho vivenciado grandes avanços tanto das crianças como dos Professores, e acima de tudo, a consciência de saber que precisamos avançar. D1 (Diretora)

A partir do relato da D1, e no conjunto dos relatos por ela apresentados durante a realização desta pesquisa, encontramos a compreensão da gestora de que a inclusão ainda é embrionária nesta instituição, e dessa forma a D1 faz uma reflexão sobre as possibilidades de avançar ainda mais neste processo, o que nos remete a Mantoan (2003, p. 7) quando destaca: “penso que sempre existe a possibilidade de as pessoas se transformarem, mudarem suas práticas de vida, enxergarem de outros ângulos o mesmo objeto/situação”. A autora ainda acrescenta que a partir dessa transformação levará a “conseguirem ultrapassar obstáculos que julgam intransponíveis, sentirem-se capazes de realizar o que tanto temiam, serem movidas por novas paixões [...]” (MANTOAN, 2003, p. 7).

Esta reflexão, apresentada por Mantoan (2003), transcreve o momento de transformação e desejo de mudança apresentado pela D1, assumindo o desafio de tornar o CMEI Sementes do Amanhã uma instituição inclusiva. Mas o que realmente caracteriza uma escola como inclusiva de fato?

Para Carvalho (2004, p. 34), “uma escola inclusiva vai além do ‘eu’, do ‘nós’ objetivando os todos nós”, ou seja, ela precisa promover para todos uma educação que preze pela igualdade (garantia dos direitos conquistados) e pela equidade que se refere ao processo, reconhecendo que na garantia desses direitos precisam ser consideradas as especificidades de cada um, e com isso, assegurar o acesso a uma educação de qualidade. A autora complementa afirmando que “numa escola verdadeiramente inclusiva, a “dança cósmica” de Capra será bailada com todos participando e se integrando sem exclusões, sendo cada qual reconhecido em sua individualidade” (CARVALHO, 2004, p. 35).

Notamos que a escola trilha seu caminho em relação a promover uma educação inclusiva. É o que constatamos quando a D1 potencializa no seu relato avanços identificados no cotidiano do CMEI no que diz respeito, tanto ao desenvolvimento das crianças com deficiência, quanto nas ações promovidas pelos professores num exercício de reflexão, pois “os desafios impostos à escola têm exigido um profissional na gestão que pense a sua prática,

que produza conhecimento e tenha autonomia frente às mudanças de comportamento, de atitudes, de práticas e de necessidades sociais que ocorrem na atualidade” (SANTOS; CASTRO, 2020, p. 12). É um movimento de reconhecimento de que algo está sendo feito e precisa continuar, e nesse movimento compreendemos a inclusão escolar como algo que ocorre em conjunto:

Por tudo isso, a inclusão é produto de uma educação plural, democrática e transgressora. Ela provoca uma crise escolar, ou melhor, uma crise de identidade institucional, que, por sua vez, abala a identidade dos professores e faz com que seja ressignificada a identidade do aluno. (MANTOAM, 2003, p. 20)

Essa visão da necessidade de avanço apresentada pela D1 (gestora), é complementada através do relato da CP1 (Coordenadora Pedagógica), enfatizando que para que essa inclusão aconteça, é importante que haja investimento por parte do governo local em relação a formação e materiais pedagógicos que auxiliem a escola dentro desse processo de inclusão:

[...] percebo que há muito o que ser feito ainda para que a inclusão de fato aconteça. O município precisa investir na formação, nos materiais pedagógicos e na garantia real dos direitos dessas crianças. CP1 (Coordenadora pedagógica)

A questão da inclusão no município, de fato, ainda é incipiente e requer atenção especial dos governos, das equipes gestoras em âmbito municipal, assim como, das próprias equipes gestoras escolares. Se entendemos a inclusão como um processo pelo qual escola e sociedade buscam reconhecer as diferenças que caracterizam as pessoas, lutar pela igualdade em condições de acesso e permanência com qualidade, envolve uma mudança de atitude de todos os segmentos ligados direta ou indiretamente à escola. Uma mudança que requer condições de formação permanente, mas também estruturais, de infraestrutura e de valorização das equipes com condições de trabalho, carreira e reconhecimento social.

O Plano Municipal de Educação de Feira de Santana, 2016-2026, disposto na Lei nº 3651, de 16 de dezembro de 2016, estabelece na Meta 1, entre suas estratégias, 1.33 Implementar ações de pesquisa, desenvolvimento e aquisição de materiais didáticos pedagógicos e brinquedos que contemplem as diferentes deficiências, nos programas e projetos municipais, a partir da vigência deste PME (FEIRA DE SANTANA, 2016, p. 134). Uma estratégia arrojada, que sendo aplicada, poderia garantir recursos para a escola, porém como a CP1 (Coordenadora Pedagógica) relatou, esta estratégia não foi efetivada nos CMEIs, tornando ainda mais difícil que ações sejam desenvolvidas para que a inclusão aconteça. Acordando com o que foi exposto pelo relato da CP1 (Coordenadora Pedagógica), encontramos na resposta da P5 (professora), destaque para a falta de acessibilidade e escassez de formação continuada para

professores, considerados por elas obstáculos que dificultam a garantia de direitos das crianças com deficiência:

A minha percepção é de que o processo de inclusão acontece, apesar de ser muito desafiante. Enfrentamos muitos obstáculos desde a estrutura física do CMEI e formação dos professores, porém lutamos pelos direitos dessas crianças. P5(Professora)

Chama atenção no relato da professora, o que seria a sua compreensão sobre inclusão. Seu relato indica que essa acontece, apesar dos desafios estruturais e de formação, diante das condições de trabalho que estão postas. Vale ressaltar que a formação em exercício é considerada por muitos professores algo desafiador dentro do processo de inclusão, pois conforme nos explica Sant’Ana (2005, p. 228), “os educadores precisam estar habilitados para atuar de forma competente junto aos alunos inseridos, nos vários níveis de ensino”. Na relevância dessa discussão, destinamos uma categoria específica para refletir e dialogar sobre a formação continuada de professores, uma questão urgente e necessária na promoção de uma educação de qualidade para todos/todas.

Quando partimos para a compreensão da P4 (Professora) em relação ao processo de inclusão de crianças com deficiência, encontramos uma percepção mais voltada para o pedagógico, visando o desenvolvimento, ampliando para uma inclusão que abranja todas as crianças, com deficiência ou não, considerando que “cada discente tem uma identidade que não pode ser comparada, rotulada ou padronizada, pois é um sujeito único e dotado de características que não podem ser categorizadas e hierarquizadas (CASTRO; ALVES, 2018, p. 5).

É essencial essa inclusão, não somente para o desenvolvimento da criança com necessidades especiais, como também das outras. P4 (Professora)

A P4 destaca em seu relato que a inclusão precisa ser garantida para todos/todas, independente da deficiência ou não, ressignificando a compreensão de inclusão. Silva, Pedro e Jesus (2017, p. 2), nos explica que “falar em inclusão nos remete às discussões sobre o direito à igualdade e o direito à diferença. As sociedades são, por mais homogêneas que tentem aparentar, multiculturais em sua essência”, com isso, a P4 reconhece que as ações realizadas na escola devem incluir todos/todas, pensando nas singularidades, diferentes formas de aprendizagem, ou seja, “incluir, portanto, não significa homogeneizar, mas, ao contrário, dar espaço para a expressão das diferenças” (SILVA; PEDRO; JESUS, 2017, p. 2).

Porém, apesar dos relatos da equipe gestora e professoras do CMEI apresentarem avanços significativos, no sentido da compreensão da inclusão enquanto um processo complexo que envolve a participação de toda a comunidade escolar, essa inclusão só pode ser garantida, se houver o devido investimento em recursos humanos, materiais e de infraestrutura. No Brasil observamos, grosso modo, que a inclusão de fato ainda está muito distante de acontecer como defendemos nos estudos e políticas, mesmo sendo assegurado na Constituição de 1988, sinalizando que “a educação de pessoas com deficiência deveria ocorrer, preferencialmente na rede regular de ensino e garantiu ainda o direito ao atendimento educacional especializado.” (MENDES, 2010, p. 102 e 103). Passaram quase 33 anos da criação desta lei, então podemos afirmar, diante da trajetória percorrida, que as instituições escolares ainda não estão preparadas para a inclusão, tendo como desafios principais a falta de acessibilidade, de materiais pedagógicos e de formação continuada.

Os achados da categoria 1 apontam que, apesar da equipe gestora e das professoras apresentarem conhecimento sobre o conceito de inclusão, na prática, a escola passa por questões desafiadoras que impedem a efetivação da inclusão. Existe a consciência da gestão sobre a importância de avançar no que se refere à prática escolar por parte da equipe gestora e equipe pedagógica, porém algumas ações precisam ser realizadas pelo governo local como efetivação de políticas educacionais, voltadas à inclusão. Podemos citar o Plano Municipal de Educação 2016–2026, que contém metas e estratégias que visam, através de políticas educacionais, melhorar a educação, documento esse construído de forma democrática, que precisa ser assegurado :

Precisamos de escolas e currículos comprometidos em promover a igualdade, engajamento cidadão e o combate a todo tipo de exclusão e discriminação, mas esse trabalho não pode ser separado dos métodos, o “como” da governança e da formulação das políticas. (AVELAR, 2019, p. 79).

De acordo com os relatos dos sujeitos, mesmo sem recursos e enfrentado desafios diários, o CMEI tem trilhado um caminho que o aproxima, cada dia mais, do perfil de uma escola inclusiva. Desse modo, buscando uma maior reflexão sobre como ocorre o processo de inclusão de crianças com deficiência no CMEI Sementes do Amanhã. Desse modo, partimos para a análise da segunda categoria, na intenção de conhecer os elementos utilizados pela gestão para promover a inclusão.

4.2.2 Categoria 2: Elementos da Gestão Escolar necessários para a realização de processos de inclusão escolar de crianças na educação infantil.

A educação tem passado por mudanças significativas, na luta pela garantia dos direitos das pessoas com deficiência, direcionando um olhar mais sensível para a inclusão. Nessa perspectiva, a gestão escolar precisa transformar sua organização, o seu modelo de gerir, que deve acontecer de forma democrática, participativa no sentido de dar voz aos profissionais da educação e comunidade, com o intuito de conhecer a realidade e permitir a democratização da educação, entendemos que “a gestão democrática da escola implica que a comunidade, os usuários da escola, sejam os seus dirigentes e gestores e não apenas os seus fiscalizadores ou meros receptores dos serviços educacionais” (GADOTTI, 1994, p. 2). Esta participação permite que a Gestão escolar possa desenvolver ações que contribuam para que a inclusão aconteça no ambiente escolar.

Assim, para a composição dessa categoria, destacamos alguns elementos que aparecem nos relatos das participantes dessa investigação, dentre eles: **equipe gestora presente, gestão democrática e participativa, projeto político pedagógico, compreensão da comunidade escolar da qual faz parte**. São elementos que aparecem em sincronicidade (PLACCO; ALMEIDA; SOUZA, 2012), ou seja, não possuem uma ordem estabelecida ou a possibilidade de serem destacados isoladamente, aparecem no coletivo dos relatos, ora de modo explícito, ora nas entrelinhas, às vezes com relevo em determinado componente, mas sempre interligados. Apresentamos essas considerações para explicar que compreendemos essa categoria nuclear da pesquisa, e que precisa ser compreendida em toda a sua complexidade.

A atuação da Gestão escolar do CMEI Sementes do Amanhã, para realização da inclusão, de crianças com deficiência, do ponto de vista tanto da P4 (Professora) quanto da P5 (Professora), se apresenta bem participativa, apoiando sua equipe e lutando constantemente para garantia dos direitos das crianças. Ressaltamos também o trabalho de sensibilização diante da comunidade e dos desafios enfrentados para promover esta inclusão, o exercício diário de uma gestão participativa, pois segundo Gadotti (2014, p. 1), “a participação popular e a gestão democrática fazem parte da tradição das chamadas ‘pedagogias participativas’. Elas incidem positivamente na aprendizagem”. O autor completa afirmando que, ” pode-se dizer que a participação e a autonomia compõem a própria natureza do ato pedagógico. A participação é um pressuposto da própria aprendizagem “ (GADOTTI, 2014, p. 1).

Seguindo os princípios da gestão participativa, a D1 (gestora), através do seu relato, apresenta a importância da equipe gestora na realização da inclusão, visto que é a gestão que estabelece o primeiro contato com os familiares das crianças com deficiência, e a partir desta relação, são criadas estratégias que irão propiciar a realização do processo de inclusão:

A Equipe Gestora tem um papel muito importante, pois a primeira acolhida das crianças com deficiência na Educação Infantil e da família desse aluno passa a ser feita pela equipe gestora. Além disso o investimento na formação continuada de toda equipe deve ser viabilizada. D1 (diretora)

Planejar essa acolhida é fundamental, pois através desse primeiro contato, tanto dos professores/as , quanto e d as crianças poderá estabelecer um anal de troca eu contribuirá para o desenvolvimento e socialização dessa criança,. Uma gestão democrática e participativa precisa abrir espaço e tempo para a realização de processos de planejamento que envolvam as organizações didáticas, estudos, análises dos contextos das práticas, enfim, elementos que aprimorem o planejamento das práticas pedagógicas. Um processo de construção coletiva deve oferecer dinamicidade, flexibilidade e organicidade necessárias para um trabalho intencionalmente planejado. A D1 (Gestora) ressalta que, “a orientação é para um planejamento que atenda as demandas dos alunos com deficiência”.

Os dados apreendidos confirmam que uma gestão democrática e participativa é aquela que se comunica com todos, valorizando o diálogo e buscando respostas para atender os estudantes, com todas as suas singularidades (PRIETO, 2002). Isso também implica realizar o devido acompanhamento dos processos e dos resultados das propostas estabelecidas no Projeto Político Pedagógico, instrumento valioso que deve nortear as ações da gestão escolar.

Paro (2016, p. 17) acredita que a escola só poderá desempenhar um papel transformador se estiver junto aos interessados, nesse caso, a comunidade. Para o autor, a escola precisa se organizar para atender os interesses (embora nem sempre conscientes) das camadas às quais essa transformação favorece, ou seja, às camadas trabalhadoras. Sabemos que no cotidiano escolar estabelecer essa relação nem sempre é possível, é um trabalho constante, desafiador, porém “processos democráticos, participativos e transparentes, são importantes sempre” (AVELAR, 2019, p. 79). A partir dessas relações estabelecidas, surgem os desafios e a necessidade da gestão intervir assumindo um papel essencial nesse diálogo entre familiares de crianças com deficiência e professores, como diz a CP1:

Estamos sempre buscando auxiliar os pais nesse processo que é tão individual, orientar e acompanhar os docentes que se sentem inseguros na prática com as crianças. Por meio de formações vamos orientando a comunidade escolar sobre a importância da garantia dos direitos dessas crianças. CP1(Coordenadora pedagógica)

Esta gestão participativa, citada tanto pela equipe gestora, quanto pelas professoras, se torna ainda mais presente neste momento de distanciamento social, com a dificuldade na

comunicação da escola com as famílias (por falta de aparelho celular e acesso às redes sociais, entre outros problemas relacionados ao aumento da desigualdade social¹³ no período de pandemia). A D1 explica que conseguiu prestar assistência há alguns familiares de crianças com deficiência, orientado em questões relacionadas a busca por atendimento especializado como também direcionando para consultas médicas, e com a implementação do ensino remoto no município, essas ações com as famílias se intensificaram. Dessa forma, “a realidade imposta na organização da escola, o que foi feito pela pandemia, necessita de novos olhares para a vivência da gestão escolar” (SILVA; SILVA; GOMES, 2021, p. 7). Vale ressaltar que a equipe gestora do CMEI Sementes do Amanhã continuou e continua atuando presencialmente, na escola, durante o período de distanciamento social, o que de acordo com os autores, acabou mudando a “forma de condução das propostas pedagógicas, administrativas, financeiras e relacionais” (SILVA; SILVA; GOMES, 2021, p. 7).

De fato, a gestão participativa é um diferencial importante a todo processo de gestão. De acordo com Brito e Carnielli (2011, p. 32), “a promoção de uma gestão educacional democrática e participativa está associada ao compartilhamento de responsabilidades no processo de tomada de decisão”, dessa forma a gestão participativa contribui para o envolvimento dos membros da equipe escolar em propostas que se tornam coletivas, construídas também com o apoio dos familiares e crianças, dando voz aos setores que integram a escola, num exercício de escuta e construção, em prol de uma educação de qualidade para todos/todas.

Com isso, as falas das professoras e da equipe gestora ressaltam a importância de se estabelecer na escola uma gestão participativa, e através do coletivo, buscar estratégias que permitam enfrentar os desafios, encontrando possíveis possibilidades, construídas no cotidiano da escola, entendendo o processo de inclusão como algo importante. Mesmo o CMEI não apresentando as condições necessárias para que a inclusão seja promovida de forma efetiva, existe um esforço para que ela ocorra. Esse esforço acontece a partir de ações planejadas e desenvolvidas pela equipe gestora junto aos profissionais da educação e comunidade escolar.

O relato da D1, gestora do CMEI, que destaca “muitas vezes a equipe escolar necessita de uma orientação mais eficaz para acolher e atender esses meninos e meninas”, e diante das dificuldades para que isso ocorra, evidenciamos que é no convívio, no diálogo, contando com

¹³ Entre o final de 2019 e o segundo trimestre de 2020, ocorreu um grande aumento da desigualdade de renda do trabalho nas metrópoles no Brasil, resultante da crise econômica do período, e tendo como agravante a pandemia da Covid-19. É o que aponta o estudo desenvolvido pela PUCRS, pelo Observatório das Metrópoles e pelo Observatório da Dívida Social na América Latina (RedODSAL, 2020).

o que possuem, que superam muitas das dificuldades. Em continuidade, relata que, ainda assim, “[...] com a convivência as aprendizagens acontecem tanto para as crianças como para a equipe escolar” (D1).

Atuar na gestão escolar não é algo que se realiza com tranquilidade. O relato acima vai ao encontro de Prieto (2002), ao destacar que os gestores escolares precisam dedicar muito esforço para conseguir efetivar uma proposta de educação inclusiva. O relato nos sugere ainda que a ação pedagógica refletida, individual e coletivamente, possibilita a articulação e construção de uma nova prática, contribuindo com o processo de aprendizagem significativo e contextualizado.

4.2.3 Categoria 3: Ações desenvolvidas pela Gestão Escolar para promover a inclusão de crianças com deficiência em um Centro Municipal de Educação Infantil de Feira de Santana

Toda ação realizada na escola para promover uma educação de qualidade para todos/as pautada no respeito às singularidades e garantia de direitos, parte de um planejamento que tem como base “as vozes dos sujeitos” que integram o ambiente escolar. De acordo com a Proposta Curricular da Rede Pública Municipal de Educação de Feira de Santana – Educação Especial: Diálogos em construção... Feira de Santana (2019, p. 70), “o processo de inclusão é o primeiro passo numa operação de reconhecimento do outro enquanto sujeito de direitos, pois é na aproximação que se estabelece algum saber acerca deste que nos é diferente”, e é a partir dessa aproximação, desse contato com a criança e familiares, que a gestão escolar passa a exercer um papel importante no planejamento de ações que atendam às necessidades das crianças e colaborem para o desenvolvimento da prática do professor na sala de aula.

No tocante a ações desenvolvidas pela gestão CMEI Sementes do Amanhã, para promover a inclusão, identificamos através dos relatos que apesar da escola estar no processo de construção do Projeto Político Pedagógico (PPP), a gestão, junto com o/as professores /as, traçaram caminhos em busca de não só acolher as crianças com deficiência, mas também promover a inclusão no que diz respeito ao aspecto pedagógico (nas salas de aula através das aulas) e no aspecto estrutural (acessibilidade). A inclusão escolar tem início na educação infantil, quando se desenvolvem as bases necessárias para a construção do conhecimento e seu desenvolvimento global (Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, 2008, p. 16). A D1 (diretora) destaca em seu relato algumas ações realizadas pela gestão no CMEI:

- O Acolhimento da criança e da família;
 - O encaminhamento dessas crianças à rede de apoio para tratamento e acompanhamento;
 - A viabilização de Auxiliares da Educação Especial para esses alunos;
 - A orientação para um planejamento que atenda às demandas dos alunos com deficiência;
 - A adequação de materiais e espaços para os alunos com deficiência.
- (D1)

As ações apresentadas pela D1 reafirmam a intensão de promover uma gestão democrática e participativa, que visa acolher as crianças e seus familiares, oferecendo segurança e empatia, estabelecendo um vínculo de confiança, que se evidencia nas ações por compreender que, “os benefícios de uma boa integração entre a família e a escola relacionam-se a possíveis transformações evolutivas nos níveis cognitivos, afetivos, sociais e de personalidade dos alunos” (DESSEN; POLONIA, 2005, p. 305).

Tendo em vista a construção deste vínculo com as famílias, de acordo com a D1, a equipe gestora e os /as professores/as, através dos encontros nas reuniões com familiares e da observação da criança e seu desenvolvimento, no cotidiano escolar, organizam relatório e através deste registro, com o consentimento da família, encaminham a criança para a rede de apoio. Como o CMEI não possui uma Sala de Recursos Multifuncionais, a escola conta com apoio de instituições como a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Feira de Santana, ente outras, e também com o Centro Inter profissional de Atendimento Educacional (INTEREDUC), que além de oferecer atendimento pedagógico e psicopedagógico para crianças com deficiência, também realiza formação em exercício para professores e estagiários da rede municipal de Educação, ação relatada pelas P5 e P4(professoras):

Uma ação sugerida pela gestão é encaminhamento das crianças para o INTEREDUC Solicitação de estagiários para acompanhamento das atividades das crianças com deficiência. P5(professora)

As crianças com deficiência são atendidas pelos professores e auxiliares extras e também há o incentivo para um trabalho fora da escola com outras instituições. P4 professora)

Destacamos aqui, através das falas das professoras, a importância das redes de apoio para que a inclusão aconteça no ambiente escolar. Nesse caso, a instituição escolar precisa estabelecer parceria no sentido de acompanhar o desenvolvimento da criança em outros espaços especializados, ficando a cargo da equipe gestora estabelecer esse contato, numa ação conjunta com os professores e a família, visando o desenvolvimento da criança com deficiência.

Além do acolhimento e direcionamento das crianças para atendimento em redes de apoio, a D1 apresenta outra ação referente a organização e planejamento das aulas que atendam as crianças com deficiência, considerando suas potencialidades, procurando conhecer a criança sem rotular ou focar no diagnóstico, quando existir, mas realizar uma flexibilização curricular. Lembrando que “a flexibilização curricular na escola regular não garante em si mesma a inclusão, mesmo porque a escola é uma instituição social que reflete as diversas formas de conceber a deficiência” (FEIRA DE SANTANA (FSA), 2019, p. 76).

Neste contexto de flexibilização curricular, aparece outra ação evidenciada pela equipe gestora (D1, CP1), em seus relatos, que é a adaptação de materiais pedagógicos, muito importante no processo de inclusão de crianças com deficiência. São construídos a partir das observações realizadas pelos/as professores/as, considerando o documento:

As adaptações dos recursos utilizados para as estudantes e os estudantes com deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e altas habilidades/superdotação devem ocorrer partindo de cada sujeito que irá utilizá-los, registrando-se a eficácia ou não do material, para que este seja aprimorado até atender às suas necessidades. (FEIRA DE SANTANA (FSA) ,2019, p. 153).

Apesar destas ações apresentadas, tanto pela equipe gestora, quanto pelas professoras, como instrumentos importantes para promover a inclusão no CMEI Sementes do Amanhã, a D1 e a CP1 acreditam que ainda existe muito para se avançar na garantia dos direitos das crianças com deficiência, já que algumas melhorias como a acessibilidade e materiais adaptados, não estão ao alcance da gestão. Essas melhorias devem partir do governo Federal e local, tal afirmação se dá, pelo convívio diário com estas crianças e a relação do CMEI com as famílias, que permite conhecer a realidade, no cotidiano escolar, pois é no “chão da escola” que os desafios para a inclusão são descortinados.

Nesse sentido, para que a escola possa incluir todas as crianças (com deficiência ou não), é primordial que seja estabelecida uma relação de diálogo e parceria com as famílias. Partindo para os princípios da gestão democrática, a participação da comunidade nas tomadas de decisão da escola, deve ser construída no dia a dia, ou seja, é um caminho que se faz ao caminhar, o que não diminui a necessidade de se refletir previamente a respeito dos obstáculos e potencialidades que a realidade apresenta para a ação” (PARO, 2016, p. 24).

Em relação ao cotidiano do CMEI Sementes do amanhã, de acordo com a D1, a escola já se encontra nesse processo de construção da parceria com as famílias, em especial das crianças com deficiência. Cabe destacar que o acolhimento acontece com empatia e sensibilidade, passando segurança para as famílias, principalmente por se tratar de crianças na

mais tenra idade, pois “entende-se que quando a família e a escola mantêm boas relações, as condições para um melhor aprendizado e desenvolvimento da criança podem ser maximizadas”. (DESSEN; POLONIA, 2005, p. 304).

A relação é muito próxima, pois como gestora e mãe de criança com deficiência que estuda no CMEI, a empatia com essas famílias é imediata, além de termos professores que tem familiares com deficiência. Os diálogos com as famílias são constantes e a troca de informações entre a escola e a família tem ajudado muito, mesmo que às vezes num primeiro momento tenhamos que quebrar as barreiras do luto de cada família. Essa relação é a base de um trabalho positivo, pois as trocas de informações e os direcionamentos que devem ser dados perpassam por esse diálogo. (D1).

A D1 destaca no seu relato, que na instituição, além dela (mãe de uma criança com deficiência), alguns/mas professores/as tem familiares com deficiência. Outro ponto importante que a D1 nos traz é a troca de informações entre os profissionais da educação e as famílias, o que leva a estabelecer uma parceria, compreendendo dentro dessa relação escola x família, que “as formas peculiares de relacionamento que pais e escolas mantêm entre si dependem, sobretudo, das percepções que cada um desses segmentos tem de si próprio e do outro” (DESSEN; POLONIA, 2005, p. 308).

Mas, vale ressaltar, estabelecer essa relação é algo um pouco complexo, principalmente quando se trata de familiares de crianças na mais tenra idade com deficiência. A D1 sinaliza no seu relato a questão do “luto”, período delicado enfrentado pelas famílias, uma vez que “a confirmação de uma deficiência pode representar uma fonte poderosa de constantes conflitos, que repercutem não apenas nos pais e nos demais membros do grupo familiar, mas também, de forma muito significativa, na própria criança” (FERREIRA; MARQUES; LUCENA, 2016, p. 81). A equipe gestora tem um papel importante na relação com as famílias neste momento de luto, de escuta e acolhimento.

Para a CP1 (coordenadora pedagógica), a inclusão deve acontecer de forma natural com o apoio das famílias, para que as mesmas se sintam seguras, uma forma de caminhar lado a lado em prol de uma educação inclusiva. Com isso, é importante que “família e escola saibam aproveitar os benefícios desse estreitamento de relações, pois isto irá resultar em princípios facilitadores da aprendizagem e formação social da criança” (VIRGINIO, 2019, p. 10). É essa relação de confiança que CP1 apresenta no seu relato:

Buscamos sempre a parceria para que esse processo de inclusão aconteça da forma mais natural e proporcione segurança nos pais em confiar em nosso trabalho e possamos garantir a aprendizagem das crianças. (CP1).

Essa parceria se torna mais evidente com os depoimentos das professoras P4 e P5, reafirmando a relação estabelecida entre a escola e as famílias, se referindo também ao compromisso da Gestão em apresentar para os familiares direitos e deveres das crianças, inclusive a responsabilidade e obrigatoriedade da frequência na educação infantil, pois de acordo com a Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013, que altera a LDB nº 9394/96, no artigo 31. IV a criança deverá frequentar 60% do total de horas, entendendo também que a participação desta criança nas aulas, contribui para o seu desenvolvimento, aspecto destacado no relato da P5 (professora):

É uma relação de comprometimento e ajuda. A direção apresenta aos pais os direitos que seus filhos tem perante a sociedade e também acompanha e exige, juntamente com os professores, a frequência dessas crianças na unidade escolar, para que juntos possam conquistar benefícios para as crianças. P5 (professora)

Nos relatos das professoras e equipe gestora são notórios o reconhecimento da importância da família dentro do processo de inclusão. O CMEI procura estabelecer uma parceria exercitando o diálogo e promovendo a participação da comunidade nas ações. Porém, na relação construída, existem desafios e nem sempre essa relação acontece, mas é importante que a gestão se coloque a disposição para promover essa parceria, e “estar convencida da relevância e da necessidade da participação, de modo a não desistir diante das primeiras dificuldades” (PARO, 2016, p. 23).

Mas, mesmo com o comprometimento e apoio dos familiares, e a disposição da equipe gestora e professoras, em promover uma educação inclusiva, outros fatores essenciais, como já apontamos anteriormente, tão necessários, não são efetivados, dificultando o avanço desse processo de inclusão. Um desses desafios está relacionado à formação continuada, que diante da ausência de apoio do governo local e das demandas escolares, acaba não acontecendo. Por essa razão, iremos na próxima categoria discutir sobre a formação continuada, a partir dos relatos dos sujeitos.

4.2.4 Categoria 4: Formação continuada

Quando iniciamos uma pesquisa com a proposta de conhecer o processo de inclusão de crianças com deficiência e instituições da Educação Infantil, dentre as questões mais desafiadoras, a formação de profissionais em exercício ganha destaque, pois grande parte dos professores/as alegam não ter formação inicial nem continuada para promover o ensino de

crianças com deficiência. Mesmo sendo instituído por lei em documentos oficiais, essa formação não acontece:

No âmbito da formação de professores, embora as políticas públicas tenham avançado bastante nos últimos anos, vê-se que ainda há queixa constante de estudantes e recém-formados, quanto ao que lhes é oferecido enquanto programa de preparação para trabalho pedagógico com estudantes com necessidades especiais. (CARVALHO ; MIRANDA , 2018, p. 66).

Através dos relatos da CP1, na entrevista, essa falta de formação específica na área de Educação Especial Inclusiva é bem forte, pois de acordo com a CP1, a Secretaria Municipal de Educação de Feira de Santana (SEDUC) não oferece formação nesta área, acontecendo nos espaços escolares apenas leituras sobre o processo de inclusão. A seguir o trecho do relato:

Não há formação nessa área. Sempre nos reciclamos através de formações e leituras mais recentes sobre o processo de inclusão. CP1(Coordenadora pedagógica)

Com o intuito de verificar sobre as formações mais recentes oferecidas pela SEDUC, identificamos que o Centro Interprofissional de Apoio Educacional Professora Marliete Santana Bastos –INTEREDUC, promoveu em 2018, através do Programa de Formação para Educação Inclusiva (PROEI), um curso voltado para professores da rede municipal com oficinas e palestras para formação na Educação Especial, além da Formação para Professores para Atuação no Atendimento Pedagógico Domiciliar e Classes Hospitalares (FORPRAD, 2019), que teve inscrições de professores da Educação Básica do Município de Feira de Santana, porém devido à grande procura, as vagas foram ocupadas rapidamente. Outra ação formativa promovida pelo INTEREDUC é o curso de Formação Continuada para Professores Auxiliares da Educação Especial (Forprae). Nesta pandemia, o INTEREDUC também ofereceu o curso de Formação Continuada para Estudos em Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (FORESPi), para professores da rede municipal de Feira de Santana abordando a Educação Especial e Inclusiva. A partir desta pesquisa, entendemos que apesar do esforço em oferecer estas formações, existem fatores que impedem o acesso a esses cursos, podemos citar segundo relatos dos sujeitos, como a transversalidade da educação especial e a dificuldade de inclusão na portaria de reserva de carga horária na rede municipal de Feira de Santana.

Apesar da equipe gestora afirmar que existe uma formação realizada na escola, com leituras de textos relacionados à Educação Especial e Inclusão, a P5 ressalta na sua fala que não há ações para essa formação na escola. Como a escola passou um bom tempo sem Coordenadora pedagógica, acreditamos, a partir dos relatos, que a P5 refere-se à ausência de um coordenador

pedagógico no período de 2018 até 2019, que fez muita diferença na promoção dessa formação, e com a chegada da CP1, no período de pandemia, timidamente, segundo a D1, algumas ações de formação já começam a acontecer, mesmo com a dificuldade relacionada ao distanciamento social, já que “assumindo o papel de formador, o coordenador deverá buscar estratégias para dar suporte aos educadores que atuam na sala de aula” (SANTOS , SANTIAGO ,2018, p. 114). Destacamos que a CP1(coordenadora pedagógica), ingressou na escola em 2019, e de acordo com seu relato, aos poucos está buscando retomar esta formação mais acentuada mesmo que remotamente.

A escola não oferece ações, como formações e/ ou grupos de estudos para o docente atuar no processo inclusivo. P5 (professora)

Como mencionamos anteriormente, de acordo com a D1, esta formação tem acontecido, porém ela só se efetiva com o compromisso do professor, pois “a formação não se constrói por acumulação (de cursos, conhecimentos ou de técnicas), mas sim através de um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas de (re)construção permanente de uma identidade pessoal “ (NÓVOA, 1991, p. 23). Conforme exposto pela D1, esta formação acontece através de leituras buscando embasamento teórico:

A formação contínua ela só tem êxito quando o professor se disponibiliza a crescer enquanto profissional. A Coordenação investe na leitura e estudos sobre o tema e traz bases teóricas para as deficiências específicas. (D1)

Em relação ao que foi apresentado pelas professoras e equipe gestora sobre a formação em exercício, notamos que apesar do esforço em promover leituras que contribuam para construção do conhecimento, relacionadas à temática, existe uma urgência no que se refere a uma formação mais aprofundada sobre Educação Especial e Inclusiva. Uma formação que foque na construção de um currículo flexível, norteado pela proposta curricular, nesse caso, do Município de Feira de Santana/ BA, traçados a partir da experiência de cada sujeito e suas relações:

[...] uma vez que o nosso lugar de mundo está sempre mudando, precisamos aprender constantemente para estarmos totalmente presentes no agora. Se não estamos completamente engajados no presente, ficamos presos no passado, e a nossa capacidade de aprender é diminuída. (HOOKS ,2019, p. 201).

Com as palavras de Hooks (2019), confirmamos a importância da formação continuada dentro do processo de inclusão, entendendo que somos seres em constante transformação, na nossa singularidade. Dessa forma, por fazer parte da escola, seja como membro da equipe gestora, ou na função de professor, precisamos ter um olhar sensível para cada criança que ingressa na escola, a fim de conhecer suas particularidades, formas diferentes de aprender, seja ela com ou sem deficiência, para assim, em parceria com a família, caminhar em busca da promoção de uma educação inclusiva de fato.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: DE VOLTA AO COMEÇO, AO FUNDO DO FIM

*E é como se eu descobrisse que a força
Esteve o tempo todo em mim
E é como se então de repente eu chegasse
Ao fundo do fim
De volta ao começo
Ao fundo do fim
De volta ao começo
(Gonzaguinha – De volta ao começo)*

Ter a oportunidade de realizar esta pesquisa, nos propiciou conhecer a atuação da equipe gestora dentro do processo de inclusão de crianças com deficiência na Educação Infantil. Após ter “mergulhado” nesse universo tão importante para a organização da escola, através de discussões teóricas e das “vozes dos sujeitos”, identificando os desafios existentes no cotidiano da gestão escolar, é que pudemos revisitar os aspectos que conduziram a produção desta pesquisa. Nesse sentido, “De volta ao começo”, chega o momento de refletir sobre as descobertas a respeito do papel da gestão escolar no processo de inclusão de crianças com deficiência, tendo como objeto um Centro Municipal de Educação Infantil do Município de Feira de Santana – BA .

Nesse processo de construção da pesquisa, ressignificamos a importância do professor-pesquisador, visto que, de acordo com Freire (1996, p. 32) “o que há de pesquisador no professor não é uma qualidade ou uma forma de ser ou de atuar que se acrescente à de ensinar. Faz parte da natureza da prática docente a indagação, a busca, a pesquisa”. Desse modo, cada descoberta despertou o desejo de buscar mais conhecimento, entendendo que está temática não se finda aqui, mas que existe a necessidade de dar continuidade a esses estudos.

Em cada capítulo, trechos das músicas de Gonzaguinha, nos ajudaram a conduzir as discussões. Suas composições, retratam o cotidiano do povo brasileiro, a luta diária, músicas das décadas de 1980 e 1990, atemporais, que moldaram de forma poética os desfechos desta pesquisa.

Esta trajetória de construção da escrita, possibilitou direcionar o olhar de forma mais sensível as crianças com deficiência matriculadas nas escolas públicas de Feira de Santana, ressignificando a importância da escola na promoção da inclusão.

A confirmação da relevância deste estudo, teve como base o levantamento bibliográfico de pesquisas relacionadas com a temática. No entanto, constatamos a escassez de estudos na área da gestão escolar na Educação Infantil, tendo como foco o processo de inclusão de crianças com deficiência, o que confirma a importância da realização deste estudo.

Partindo para as discussões que foram apresentadas neste texto dissertativo, dialogando com estudiosos da área, buscamos conhecer, através do capítulo 3, intitulado Gestão escolar na Educação infantil, a partir dos estudos sobre primeira infância no Brasil, o percurso histórico que sinaliza marcos importantes na educação da primeira infância. Destacamos a concepção de infância defendida neste estudo, como a infância que reconhece a criança como sujeito histórico e social, presente no texto das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil de 2010, que considera a criança como:

[...] sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura. (BRASIL, 2010, p. 12).

Após a compreensão da concepção de infância e toda trajetória e luta pela garantia de direitos à educação de crianças na mais tenra idade, a pesquisa caminha para o subcapítulo 3.1 Políticas de Educação Inclusiva na educação infantil, nessa seção ampliamos a discussão acerca dos direitos da criança com deficiência ao acesso às instituições escolares em salas comuns, sinalizando que o direito ao acesso a uma educação que inclua a todos, considerando suas singularidades e necessidades, como garantia em todas as etapas, inclusive na Educação Infantil.

Com isso, essa seção tratou ainda de problematizar a questão do crescimento de matrículas de crianças com deficiência na educação infantil, bem como mostrou, que apesar das Leis e dos Planos Nacional, Estadual e Municipal de Educação, as instituições ainda apresentam dificuldade em promover uma educação inclusiva de fato.

Nessa perspectiva, avançando para a subseção 3.2 Gestão Escolar e Inclusão na Educação Infantil, que permitiu realizar um estudo sobre as funções da equipe gestora (Direção e Coordenação Pedagógica), como também identificar desafios propostos nesta função, principalmente no que se refere a promover a inclusão, ficou evidente que a gestão escolar tem por finalidade “superar os desafios oriundos da administração escolar, buscando olhares significativos à gestão pedagógica, gestão dos recursos humanos e administrativos, no âmbito da educação escolar” (AGOSTINI, 2010, p. 11). Além das funções destinadas à equipe gestora, nessa subseção, as reflexões teóricas apontaram a necessidade de estabelecer a escuta e promover a participação de todos/todas, dentro do processo de organização escolar, que busque transformar de forma a contemplar todos que integram o espaço escolar, através uma gestão democrática participativa. Fica evidente então, que a escola deve desenvolver o papel transformador, juntamente com a comunidade escolar, num processo consciente e dialógico.

Durante a escrita, me deparei com a pandemia causada pela COVID-19, e dessa forma, pensando especificamente na realização da coleta de dados, que exigiu além da análise de documentos a realização de uma entrevista semiestruturada, foi necessário buscar estratégias, se reinventar. O agravamento do vírus, que ocasionou a suspensão das aulas presenciais, impossibilitou o contato com o cotidiano escolar e as instituições de ensino, tanto da rede pública, quanto da rede privada, procuraram outras alternativas, optando para o uso das novas tecnologias como ferramenta de ensino.

Diante desse momento desafiador, que exigiu uma reformulação no desdobramento da escrita, pois com as instituições escolares fechadas, algumas estratégias foram revistas. As entrevistas, essenciais para a realização desta pesquisa, tiveram que ser realizadas via plataformas digitais, através do *Google* formulário, pois além das dificuldades já citadas, ainda surgiu, por parte dos sujeitos da pesquisa, o medo da exposição causada pelas redes sociais. Apesar da pesquisa fazer uso de nomes fictícios, preservando o anonimato dos sujeitos, respeitando e sendo sensível aos participantes, ficou acordado que a entrevista aconteceria via formulário. Não obstante, esses obstáculos não impediram a realização da pesquisa, pelo contrário, possibilitaram vivenciar, a partir do olhar da gestão e docentes, a realidade enfrentada pelas escolas públicas de Educação Infantil no período de pandemia.

Os dados coletados para esta pesquisa, conduziram com base nos objetivos estabelecidos, a criação de categorias para analisar as falas dos sujeitos, baseados nas questões investigativas levantadas nos primeiros passos desta pesquisa, que dialoga e com documentos norteadores do âmbito nacional e local.

A **categoria 1**: Compreensão sobre o processo de Inclusão Escolar de crianças com deficiência na Educação Infantil, identificamos como a equipe gestora do CMEI investigado, entende o processo de inclusão. Nos achados, evidenciamos que a equipe gestora tem trilhado um caminho na busca da construção de uma escola inclusiva, mesmo diante das dificuldades enfrentadas no seu cotidiano, reconhece a importância da inclusão e da garantia de direitos das crianças com deficiência.

Identificando que a equipe gestora compreende a importância da promoção da inclusão escolar, busquei na **categoria 2** identificar elementos da Gestão Escolar necessários para a realização de processos de inclusão escolar de crianças na educação infantil. Com as falas das docentes e da equipe gestora, constatamos que a equipe procura seguir os princípios de uma gestão democrática e participativa, de apoio aos familiares, e preocupação em acolher tanto as crianças e familiares, como apoiar o corpo docente.

A **categoria 3**, intitulada Ações desenvolvidas pela Gestão Escolar para promover a inclusão de crianças com deficiência em um Centro Municipal de Educação Infantil de Feira de Santana, aponta as ações da equipe gestora junto aos docentes, crianças e familiares, na promoção da inclusão. Através dos relatos dos sujeitos, embasados por teóricos, visualizamos como acontece a parceria estabelecida entre o CMEI e as famílias, se estendendo à equipe pedagógica, pois essa relação acontece através da gestão, que é quem tem o primeiro contato com familiares das crianças com deficiência, e por estabelecer a relação com os docentes. A análise sinaliza que apesar do esforço, a equipe gestora se depara com problemas de ordem estrutural e pedagógico, obstáculos que, segundo os sujeitos da pesquisa, estão relacionados à falta de apoio do governo local. Nessa categoria, evidenciamos o papel da equipe gestora na formação de uma rede de apoio, na qual outras ações vão sendo realizadas, como o acesso a instituições especializadas em prol do desenvolvimento da criança com deficiência.

Dos desafios citados, tanto pela equipe gestora, quanto pelas docentes, sujeitos desta pesquisa, a formação continuada, foi tratada na **categoria 4**. Nela, através dos relatos, identificamos a escassez da formação de professores, tanto por parte da instituição, como também pelo governo local. Nessa discussão, encontramos algumas ações por parte da Secretaria Municipal de Educação do Município de Feira de Santana, voltadas à formação de professores, além da Proposta Curricular para Educação Especial do Município de Feira de Santana. Essa proposta construída de forma coletiva, por professores, alunos/as, e comunidade escolar, em contradição com as falas dos sujeitos que em seus relatos questionam a falta de formação continuada voltada para Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.

Ainda sobre a formação, os relatos das professoras e equipe gestora do CMEI Sementes do amanhã, sujeitos desta pesquisa, sinalizam que ainda se faz necessário que ocorra mais movimentos formativos voltados para educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Porém, através das falas, constata-se também a importância da equipe docente conhecer a Proposta Curricular da Rede Pública Municipal de Educação de Feira de Santana – Educação Especial: Diálogos em construção, documento construído de forma participativa, como já foi mencionado, e assim considerar outros aspectos para inclusão de crianças com deficiência, que vão além da patologia, e pensar numa inclusão de fato considerando as singularidades, o que beneficiará a promoção da educação de qualidade para crianças com ou sem deficiência.

Com isso, chego à conclusão de que o processo de inclusão de crianças com deficiência, em instituições de Educação Infantil, é algo ainda considerado desafiador, tendo em vista que, perpassa desde questões de ordem estrutural (acessibilidade), a questões pedagógicas, além das relações com as famílias. Nesse caso a gestão escolar tem um papel fundamental na promoção

de uma gestão democrática participativa que busque contemplar em suas ações a inclusão de crianças com ou sem deficiência, compreendendo o significado de uma escola inclusiva, que respeite as singularidades, contribuindo para a formação de uma sociedade mais inclusiva.

A vista do que foi exposto, nessa caminhada, e dos encontros que foram permitidos, essa escrita me traz a certeza de que a estrada não termina aqui, apenas ganha fôlego, para que em outro momento outros estudos possam surgir a partir de outros encontros, trilhando “caminhos do coração”.

REFERÊNCIAS

- AGOSTINI, M. Z. **O gestor escolar e suas ações frente a gestão**. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão Educacional) – Universidade Federal de Santana Maria, Santa Maria, 2010. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/12135/TCCE_GE_EaD_2010_AGOSTINI_MICHELI.pdf?sequence=1&isAllowed=y#:~:text=O%20gestor%20escolar%20%C3%A9%20o,qual%20se%20encontra%20%C3%A0%20frente. Acesso em: 25 maio 2021.
- ALMEIDA, L. R. O relacionamento interpessoal na coordenação pedagógica. *In: ALMEIDA, L. R; PLACCO, V. M. N. S. (org.). O coordenador Pedagógico e o espaço de mudança*. São Paulo: Edições Loyola, 2003. p. 71.
- ALMEIDA, A. C. Friedrich Froebel: o pai do Jardim de Infância. **Portal da Educação**. 2012. Disponível em: <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/educacao/friedrich-froebel-o-pai-do-jardim-de-infancia/19225>. Acesso em: 1 nov. 2019.
- AMORIM, G. C.; LIMA, E. A.; ARAÚJO, R. C. T. Formação de professores da educação infantil: reflexões sobre a necessária instrumentalização teórica do profissional atuante com criança com ou sem deficiência. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, [s.l.], v. 12, n. 1, p. 387-403, 2017.
- ANDRÉ, M. O cotidiano escolar, um campo de estudo. *In: ALMEIDA, L. R; PLACCO, V. M. N. S. (org.). O coordenador pedagógico e o cotidiano da escola*. São Paulo: Edições Loyola, 2010. p. 13.
- ARANTES, E. M. D. M. Arquivo sobre a memória dos expostos do rio de Janeiro. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João del-Rei, v. 5, n. 1, jan./jul. 2010.
- AVELAR, M. O público, o privado e a despolitização nas políticas educacionais. *In: CÁSSIO, Fernando (org.). Educação contra a Barbárie*. São Paulo: Boitempo, 2019. p. 79.
- BAHIA. **Lei nº 13.559, de 11 de maio de 2016**. Aprova o Plano Estadual de Educação da Bahia e dá outras providências. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/ba/lei-ordinaria-n-13559-2016-bahia-aprova-o-plano-estadual-de-educacao-da-bahia-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 7 nov. 2019.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2004.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Editora Edições 70, 1977.
- BASTOS, Maria Helena Camara. **Educação Infantil e ensino intuitivo: a contribuição de Marie Pape-Carpantier (1815-1878)**. *Conjectura*, v. 15, n. 3, set./dez. 2010. Disponível em: [file:///C:/Users/Marcello/Downloads/507-1814-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Marcello/Downloads/507-1814-1-PB%20(1).pdf). Acesso em: 30 jul . 2020.
- BEZERRA, E. C. S.; SILVA, R. G. P. **Desafios da educação inclusiva na escola**. *In: EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO CONTINUADA NA CONTEMPORANEIDADE*. 2019, evento *on-line*. **Anais [...]**. Natal: Amplamente Cursos, 2019. Disponível em:

<https://www.even3.com.br/anais/Amplamentecursos/236201-DESAFIOS-DA-EDUCACAO-INCLUSIVA-NA-ESCOLA>. Acesso em: 27 abr. 2021.

BOOTH, T.; BLACK-HAWKINS, K. **Developing learning and participation in countries of the south: the role of an index for inclusion**. Paris: UNESCO, 2001. (Tradução livre: Giseli Pereli de Moura Xavier).

BORGES, M. C.; DALBERIO, O. **Aspectos metodológicos e filosóficos que orientam as pesquisas em educação**. Revista Iberoamericana de Educación, [s.l.], v. 43, n. 5, p. 1-10, 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Norma Operacional nº 1, de 12 de setembro de 2013. Dispõe sobre a organização e funcionamento do Sistema CEP/CONEP, e sobre os procedimentos para submissão, avaliação e acompanhamento da pesquisa e de desenvolvimento envolvendo seres humanos no Brasil. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 30 set. 2013b. Disponível em: http://www.hgb.rj.saude.gov.br/ceap/Norma_Operacional_001-2013.pdf. Acesso em: 2 jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. Trata sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa em ciências humanas e sociais. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 24 maio 2016.

BRASIL. Senado. **Proposta de Emenda Constitucional**: FUNDEB. Brasília, DF, jul. 2006. Disponível em: www.senado.gov.br. Acesso em: 20 jan. 2021.

BRASIL. **Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007**. Regulamenta o FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília, DF: Presidência da República, [2019]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111494.htm. Acesso em: 20 jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a Educação Infantil**. Brasília, DF: MEC: SEB, 2010.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Ministério da Educação: Imprensa Oficial, 1996.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC: SEESP, 2008.

BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília, DF: Presidência da República, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 20 jun. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015.

BRASIL. **Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000.** Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2000.

BRASIL. **Constituição Federal.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva.** Brasília, DF: MEC, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 17 ago. 2019.

BRASIL. **Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 21 jan. 2020.

BRASIL. **Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm. Acesso em: 20 ago. 2020.

BRASIL. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001.** Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm. Acesso em: 20 jun. 2020.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo Escolar 2018 revela crescimento de 18% nas matrículas em tempo integral no ensino médio. **Portal INEP.** 31 jan. 2019. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/censo-escolar-2018-revela-crescimento-de-18-nas-matriculas-em-tempo-integral-no-ensino-medio/21206. Acesso em: 3 jan. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 777, de 28 de setembro de 2020. Divulga os resultados preliminares do Censo Escolar da Educação Básica de 2020. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, n. 189, p. 97, 1 out. 2020. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=01/10/2020&jornal=515&pagina=97&totalArquivos=886>. Acesso em: 3 nov. 2020

BRASIL. Ministério da saúde. **Coronavírus e saúde.** Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca>. Acesso em: 20 abr. 2021.

BRITO, R. O.; CARNIELLI, B. L. Gestão participativa: uma matriz de interações entre a escola e a comunidade escolar. **Revista Eletrônica de Educação**, [s.l.], v. 5, n. 2, nov. 2011. ISSN 1982-7199. Disponível em: <http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/151>. Acesso em: 22 maio 2021.

CAMPOS, R. **A Educação de crianças pequenas como estratégia para contenção de pobreza: análise de iniciativas dos organismos internacionais em curso na América Latina.** *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 4, n. 1, p. 1, jan.-jun. 2009.

CARVALHO, R. E. A contribuição da história da filosofia da ciência para a proposta da educação inclusiva. **Educação inclusiva: com os pingos nos “is”.** Porto Alegre: Mediação, 2004.

CARVALHO, M. A; MIRANDA L. A. O papel do professor e a educação especial: sua importância e possibilidade de formação docente. *In: PACHECO, Lilian Miranda Bastos (org.). Questões da Educação Especial.* Feira de Santana: UEFS Editora; Salvador: EDUFBA, 2018.

CASTRO, P. A.; ALVES, C. O. S. **Formação docente e práticas pedagógicas inclusivas.** e-Mosaicos - Revista Multidisciplinar de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues de Silveira (Cap-UERJ), [s.l.], v. 7, n. 16, dez. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/e-mosaicos.2018.38786>. Acesso em: 5 maio 2021.

CLEMENTI, N. A voz dos outros e a nossa voz: alguns fatores que intervêm na atuação do coordenador. *In: ALMEIDA, L. R; PLACCO, V. M. N. S. (org.). O coordenador pedagógico e o espaço da mudança.* São Paulo: Loyola, 2003.

COSTA, M. Google Docs: crie, edite e visualize documentos online. **Techtudo.** 26 maio 2015. Disponível em: <https://www.techtudo.com.br/tudo-sobre/google-docs-app.html#:~:text=O%20Google%20Docs%20%C3%A9%20um,quanto%20na%20mem%C3%B3ria%20do%20dispositivo>. Acesso em: 21 mar. 2021.

DECLARAÇÃO de Salamanca: sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Salamanca: UNESCO, 1994.

DEL PRIORE, M. O Papel Branco, a Infância e os Jesuítas na Colônia. *In: DEL PRIORE, M. (org.). História da criança no Brasil.* 4. ed. São Paulo: Contexto, 1996.

DEL PRIORE, M. História da criança no Brasil. *In: PASSETTI, Edson. As crianças brasileiras: um pouco de sua história.* [S.l.: s.n]. Texto mimeografado

DESSEN, M. A.; POLONIA, A. C. Em busca de uma compreensão das relações entre família e escola. **Psicologia Escolar Educacional**, Campinas, v. 9, n. 2, p. 303-312, 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/pee/v9n2/v9n2a12?fbclid=IwAR1Yuu8tzRVlgDdi-j7A-KwNAsohG9h3hT7qIDUzKfHZOnemU_R-uYpcfQ. Acesso em: 29 abr. 2021.

DRAGO, R. **Inclusão na Educação Infantil.** Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011.

DRUMOND, V. Estágio e formação de docentes de Educação Infantil em cursos de Pedagogia. **Olh@res**, Guarulhos, v. 1, n. 1., p. 183-206, maio 2013.

DUBOC, M. J. O. **Inclusão Educacional: uma análise das leis do Município de Feira de Santana.** In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 24.; CONGRESSO INTERAMERICANO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 3., 2009, Vitória. [Anais]. Vitória: UFES, 2009. Disponível em: <https://anpae.org.br/simposio2009/231.pdf>. Acesso em: 1 out. 2020.

FEIRA DE SANTANA. **Lei nº 3392, de 20 de junho de 2013.** Dispõe sobre as Eleições diretas para Diretores e Vice-Diretores nas Unidades Escolares Municipais e/ou Conveniadas e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/ba/f/feira-de-santana/lei-ordinaria/2013/339/3392/lei-ordinaria-n-3392-2013-dispoe-sobre-as-eleicoes-diretas-para-diretores-e-vice-diretores-nas-unidades-escolares-municipais-e-ou-conveniadas-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 21 jan. 2020.

FEIRA DE SANTANA. **Lei nº 3651, de 16 de dezembro de 2016.** Institui o Plano Municipal de Educação de Feira de Santana. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/plano-municipal-de-educacao-feira-de-santana-ba>. Acesso em: 21 jan. 2020.

FEIRA DE SANTANA. Secretaria Municipal de Educação. **Proposta Curricular da Rede Pública Municipal de Educação de Feira de Santana – Educação Especial: Diálogos em construção...** Feira de Santana: SEDUC, 2019. (v. 5, ISBN: 978-65-80522-04-0)

FEIRA DE SANTANA. Edital do Processo Seletivo Interno para a Função de Coordenador Pedagógico – 2018. **Diário Oficial Eletrônico de Feira de Santana**, ano 4, ed. 867, 22 nov. 2018. Disponível em: <https://diariooficial.feiradesantana.ba.gov.br/atos/executivo/1dofs86722112018.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2020.

FERREIRA, E. A. C.; MARQUES, R. T. G.; LUCENA, J. E. A família e o processo de inclusão de pessoas com deficiência. **Socializando**, [s.l.], v. 4, p. 78-90, 2016. Disponível em: https://www.fvj.br/revista/wp-content/uploads/2016/11/Socializando_20162_7.pdf. Acesso em: 23 maio 2021.

FERREIRA, B. M. S. **Prática Pedagógica em Educação Especial: Inclusão de aluno com deficiência.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2016. Disponível em: <http://tede2.uefs.br:8080/bitstream/tede/449/2/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20B%C3%81RBARA%201.pdf>. Acesso em: 1 dez. 2020.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa.** 3. ed. Tradução: J. E. Costa. São Paulo: Artmed, 2009. (Obra original publicada em 1995).

FLORA EDITORA. 2017. **Necessidades especiais: O que são?** Disponível em: <https://floraeditora.com/necessidades-especiais-o-que-sao/>. Acesso em: 16 ag. 2021.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, M. **Gestão Democrática com Participação Popular no Planejamento e na Organização da Educação Nacional**. CONAE, 2014. Disponível em: <https://www.jaciara.mt.gov.br/arquivos/anexos/05062013105125.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2021.

GADOTTI, M. **Gestão democrática e qualidade de ensino**. In: FÓRUM NACIONAL DESAFIO DA QUALIDADE TOTAL NO ENSINO PÚBLICO, 1., 1994, Belo Horizonte.

GALVÃO, M. C. B. **O levantamento bibliográfico e a pesquisa científica: fundamentos da Epistemologia**. 2 ed. USP, 210, p.1.

GATTI, B. A. **A construção da pesquisa em Educação no Brasil**. 3. ed. Brasília: Libre Livro Editora, 2010. (Série pesquisa, v. 1).

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias em pesquisa social**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

HOOKS, B. Educação Democrática. In : *CÁSSIO, Fernando (org.). Educação contra a Barbárie*. São Paulo: Boitempo, 2019.

KISHIMOTO, T. M. **A pré-escola em São Paulo (das origens a 1940)**. São Paulo: Loyola, 1988.

KRAMER, S. **A política do pré-escolar no Brasil: arte do disfarce**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

KUHLMANN JR., M. Histórias da educação infantil brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 14, p. 5-18, 2000b. Disponível em: http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=27501402_ Acesso em: 30 jan. 2021

KUHLAMANN JR., M. **Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediação, 1994.

LEAL, I. O. J.; NOVAES, I. L. Percepção de diretores acerca das atribuições na gestão pedagógica de escolas municipais de Jacobina (BA). **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 44, n. 174879, p. 5, 2018.

LIMA, M. A. D. S.; ALMEIDA, M. C. P.; LIMA, C. C. A utilização da observação participante e da entrevista semi-estruturada na pesquisa de enfermagem. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre, v. 20, n. esp., p. 133-142, 1999.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MACÊDO, L. C.; DIAS, A. A. A política de financiamento da educação no Brasil e a educação infantil. **Revista RBP AE**, [s.l.], v. 27, n. 2, p 165-184, 2011.

MAIA, J. N. **Concepções de criança, infância e educação dos professores de Educação Infantil**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2012. Disponível em: <https://site.ucdb.br/public/md-dissertacoes/11459-janaina-nogueira-maia.pdf> . Acesso em: 3 nov. 2020

MANTOAN, M. T. E. (org.). **O desafio das diferenças nas escolas**. Petrópolis: Vozes, 2003.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003. (Coleção cotidiano escolar)

MARSHALL, L. As matrizes filosóficas e sociológicas. **Biblioteca on-line de Ciências e Comunicação**. 2009. ISSN: 1646-3137. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/marshall-leandro-as-matrizes-filosoficas-e-sociologicas.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2020.

MARTINS, C. A. F. **A inclusão de crianças com deficiência na educação infantil: políticas públicas na visão dos professores**. 2018. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2018. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/157210/Martins_CAF_me_fran.pdf?sequence=3&isAllowed=y. Acesso em: 14 fev. 2020.

MELO, L. S.; LUZ, A. A. N. A importância da gestão na formação dos profissionais da Educação Infantil: respeito às diversidades. **Revista Eletrônica de Educação**, [s.l.], v. 9, n. 1, p. 105-119, 2015. Disponível em: <http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/viewFile/1076/382>. Acesso em: 11 out. 2019.

MENDES E. G. Breve histórico da educação especial no Brasil. **Revista Educación y Pedagogía**, [s.l.], v. 22, n. 57, mayo/agosto 2010

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2015.

MITTLER, P. **Educação inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

MOREIRA, A. M. A. Gestão financeira descentralizada: uma análise do programa dinheiro direto na escola. **Revista de Financiamento da Educação**, [s.l.], v. 2, p. 1-13, 2012.

NÓVOA, A. Os professores - Quem são? Donde vêm? Para onde vão? *In*: STOER, S. (org.). **Educação, Ciências Sociais e realidade portuguesa: uma abordagem pluridisciplinar**. Porto: Afrontamento, 1991.

OLIVEIRA, D. A. A profissão docente na Educação Infantil. **Docência na educação infantil**, Rio de Janeiro, ano 23, boletim 10, jun. 2013. Disponível em: https://cdnbi.tvescola.org.br/contents/document/publicationsSeries/17204610_DocenciaEducaoInfantil.pdf. Acesso em: 30 jan. 2021

PARO, V. H. **Gestão Democrática da escola pública**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

PARO, V. H. A educação, a política e a administração: reflexões sobre a prática do diretor de escola. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n. 3, p. 763-778, set./dez. 2010.

PIMENTEL, S. C. **(CON)viver (com) a Síndrome de Down em escola inclusiva**: mediação pedagógica e formação de conceitos. 2007. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/10562/1/Tese_Susana%20Pimentel.pdf. Acesso em: 02 out. 2020.

PLACCO, V. M. N. S.; SOUZA, V. L. T.; ALMEIDA, L. R. O coordenador pedagógico: aportes à proposição de políticas públicas. **Cadernos de Pesquisa**, [s.l.], v. 42, n. 147, p. 754-771, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/WPF5PzGd5zS3QWZPYNhWYDQ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 ago. 2019.

PLACCO, V. M. N. S.; ALMEIDA, L. R. (org.). **O coordenador pedagógico e o espaço de mudança**. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

PLACCO, V. M. N. S.; SOUZA, V. L. T. Desafios ao coordenador pedagógico no trabalho coletivo da escola: intervenção ou prevenção? *In*: PLACCO, V. M. N. S.; ALMEIDA, L. R. (org.). **O coordenador pedagógico e os desafios da educação**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2010. p. 25-36.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL. **Desigualdade social cresce nas metrópoles brasileiras durante a pandemia**. 22 out. 2020. Disponível em: <https://www.pucrs.br/blog/desigualdade-social-cresce-nas-metropoles-brasileiras-durante-a-pandemia/>. Acesso: 29 abr. 2021

PRIETO, R. G. Perspectivas para construção da escola inclusiva no Brasil. *In*: PALHARES, M. S.; MARINS, S. C. F. (orgs.). **Escola inclusiva**. São Carlos: EDUFSCar, 2002. p. 45-60.

REHEM, F. Q. N. **“Coisa de pobre”**: a política de educação infantil em Feira de Santana – Bahia (2001-2008). 2013. Tese (Doutorado em Política Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

RIBEIRO, B. **A qualidade na Educação Infantil**: uma experiência de auto avaliação em creches da cidade de São Paulo. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/9536/1/Bruna%20Ribeiro.pdf>. Acesso em: 15 jun 2020.

SALES, F. M. A. A Educação Infantil na perspectiva socialista de Karl Marx. **Pedagogia ao Pé da Letra**. 8 abr. 2013. Disponível em: <https://pedagogiaaopedaletra.com/a-educacao-infantil-na-perspectiva-socialista-de-karl-marx/>. Acesso em: 10 out. 2020.

SANFELICE, J. L. **Dialética e Pesquisa em Educação**. *In*: LOMBARDI, J.C.; SAVIANI, D. (orgs.). **Marxismo e Educação: debates contemporâneos**. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados: Histedbr, 2008

SÁNCHEZ VÁZQUEZ, A. **Filosofia da práxis**. 2. ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – Clasco; São Paulo: Expressão Popular, 2011.

SANT'ANA, I. M. Educação inclusiva: concepções de professores e diretores. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 10, n. 2, p. 227-234, maio/ago. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/TGkrQ6M6vvXQqwvLmTFRGw/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 5 maio 2021.

SANTOS, C. S.; ALMEIDA, Y. S. Inclusão na Educação Infantil: desafios e possibilidades através das práticas pedagógicas. **RPGE – Revista online de Política e Gestão Educacional**, [s.l.], v. 21, n. 3, p. 1423-1432, set./dez. 2017.

SANTOS, S. M. M.; DALTRO, S. B. D. Gestão Escolar em Feira de Santana: análise dos textos oficiais. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 45, n. 1, ed. 92062, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2175-623692062>. Acesso em: 5 jun. 2021.

SANTOS, C. S. S.; SANTIAGO, J. S. S. Papel do coordenador pedagógico no processo de inclusão nas escolas de educação infantil: formação e (in)formação. *In*: PACHECO, Lilian Miranda Bastos (org.). **Questões da Educação Especial**. Feira de Santana: UEFS Editora; Salvador: EDUFBA, 2018.

SIGNIFICADOS. 2020. **Significado de Deficiência**. Disponível em: <https://www.significados.com.br/deficiencia/>. Acesso em: 16 ag. 2021.

SILVA, M. O. A convivência entre crianças com e sem deficiência e o papel do professor na educação infantil. **Revista Educação Especial**, [s.l.], v. 31, n. 60, p. 107-118, jan./mar. 2018.

SILVA, B. M. D. C. PEDRO, V. I. D. C.; JUSUS, E. M. Educação Inclusiva. **Revista Científica Semana Acadêmica**, Fortaleza, v. 1, n. 99, jan. 2017. Disponível em: <https://semanaacademica.com.br/artigo/educacao-inclusiva>. Acesso em: 20 maio 2021.

SILVA, G.; SILVA, A. V.; GOMES, E. P. S. A gestão escolar em tempos de pandemia na capital alagoana. **Jornal de Políticas Educacionais**, [s.l.], v. 15, n. 1, jan. 2021. Disponível em: [https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/77531#:~:text=O%20objetivo%20da%20pesquisa%20foi,coronav%C3%ADrus%20\(COVID%2D19\)](https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/77531#:~:text=O%20objetivo%20da%20pesquisa%20foi,coronav%C3%ADrus%20(COVID%2D19)). Acesso em: 22 maio 2021.

SOARES, M. C. F. **Concepções de professores da educação básica sobre o uso de softwares no processo ensino aprendizagem**. Orientadora: Rosimeire Aparecida Soares Borges. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Vale do Sapucaí, Pouso Alegre, 2014.

SOARES, M. T. N.; SOTO, A. P. O. M. A consolidação do sistema educacional inclusivo no município de Feira de Santana - Ba. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO MULTIDISCIPLINAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 4., 2007, Londrina. **Anais [...]**. Londrina, UEL, 2007. Disponível em: <http://www.psiquiatria infantil.com.br/congressos/uel2007/220.htm>. Acesso em: 15 jun. 2020

SOUZA, F. C. **Educação Infantil, Educação Especial e Planos Nacionais de Educação do Brasil pós 1990**. 2018. Tese (Doutorado em Educação) –Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

SOUSA, L. P. F. **Orquestrar a gestão escolar para respostas educativas na diversidade**. *In: CONGRESSO BRASILEIRO MULTIDISCIPLINAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL*, 5., 2009, Londrina. **Anais [...]**. Londrina, UEL, 2009. p. 2245-2255. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2009/270.pdf>. Acesso em: 23 out. 2019.

STAKE. R. E. **Case studies**. *In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (ed.) Handbook of qualitative research* London: Sage, 2000. p. 435-454.

TEIXEIRA, A. **Pequena introdução à filosofia da educação: a escola progressiva ou a transformação da escola**. 5. ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1968.

UNESCO. **International Conference on Education: conclusions and recommendations**. Geneve: IBE, 2008.

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL. Gatilhos mentais: o que são, como usar, exemplos e dicas. **Blog do EAD UCS**. 22 maio 2020. Disponível em: <https://ead.ucs.br/blog/gatilhos-mentais>. Acesso em: 20 abr. 2021.

UZÊDA, L. C. O.; SANTOS, C. S. Jogos, brinquedos, brincadeiras e a formação humana em tempos de pandemia: compartilhando experiências. *In: Relatos de experiências docentes em tempos de pandemia*. Curitiba: Editora CRV, 2021.

VEIGA, I. P. A. Projeto Político-Pedagógico da Escola de Ensino Médio e suas articulações com as ações da Secretaria de Educação. *In: SEMINÁRIO NACIONAL: CURRÍCULO EM MOVIMENTO – PERSPECTIVAS ATUAIS*, 1., 2010, Belo Horizonte, novembro de 2010. **Anais [...]**. Belo Horizonte: [s.n.], 2010.

VIRGINIO, R. M. A. **A integração entre pais e escola: A influência da família na Educação Infantil**. *In: EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO CONTINUADA NA CONTEMPORANEIDADE*, 2019, evento *on-line*. **Anais [...]**. Natal: Amplamente Cursos, 2019. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/Amplamentecursos/236190-A-INTEGRACAO-ENTRE-PAIS-E-ESCOLA---A-INFLUENCIA-DA-FAMILIA-NA-EDUCACAO-INFANTIL>. Acesso em: 29 abr. 2021.

APÊNDICES

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA – UEFS

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – MESTRADO ACADÊMICO

Prezada Professora/Gestora,

Apresentação da pesquisa

Estamos realizando uma pesquisa qualitativa cujo objetivo principal é compreender o papel da equipe gestora diante do processo de inclusão de crianças com deficiência, no contexto de um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEIs) situado no município de Feira de Santana, a partir do olhar da equipe gestora e docentes da escola.

É com essa expectativa que solicitamos a sua valiosa contribuição no aceite de participação, pelo preenchimento do questionário e participação na entrevista através do formulário realizado de forma on line via e-mail, que terá duração de 60min. Todos os sujeitos participantes da pesquisa, receberão uma cópia da dissertação, na qual estarão os resultados desta pesquisa.

Participar desta pesquisa pode trazer como benefícios o conhecimento acerca das ações desenvolvidas pela Gestão Escolar para promover a inclusão na instituição escolar, contribuindo para o estabelecimento de políticas educacionais que coloque no centro, a valorização da formação em serviço de professores e gestores educacionais para a efetivação qualitativa processos de inclusão na Educação Infantil.

Apesar dessas medidas, caso venha a se sentir eventualmente invadido ou incomodado, pode, voluntariamente, desistir da sua participação em qualquer momento da pesquisa, sem qualquer prejuízo e por se tratar de uma pesquisa que estuda a inclusão de crianças com deficiência na Educação Infantil, é de responsabilidade do pesquisador manter sigilo, relacionado aos dados destas crianças, caso citados em algum momento, podendo o participante buscar indenização caso constatar que houve algum dano ou quebra deste sigilo por parte do

pesquisador, poderá denunciar ao Comitê de Ética em Pesquisa da UEFS (Módulo I/ Campus UEFS), e receberá assistência de forma gratuita ,pelo tempo que for necessário.

Quanto a garantia de ressarcimento diante de todas as possíveis despesas com a pesquisa ressalta-se que: Não haverá nenhuma despesa por parte do participante da pesquisa. Entretanto, se for identificado alguma despesa, haverá ressarcimento imediato por parte do pesquisador responsável e serão cobertas as despesas todas pelos participantes da pesquisa e dela decorrentes.

Em caso de dúvida , você poderá encontrar o pesquisador, em horário comercial, na Pré – Escola Municipal Judite Alencar Marinho (Tel.: 75 3224- 3995), na Rua Senai, S/N, Bairro Campo Limpo, CEP.: 44032-352 , Feira de Santana-Bahia-Brasil. Caso ainda tenha dúvidas sobre a pesquisa do ponto de vista ético, pode contatar o Comitê de Ética em Pesquisa - CEP/UEFS localizado na Universidade Estadual de Feira de Santana, Módulo 1, MA 17 Avenida Transnordestina, S/N Bairro: Novo Horizonte Feira de Santana – Bahia CEP: 44036-900, telefone:75 3161- 8124 ou e-mail: cep@uefs.br, atendimento de segunda a sexta-feira das 13h30 - 17h30. O CEP é um colegiado, criado para defender os interesses dos sujeitos da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. Por fim, comprometemo-nos em assumir a responsabilidade da assistência integral face aos possíveis danos.

Essa pesquisa será coordenada pelas Prof^ª Mestranda Cristiane Sousa Santos e Prof^ª Dra. Amali de Angelis Mussi (UEFS), que estarão à disposição para os devidos esclarecimentos sobre qualquer aspecto da mesma, presencialmente ou através do e-mail: crysspedagoga@gmail.com.

Feira de Santana,de de 2020.

Assinatura da Participante: _____

e-mail: _____

Profa. Cristiane Souza Santos

Profa .Dra. Amali de Angelis Mussi

(Pesquisadoras)

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO (FORMULÁRIO *ON-LINE* VIA GOOGLE DOCS)

Equipe Gestora: Questionário

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIMENTO (TCLE)

Apresentação da pesquisa

Estamos realizando uma pesquisa qualitativa cujo objetivo principal é compreender o papel da equipe gestora diante do processo de inclusão de crianças com deficiência, no contexto de um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEIs) situado no município de Feira de Santana, a partir do olhar da equipe gestora e docentes da escola.

É com essa expectativa que solicitamos a sua valiosa contribuição no aceite de participação, pelo preenchimento do questionário e participação na entrevista através do formulário realizado de forma on line via e-mail, que terá duração de 1h respectivamente. Todos os sujeitos participantes da pesquisa, receberão uma cópia da dissertação, na qual estarão os resultados desta pesquisa.

Participar desta pesquisa pode trazer como benefícios o conhecimento acerca das ações desenvolvidas pela Gestão Escolar para promover a inclusão na instituição escolar, contribuindo para o estabelecimento de políticas educacionais que coloque no centro, a valorização da formação em serviço de professores e gestores educacionais para a efetivação a esta pesquisa não permitirão a sua identificação específica; e) as informações não serão utilizadas em prejuízo dos participantes.

Apesar dessas medidas, caso venha a se sentir eventualmente invadido ou incomodado, pode, voluntariamente, desistir da sua participação em qualquer momento da pesquisa, sem qualquer prejuízo e por se tratar de uma pesquisa que estuda a inclusão de crianças com deficiência na Educação Infantil, é de responsabilidade do pesquisador manter sigilo, relacionado aos dados destas crianças, caso citados em algum momento, podendo o participante buscar indenização caso constatar que houve algum dano ou quebra deste sigilo por parte do pesquisador, poderá denunciar ao Comitê de Ética em Pesquisa da UEFS (Módulo I/ Campus UEFS), e receberá assistência de forma gratuita ,pelo tempo que for necessário.

Quanto a garantia de ressarcimento diante de todas as possíveis despesas com a pesquisa ressalta-se que: Não haverá nenhuma despesa por parte do participante da pesquisa. Entretanto, se for identificado alguma despesa, haverá ressarcimento imediato por parte do pesquisador

responsável e serão cobertas as despesas todas pelos participantes da pesquisa e dela decorrentes.

Em caso de dúvida , você poderá encontrar o pesquisador, em horário comercial, na Pré – Escola Municipal Judite Alencar Marinho (Tel.: 75 3224- 3995), na Rua Senai, S/N, Bairro Campo Limpo, CEP.: 44032-352 , Feira de Santana-Bahia-Brasil. Caso ainda tenha dúvidas sobre a pesquisa do ponto de vista ético, pode contatar o Comitê de Ética em Pesquisa - CEP/UEFS localizado na Universidade Estadual de Feira de Santana, Módulo 1, MA 17 Avenida Transnordestina, S/N Bairro: Novo Horizonte Feira de Santana – Bahia CEP: 44036-900, telefone:75 3161- 8124 ou e-mail: cep@uefs.br, atendimento de segunda a sexta-feira das 13h30 - 17h30. O CEP é um colegiado, criado para defender os interesses dos sujeitos da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos

Por fim, comprometemo-nos em assumir a responsabilidade da assistência integral face aos possíveis danos.

Essa pesquisa será coordenada pelas Prof^a Mestranda Cristiane Sousa Santos e Prof^a Dra. Amali de Angelis Mussi (UEFS), que estarão à disposição para os devidos esclarecimentos sobre qualquer aspecto da mesma, presencialmente ou através do e-mail: crysspedagoga@gmail.com.

Os dados serão armazenados no e - mail vinculado ao formulário online e será gerenciado somente pelo pesquisador (o que mantém o sigilo, confidencialidade e anonimato dos participantes). Todos os dados coletados serão mantidos em sigilo, sob tutela do pesquisador responsável desta pesquisa por cinco (05) anos, quando todos os formulários e banco de dados serão deletados, assegurando desta forma o sigilo, a confidencialidade e anonimato de todos os participantes dessa pesquisa.

Sobre o TERMO DE CONSENTIMENTO DE LIVRE ESCLARECIMENTO - TCLE –
<https://documentcloud.adobe.com/link/review?uri=urn:aaid:scds:US:6042c1be-7245-4a08-b3ca-3471279e1aa1>

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

2. Após ter lido os esclarecimentos sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, benefícios previstos, possíveis riscos e desconforto que esta pode acarretar, aceito participar desta pesquisa: *

Marcar apenas um oval.

Sim

Caracterização:

3. Gênero: *

Marcar apenas uma oval.

Feminino

Masculino

Outro:

4. Idade: *

5. Estado civil: *

Marcar apenas uma oval.

Solteira(o)

Separada(a)

Divorciada(o)

União Estável

6. Filhos? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

7. Caso a resposta anterior seja "sim", informe quantos?

8. Escolaridade: *

Marcar apenas uma oval

Ensino Médio

Superior

Especialização

Mestrado

Doutorado

FORMAÇÃO E ATUAÇÃO PROFISSIONAL

9. Área de formação acadêmica: *

10. Tempo de formação (ano em que concluiu a formação inicial) *

11. Tempo de exercido da docência *

12. Tempo de exercício docente na Educação Infantil *

13. Tempo de exercido na gestão escolar (equipe gestora): *

14. Tempo de exercício na gestão na Educação Infantil *

15. Cargo que ocupa atualmente: *

18. Quanto tempo está na gestão desta instituição? *

19. Possui cursos de Formação na área da Educação Inclusiva: *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

20. Caso a resposta anterior seja “Sim”, informar qual/quais:

21. Considera importante a formação em Educação Especial? Por que? *

22. Participou de alguma formação oferecida pela Secretaria Municipal de Educação voltada para área de Educação Inclusiva? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

23. Caso a resposta anterior for “Sim”, informar qual/quais:

24. Para além da formação oferecida pela Secretaria Municipal de Educação, você realizou outros cursos de formação continuada nos últimos 04 anos? Quais? *

25. A instituição na qual você atua atende a crianças com deficiência? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

26. Quantas crianças estão matriculadas nesta escola, diagnosticadas com alguma deficiência? *

27. As crianças diagnosticadas com alguma deficiência na instituição escolar têm a identificação de tais deficiências por quais profissionais? *

28. Todas as turmas têm crianças com deficiência? Existe auxiliar para essas turmas? *

29. A instituição possui e/ou oferece Acompanhamento Especializados para crianças com deficiência? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

30. Caso a resposta anterior for “Sim”, informar qual/quais:

31. A instituição recebe apoio da Secretaria de Educação do Município, para o acompanhamento das crianças com deficiência? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

32. Caso a resposta anterior for “Sim”, informar qual/quais:

33. A instituição possui Projeto Político Pedagógico? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

34. O Projeto Político e Pedagógico, contempla em seu texto a Educação Inclusiva na perspectiva da Educação Infantil?

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

35. Se sim, de que forma é contemplada?

36. Existe acessibilidade na Instituição? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

37. Se sim, cite exemplos

Gratidão!

Professoras: Questionário

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIMENTO (TCLE)

Apresentação da pesquisa

Estamos realizando uma pesquisa qualitativa cujo objetivo principal é compreender o papel da equipe gestora diante do processo de inclusão de crianças com deficiência, no contexto de um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEIs) situado no município de Feira de Santana, a partir do olhar da equipe gestora e docentes da escola.

É com essa expectativa que solicitamos a sua valiosa contribuição no aceite de participação, pelo preenchimento do questionário e participação na entrevista através do formulário realizado de forma on-line via e-mail, que terá duração de 1h respectivamente. Todos os sujeitos participantes da pesquisa, receberão uma cópia da dissertação, na qual estarão os resultados desta pesquisa.

Participar desta pesquisa pode trazer como benefícios o conhecimento acerca das ações desenvolvidas pela Gestão Escolar para promover a inclusão na instituição escolar, contribuindo para o estabelecimento de políticas educacionais que coloque no centro, a valorização da formação em serviço de professores e gestores educacionais para a efetivação a esta pesquisa não permitirão a sua identificação específica; e) as informações não serão utilizadas em prejuízo dos participantes.

Apesar dessas medidas, caso venha a se sentir eventualmente invadido ou incomodado, pode, voluntariamente, desistir da sua participação em qualquer momento da pesquisa, sem qualquer prejuízo e por se tratar de uma pesquisa que estuda a inclusão de crianças com deficiência na Educação Infantil, é de responsabilidade do pesquisador manter sigilo, relacionado aos dados destas crianças, caso citados em algum momento, podendo o participante buscar indenização caso constatar que houve algum dano ou quebra deste sigilo por parte do pesquisador, poderá denunciar ao Comitê de Ética em Pesquisa da UEFS (Módulo I/ Campus UEFS), e receberá assistência de forma gratuita ,pelo tempo que for necessário.

Quanto a garantia de ressarcimento diante de todas as possíveis despesas com a pesquisa ressalta-se que: Não haverá nenhuma despesa por parte do participante da pesquisa. Entretanto, se for identificado alguma despesa, haverá ressarcimento imediato por parte do pesquisador responsável e serão cobertas as despesas todas pelos participantes da pesquisa e dela decorrentes.

Em caso de dúvida , você poderá encontrar o pesquisador, em horário comercial, na Pré – Escola Municipal Judite Alencar Marinho (Tel.: 75 3224- 3995), na Rua Senai, S/N, Bairro Campo Limpo, CEP.: 44032-352 , Feira de Santana-Bahia-Brasil. Caso ainda tenha dúvidas sobre a pesquisa do ponto de vista ético, pode contatar o Comitê de Ética em Pesquisa - CEP/UEFS localizado na Universidade Estadual de Feira de Santana, Módulo 1, MA 17 Avenida Transnordestina, S/N Bairro: Novo Horizonte Feira de Santana – Bahia CEP: 44036-900, telefone:75 3161- 8124 ou e-mail: cep@uefs.br, atendimento de segunda a sexta-feira das 13h30 - 17h30. O CEP é um colegiado, criado para defender os interesses dos sujeitos da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos

Por fim, comprometemo-nos em assumir a responsabilidade da assistência integral face aos possíveis danos.

Essa pesquisa será coordenada pelas Prof^ª Mestranda Cristiane Sousa Santos e Prof^ª Dra. Amali de Angelis Mussi (UEFS), que estarão à disposição para os devidos esclarecimentos sobre qualquer aspecto da mesma, presencialmente ou através do e-mail: crysspedagoga@gmail.com.

Os dados serão armazenados no e - mail vinculado ao formulário online e será gerenciado somente pelo pesquisador (o que mantém o sigilo, confidencialidade e anonimato dos participantes). Todos os dados coletados serão mantidos em sigilo, sob tutela do pesquisador responsável desta pesquisa por cinco (05) anos, quando todos os formulários e banco de dados serão deletados, assegurando desta forma o sigilo, a confidencialidade e anonimato de todos os participantes dessa pesquisa.

Sobre o TERMO DE CONSENTIMENTO DE LIVRE ESCLARECIMENTO - TCLE –

<https://documentcloud.adobe.com/link/review?uri=urn:aaid:scds:US:6042c1be-7245-4a08-b3ca-3471279e1aa1>

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

2. Após ter lido os esclarecimentos sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, benefícios previstos, possíveis riscos e desconfortos que esta pode acarretar, aceito participar desta pesquisa: *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Caracterização:

3. Gênero: *

Marcar apenas uma oval.

Feminino

Masculino

Outro: _____

4. Idade: *

5. Estado civil: *

Marcar apenas uma oval.

Solteira(o)

Casada(o)

Divorciada(o)

União estável

6. Filhos *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

7. Caso a resposta anterior seja "sim", informe quantos?

8. Escolaridade *

Marcar apenas uma oval.

Ensino médio

Superior

Especialização

Mestrado

Doutorado

FORMAÇÃO E ATUAÇÃO PROFISSIONAL

9. Área de formação acadêmica: *

10. Tempo de formação (ano em que concluiu a formação inicial) *

11. Tempo de exercido da docência *

12. Tempo de exercício docente na Educação Infantil *

13. Há quanto tempo atua na instituição (CMEI atual) e quais cargos já ocupou? *

14. Possui cursos de Formação na área da Educação Inclusiva? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

15. Caso a resposta anterior for “Sim”, informar qual/quais:

16. Participou de alguma formação oferecida pela Secretaria Municipal de Educação voltada para área de Educação Inclusiva? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

17. Caso a resposta anterior for “Sim”, informar qual/quais: *

18. A instituição possui e/ou oferece Acompanhamento Especializados para crianças com deficiência? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

19. Caso a resposta anterior seja “Sim”, informar qual/quais:

20. A instituição possui Projeto Político Pedagógico? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

21. Existe acessibilidade para crianças com deficiência na Instituição em que trabalha?*

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

22. Se sim, cite exemplos:

23. Que ações desenvolvidas pela gestão escolar são fundamentais para favorecer o processo de inclusão de crianças com deficiência na educação infantil? *

24. O que você sugere para a equipe de gestão escolar, de modo a contribuir ao processo de inclusão nas escolas? *

25. Que análise você faz sobre a relação escola x família no que se refere a inclusão das crianças com necessidades especiais? *

Gratidão!

APÊNDICE C – ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

A GESTÃO ESCOLAR E O PROCESSO DE INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA EM UM CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL:

Um estudo de caso no município de Feira de Santana – BA

ROTEIROS DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

1. ENTREVISTA SEMI ESTRUTURADA PARA GESTORES: DIRETORA ESCOLAR E COORDENADORA PEDAGÓGICA (FORMULÁRIO ON LINE VIA GOOGLE DOCS)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIMENTO (TCLE)

Apresentação da pesquisa

Estamos realizando uma pesquisa qualitativa cujo objetivo principal é compreender o papel da equipe gestora diante do processo de inclusão de crianças com deficiência, no contexto de um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEIs) situado no município de Feira de Santana, a partir do olhar da equipe gestora e docentes da escola.

É com essa expectativa que solicitamos a sua valiosa contribuição no aceite de participação, pelo preenchimento do questionário e participação na entrevista através do formulário realizado de forma on line via e-mail, que terá duração de 1h respectivamente. Todos os sujeitos participantes da pesquisa, receberão uma cópia da dissertação, na qual estarão os resultados desta pesquisa.

Participar desta pesquisa pode trazer como benefícios o conhecimento acerca das ações desenvolvidas pela Gestão Escolar para promover a inclusão na instituição escolar, contribuindo para o estabelecimento de políticas educacionais que coloque no centro, a valorização da formação em serviço de professores e gestores educacionais para a efetivação a esta pesquisa não permitirão a sua identificação específica; e) as informações não serão utilizadas em prejuízo dos participantes.

Apesar dessas medidas, caso venha a se sentir eventualmente invadido ou incomodado, pode, voluntariamente, desistir da sua participação em qualquer momento da pesquisa, sem qualquer prejuízo e por se tratar de uma pesquisa que estuda a inclusão de crianças com deficiência na Educação Infantil, é de responsabilidade do pesquisador manter sigilo,

relacionado aos dados destas crianças, caso citados em algum momento, podendo o participante buscar indenização caso constatar que houve algum dano ou quebra deste sigilo por parte do pesquisador, poderá denunciar ao Comitê de Ética em Pesquisa da UEFS (Módulo I/ Campus UEFS), e receberá assistência de forma gratuita ,pelo tempo que for necessário.

Quanto a garantia de ressarcimento diante de todas as possíveis despesas com a pesquisa ressalta-se que: Não haverá nenhuma despesa por parte do participante da pesquisa. Entretanto, se for identificado alguma despesa, haverá ressarcimento imediato por parte do pesquisador responsável e serão cobertas as despesas todas pelos participantes da pesquisa e dela decorrentes.

Em caso de dúvida, você poderá encontrar o pesquisador, em horário comercial, na Pré – Escola Municipal Judite Alencar Marinho (Tel.: 75 3224- 3995), na Rua Senai, S/N, Bairro Campo Limpo, CEP.: 44032-352 , Feira de Santana-Bahia-Brasil. Caso ainda tenha dúvidas sobre a pesquisa do ponto de vista ético, pode contatar o Comitê de Ética em Pesquisa - CEP/UEFS localizado na Universidade Estadual de Feira de Santana, Módulo 1, MA 17 Avenida Transnordestina, S/N Bairro: Novo Horizonte Feira de Santana – Bahia CEP: 44036-900, telefone:75 3161- 8124 ou e-mail: cep@uefs.br, atendimento de segunda a sexta-feira das 13h30 - 17h30. O CEP é um colegiado, criado para defender os interesses dos sujeitos da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos

Por fim, comprometemo-nos em assumir a responsabilidade da assistência integral face aos possíveis danos.

Essa pesquisa será coordenada pelas Prof^ª Mestranda Cristiane Sousa Santos e Prof^ª Dra. Amali de Angelis Mussi (UEFS), que estarão à disposição para os devidos esclarecimentos sobre qualquer aspecto da mesma, presencialmente ou através do e-mail: crysspedagoga@gmail.com.

Os dados serão armazenados no e - mail vinculado ao formulário online e será gerenciado somente pelo pesquisador (o que mantém o sigilo, confidencialidade e anonimato dos participantes). Todos os dados coletados serão mantidos em sigilo, sob tutela do pesquisador responsável desta pesquisa por cinco (05) anos, quando todos os formulários e banco de dados serão deletados, assegurando desta forma o sigilo, a confidencialidade e anonimato de todos os participantes dessa pesquisa.

Sobre o TERMO DE CONSENTIMENTO DE LIVRE ESCLARECIMENTO - TCLE
<https://documentcloud.adobe.com/link/review?uri=urn:aaid:scds:US:6042c1be-7245-4a08-b3ca-3471279e1aa1>

Entrevista Equipe Gestora

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

2. Após ter lido os esclarecimentos sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, benefícios previstos, possíveis riscos e desconforto que esta pode acarretar, aceito participar desta pesquisa: *

Marcar apenas uma oval.

Sim

3. Função que ocupa na instituição: *

4. Conte um pouco sobre você, a sua trajetória formativa, até chegar ao exercício de sua função atual (direção/coordenação). *

5. Nos conte, se possível, sobre quando iniciou a sua experiência com processos de inclusão de crianças com deficiência. Que sentimentos experienciou quando recebeu a primeira criança com deficiência em sua escola? Se possível, inclua no seu relato como foi a reação da equipe escolar? Houve alguma resistência ou receio inicial? Relata um pouco para a gente sobre esse momento novo vivenciado pela equipe. *

6. Ao lembrar da primeira experiência com inclusão de crianças com deficiência você percebe alguma mudança enquanto gestora? Conte um pouco sobre o que você tem aprendido nesse processo ao longo do tempo. *

7. A partir de sua trajetória, que percepção você tem hoje, sobre o processo de inclusão de crianças com deficiência no contexto da Educação Infantil? E no CMEI no qual você atua? *

8. E como você vê a participação da equipe gestora (Diretora/Coordenadora) nesse processo de inclusão? *

9. Se possível, nos dê alguns exemplos de ações desenvolvidas pela Gestão Escolar para promover a inclusão de crianças com deficiência no CMEI. *

10. Para você, a inclusão ocorre, de fato, no CMEI do qual você faz parte? Quais são as maiores dificuldades que a equipe gestora enfrenta no que se refere a inclusão de crianças com deficiência em salas regulares? *

11. Como a equipe gestora (direção/coordenação), como você realiza o acompanhamento das crianças com deficiência? *

12. Quais são os recursos existentes no CMEI para o desenvolvimento do trabalho pedagógico e de que modo é realizado a sua devida aquisição e atualização? *

13. As(os) professoras(es) que atuam nesta instituição possuem alguma formação na área de Educação Inclusiva? Como se dá a formação continuada dos/das docentes em exercício de tais profissionais? *

14. Como é a relação do CMEI com os familiares/responsáveis pelas crianças em deficiência? Me conte um pouco como acontece, e as contribuições que esta relação apresenta para o processo de inclusão das crianças. *

15. O que você sugere para as políticas educacionais, de modo a contribuir ao processo de inclusão nas escolas? *

16. Que análise você faz sobre a relação escola x família no que se refere a inclusão das crianças com necessidades especiais? *

17. Existem diferenciais no Centro de Educação Infantil que você e que contribuem para a inclusão escolar? Se sim, justificar. *

Gratidão pela contribuição!

2. ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA OS/AS PROFESSORES/PROFESSORAS DO CMEI, GRUPO 4 E GRUPO 5 (FORMULÁRIO ON LINE VIA GOOGLE DOCS)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIMENTO (TCLE)

Apresentação da pesquisa

Estamos realizando uma pesquisa qualitativa cujo objetivo principal é compreender o papel da equipe gestora diante do processo de inclusão de crianças com deficiência, no contexto de um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEIs) situado no município de Feira de Santana, a partir do olhar da equipe gestora e docentes da escola.

É com essa expectativa que solicitamos a sua valiosa contribuição no aceite de participação, pelo preenchimento do questionário e participação na entrevista através do formulário realizado de forma on line via e-mail, que terá duração de 1h respectivamente. Todos os sujeitos participantes da pesquisa, receberão uma cópia da dissertação, na qual estarão os resultados desta pesquisa.

Participar desta pesquisa pode trazer como benefícios o conhecimento acerca das ações desenvolvidas pela Gestão Escolar para promover a inclusão na instituição escolar, contribuindo para o estabelecimento de políticas educacionais que coloque no centro, a valorização da formação em serviço de professores e gestores educacionais para a efetivação a esta pesquisa não permitirão a sua identificação específica; e) as informações não serão utilizadas em prejuízo dos participantes.

Apesar dessas medidas, caso venha a se sentir eventualmente invadido ou incomodado, pode, voluntariamente, desistir da sua participação em qualquer momento da pesquisa, sem qualquer prejuízo e por se tratar de uma pesquisa que estuda a inclusão de crianças com deficiência na Educação Infantil, é de responsabilidade do pesquisador manter sigilo, relacionado aos dados destas crianças, caso citados em algum momento, podendo o participante buscar indenização caso constatar que houve algum dano ou quebra deste sigilo por parte do pesquisador, poderá denunciar ao Comitê de Ética em Pesquisa da UEFS (Módulo I/ Campus UEFS), e receberá assistência de forma gratuita ,pelo tempo que for necessário.

Quanto a garantia de ressarcimento diante de todas as possíveis despesas com a pesquisa ressalta-se que: Não haverá nenhuma despesa por parte do participante da pesquisa. Entretanto, se for identificado alguma despesa, haverá ressarcimento imediato por parte do pesquisador

responsável e serão cobertas as despesas todas pelos participantes da pesquisa e dela decorrentes.

Em caso de dúvida, você poderá encontrar o pesquisador, em horário comercial, na Pré – Escola Municipal Judite Alencar Marinho (Tel.: 75 3224- 3995), na Rua Senai, S/N, Bairro Campo Limpo, CEP.: 44032-352 , Feira de Santana-Bahia-Brasil. Caso ainda tenha dúvidas sobre a pesquisa do ponto de vista ético, pode contatar o Comitê de Ética em Pesquisa - CEP/UEFS localizado na Universidade Estadual de Feira de Santana, Módulo 1, MA 17 Avenida Transnordestina, S/N Bairro: Novo Horizonte Feira de Santana – Bahia CEP: 44036-900, telefone:75 3161- 8124 ou e-mail: cep@uefs.br, atendimento de segunda a sexta-feira das 13h30 - 17h30. O CEP é um colegiado, criado para defender os interesses dos sujeitos da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos

Por fim, comprometemo-nos em assumir a responsabilidade da assistência integral face aos possíveis danos.

Essa pesquisa será coordenada pelas Prof^a Mestranda Cristiane Sousa Santos e Prof^a Dra. Amali de Angelis Mussi (UEFS), que estarão à disposição para os devidos esclarecimentos sobre qualquer aspecto da mesma, presencialmente ou através do e-mail: crysspedagoga@gmail.com.

Os dados serão armazenados no e - mail vinculado ao formulário online e será gerenciado somente pelo pesquisador (o que mantém o sigilo, confidencialidade e anonimato dos participantes). Todos os dados coletados serão mantidos em sigilo, sob tutela do pesquisador responsável desta pesquisa por cinco (05) anos, quando todos os formulários e banco de dados serão deletados, assegurando desta forma o sigilo, a confidencialidade e anonimato de todos os participantes dessa pesquisa.

Sobre o TERMO DE CONSENTIMENTO DE LIVRE ESCLARECIMENTO - TCLE –

<https://documentcloud.adobe.com/link/review?uri=urn:aaid:scds:US:6042c1be-7245-4a08-b3ca-3471279e1aa1>

Entrevista Professoras:

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

2. Após ter lido os esclarecimentos sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, benefícios previstos, possíveis riscos e desconfortos que esta pode acarretar, aceito participar desta pesquisa: *

Marcar apenas uma oval.

Sim

3. Função que ocupa na instituição: *

4. Conte um pouco sobre você, a sua trajetória formativa, até chegar ao exercício docente neste CMEI. *

5. Falando de sua trajetória, nos conte sobre quando iniciou a sua experiência com processos de inclusão de crianças com deficiência. Que sentimentos experienciou quando recebeu a primeira criança com deficiência em sua sala? Se possível, inclua no seu relato como foi a reação da equipe escolar? Houve alguma resistência ou receio inicial? Relata um pouco pra gente sobre esse momento novo vivenciado. *

6. Ao lembrar do primeiro caso e da escola hoje, você, como professora, mudou? Conte um pouco sobre o que você tem aprendido nesse processo ao longo do tempo. *

7. A partir de sua trajetória, que percepção você tem hoje, sobre o processo de inclusão de crianças com deficiência neste CMEI? *

8. E como você vê a participação da equipe gestora (Diretora/Coordenadora) nesse processo de inclusão? *

9. Se possível, nos dê algum exemplo de ações desenvolvidas pela Gestão Escolar para promover a inclusão de crianças com deficiência no CMEI. *

10. A partir da sua experiência, podemos dizer que a inclusão ocorre, de fato, neste CMEI? Quais são as maiores dificuldades que a equipe gestora enfrenta no que se refere a inclusão de crianças com deficiência em salas regulares? *

11. Quais são as suas expectativas para a criança com deficiência na Educação Infantil? *

12. A instituição recebe algum tipo de apoio pedagógico por parte da Secretaria de Educação do Município, para a formação dos professores e dos gestores, bem como para o acompanhamento das crianças com deficiência? Se sim, nos conte como acontece e com qual periodicidade? Dentro disso, nos diga quais foram as últimas ações/formação realizados nesses últimos 2 anos?

13. Quais são os recursos existentes no CMEI para o desenvolvimento do trabalho pedagógico e de que modo é realizado a sua devida aquisição e atualização? Como é que acontece o desenvolvimento de processo pedagógico? *

14. As(os) professoras(es) que atuam nesta instituição possuem alguma formação na área de Educação Inclusiva? Me conte um pouco sobre o processo formativo a área de Educação Inclusiva. A escola oferece ações para o corpo docente atuar no processo de inclusão das crianças? Se puder, exemplifica algumas dessas ações. *

15. Como é a relação do CMEI com os pais/responsáveis pelas crianças cm deficiência? Me conte um pouco como acontece, e as contribuições que que esta relação apresenta para o processo de inclusão das crianças. *

16. O que você sugere para as políticas educacionais, de modo a contribuir ao processo de inclusão nas escolas? *

Gratidão pela contribuição!



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
FEIRA DE SANTANA - UEFS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A GESTÃO ESCOLAR E O PROCESSO DE INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL:
um estudo no município de Feira de Santana ; BA

Pesquisador: Cristiane Sousa Santos

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 43187820.3.0000.0053

Instituição Proponente: Universidade Estadual de Feira de Santana

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.785.738

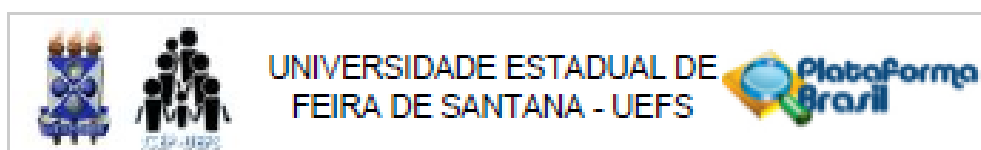
Apresentação do Projeto:

Trata-se de uma dissertação de mestrado para o Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), proposto por Cristiane Sousa Santos, sob a orientação da profa. Amali de Angelis Mussi.

Todas as informações apresentadas foram retiradas do documento Informações Básicas, e Projeto Completo:

A inclusão de crianças com deficiência na Educação Infantil tem ganhado destaque nas discussões no campo educacional em âmbito nacional e/ou internacional. Considerando a Educação Infantil como primeira etapa da Educação básica brasileira, nos últimos anos nota-se um crescimento considerável de matrículas de crianças de 0 a 5 na esfera da Educação Especial e em escolas regulares. Desta forma, a equipe gestora, tem um papel importante no processo de inclusão, tanto nos aspectos administrativos como nos pedagógicos. Pensando na atuação da equipe gestora nas escolas de Educação Infantil, o presente texto contempla a proposta de uma pesquisa de mestrado que se encontra em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Busca compreender o papel da equipe gestora diante do processo de inclusão de crianças com deficiência, no contexto de um Centro Municipal

Endereço: Avenida Transnordestina, s/n - Novo Horizonte, UEFS
Bairro: Módulo I, MA 17 CEP: 44.031-460
UF: BA Município: FEIRA DE SANTANA
Telefone: (75)3161-8124 E-mail: cep@uefs.br



Continuação do Parecer: 4.785.738

de Educação Infantil situado no município de Feira de Santana, a partir dos seguintes objetivos: a) Descrever a compreensão da equipe gestora e docente sobre o processo de inclusão escolar de crianças com deficiência na educação infantil; b) Identificar os elementos de gestão escolar necessários para a realização de processos de inclusão escolar de crianças na educação infantil; c) Identificar as ações desenvolvidas pela Gestão Escolar para promover a inclusão de crianças com deficiência em um Centro Municipal de Educação Infantil de Feira de Santana; d) Caracterizar o processo de formação continuada da equipe gestora que integra o Centro de Educação Infantil, no que se refere ao processo de inclusão escolar de crianças com deficiência. Para tanto, propõe-se a adoção dos princípios da metodologia qualitativa de pesquisa se aproximando do estudo de caso, com uso de questionário e entrevista semiestruturada para a apreensão de dados com a equipe gestora (diretora e coordenadora pedagógica), bem como docentes de um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) bem como docentes, sobre o objeto de estudo em destaque no presente projeto.

Participarão da pesquisa 04 profissionais (1 diretora, 1 coordenadora pedagógica, 1 professora do grupo 4 e 1 professora do grupo 5) do Centro Municipal de Educação Infantil CMEI Carlos Marinho Falcão.

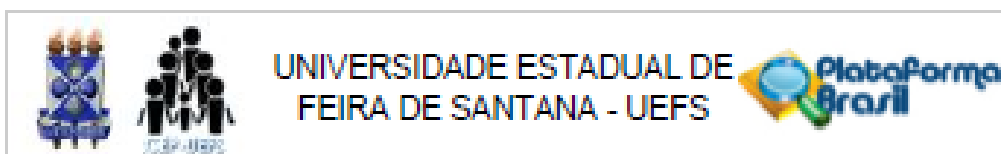
Apresenta cronograma com coleta de dados prevista para o período de 15 a 30 de junho de 2021 e orçamento estimado em R\$ R\$ 4.254,00, com contrapartida da instituição proponente (UEFS).

Objetivo da Pesquisa:

PRIMÁRIO: "Compreender o papel da equipe gestora diante do processo de inclusão de crianças com deficiência, no contexto de um Centro Municipal de Educação Infantil situado no município de Feira de Santana" (Informações básicas/Plataforma Brasil, p. 03; Projeto completo, p. 24).

SECUNDÁRIOS: "a) Descrever a compreensão da equipe gestora e docente sobre o processo de inclusão escolar de crianças com deficiência na educação infantil; b) Identificar os elementos de gestão escolar necessários para a realização de processos de inclusão escolar de crianças na educação infantil; c) Identificar as ações desenvolvidas pela Gestão Escolar para promover a inclusão de crianças com deficiência em um Centro Municipal de Educação Infantil de Feira de Santana; d) Caracterizar o processo de formação continuada da equipe gestora que integra o Centro de Educação Infantil, no que se refere ao processo de inclusão escolar de crianças com deficiência" (Informações básicas/Plataforma Brasil, p. 03; Projeto completo, p. 24).

Endereço: Avenida Transnordestina, s/n - Novo Horizonte, UEFS
 Bairro: Módulo I, MA 17 CEP: 44.031-460
 UF: BA Município: FEIRA DE SANTANA
 Telefone: (75)3151-8124 E-mail: cep@uefs.br



Continuação do Protocolo: 4.785.730

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

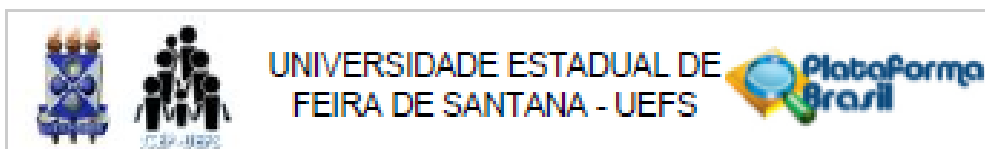
RISCOS: "Embora saibamos que toda pesquisa com seres humanos possam ter riscos, para que não sinta qualquer desconforto ou danos pessoais na dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural, espiritual e profissional, previmos os seguintes procedimentos junto aos sujeitos de pesquisa: a) para preservar o seu anonimato, cada questionário será identificado por um código numérico, seguido das iniciais do seu nome; b) esses registros serão guardados em lugar seguro, durante a vigência da pesquisa, onde somente os pesquisadores terão acesso; c) esses registros serão destruídos logo após o seu tratamento científico; d) as publicações relativas a esta pesquisa não permitirão a sua identificação específica; e) as informações não serão utilizadas em prejuízo dos participantes. Apesar dessas medidas, caso os sujeitos da pesquisa venham a se sentir eventualmente invadidos ou incomodados, poderão, voluntariamente, desistir da sua participação em qualquer momento da pesquisa, sem qualquer prejuízo, como também poderão denunciar qualquer efeito adverso relevante ao Comitê de Ética da Instituição com a qual a pesquisa está vinculada" (Informações básicas/Plataforma Brasil, p. 03).

"Apesar dessas medidas, caso venha a se sentir eventualmente invadido ou incomodado, pode, voluntariamente, desistir da sua participação em qualquer momento da pesquisa, sem qualquer prejuízo e por se tratar de uma pesquisa que estuda a inclusão de crianças com deficiência na Educação Infantil, é de responsabilidade do pesquisador manter sigilo, relacionado aos dados destas crianças, caso citados em algum momento, podendo o participante ser indenizado caso constatar quebra deste sigilo por parte do pesquisador, poderá denunciar ao Comitê de Ética em Pesquisa da UEFS (Módulo I/ Campus UEFS), e receberá assistência de forma gratuita ,pele tempo que for necessário" (TCLE).

BENEFÍCIOS: "Participar desta pesquisa pode trazer como benefícios o conhecimento acerca das ações desenvolvidas pela Gestão Escolar para promover a inclusão na instituição escolar, contribuindo para o estabelecimento de políticas educacionais que coloque no centro, a valorização da formação em serviço de professores e gestores educacionais para a efetivação qualitativa processos de inclusão na Educação Infantil" (Informações básicas/Plataforma Brasil, p. 03).

"Participar desta pesquisa pode trazer como benefícios o conhecimento acerca das ações desenvolvidas pela Gestão Escolar para promover a inclusão na instituição escolar, contribuindo

Endereço: Avenida Transnordestina, s/n - Novo Horizonte, UEFS
 Bairro: Módulo I, MA 17 CEP: 44.031-460
 UF: BA Município: FEIRA DE SANTANA
 Telefone: (75)3161-8124 E-mail: cep@uefs.br



Continuação do Parecer: 4.785.730

para o estabelecimento de políticas educacionais que coloque no centro, a valorização da formação em serviço de professores e gestores educacionais para a efetivação qualitativa processos de Inclusão na Educação Infantil" (TCLE).

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se do retorno às pendências dos pareceres n.º 4.590.156 de 14 de março de 2021 e n.º 4.703.310 de 11 de maio de 2021, emitidos pelo CEP/UEFS.

1.1- Reescrever o texto "Para isso, seguimos as normas referentes a Resolução CNS nº 466/2012 e/ou 510 de 2016 que passou a substituir o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), no Apêndice A" (projeto completo, p. 26, 3º parágrafo).

Resposta: Ao responder a pendência, encontra-se na página 26, da pesquisa, destacado na cor vermelho. (Modificado no projeto detalhado). "Para isso, seguimos a Resolução CNS nº 466/2012 e/ou 510 de 2016, um documento normativo que não irá substituir o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), mas sim fundamentá-lo, visando orientasse a partir dessas normas, no Apêndice A".

ANÁLISE: Pendência atendida.

1.2- Não foi explicado na metodologia do projeto como os participantes terão acesso ao TCLE. É importante que a pesquisadora entenda, que o participante da pesquisa somente pode responder a qualquer formulário da pesquisa, depois de estar esclarecido sobre os objetivos da pesquisa e seus direitos e deveres como participante, e isso somente ocorre após o mesmo ter acesso e assinado o TCLE (Res 510/2016, cap. III). Resposta: Página: 31 (destaque em vermelho). (Modificado no projeto detalhado).

ANÁLISE: Pendência atendida. "A realização da coleta de dados ocorrerá via questionário na plataforma Google Forms. Previamente será enviado por e-mail ou WhatsApp, um texto explicativo contendo o TCLE, visando o esclarecimento dos participantes já na primeira parte do formulário eletrônico. Sendo assim, ao abrir o formulário eletrônico (google forms), a primeira seção dele será o TCLE. Abaixo do TCLE, além de um link para o participante baixar o TCLE (arquivo em pdf) assinado pelo pesquisador responsável, haverá a opção para o participante assinalar "aceito participar da pesquisa". A partir dessa etapa, o mesmo terá acesso às demais seções do formulário google contendo o questionário e entrevista semi estruturada para a coleta de dados. Para o desenvolvimento da pesquisa serão realizadas as seguintes etapas, sendo que a coleta de dados será realizada após aprovação do Comitê de ética"

Endereço: Avenida Transnordestina, s/n - Novo Horizonte, UEFS
 Bairro: Módulo I, MA 17 CEP: 44.031-460
 UF: BA Município: FEIRA DE SANTANA
 Telefone: (75)2161-8124 E-mail: cep@uefs.br



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
FEIRA DE SANTANA - UEFS



Continuação do Parecer: 4.785.730

1.3- Na metodologia do projeto deve ficar claro quais serão os procedimentos que garantirão sigilo, confidencialidade e segurança dos dados dos participantes da pesquisa (Resolução CNS nº 466 de 2012, itens III.2.I e IV.3).

Resposta: p. 57, 58, 59, 60, 68,75 (destaque em vermelho). Modificado no projeto detalhado e TCLE.

ANÁLISE: Pendência atendida.

2- Pendências no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE):

2.1- Remover a citação da Resolução CNS nº 196 de 1996 do TCLE (esse RES não deve ser mais citada nem no projeto, nem no TCLE).

Resposta: p. 57,59, 68 ,75 (destaque em vermelho).

ANÁLISE: Pendência atendida.

2.2- O seguinte trecho do TCLE (p. 60, 1º parágrafo) deve ser revisado: "... como também pode denunciar qualquer efeito adverso relevante ao Comitê de Ética em Pesquisa da UEFS (Módulo I/ Campus UEFS)."

Resposta: p. 57,59,60,68,75 (destaque em vermelho). Modificado no projeto detalhado e TCLE. "Em caso de dúvida , você poderá encontrar o pesquisador, em horário comercial, na Pré – Escola Municipal Judite Alencar Marinho (Tel.: 75 3224- 3995), na Rua Senal, S/N, Bairro Campo Limpo, CEP.: 44032-352 , Feira de Santana-Bahia-Brasil. Caso ainda tenha dúvidas sobre a pesquisa do ponto de vista ético, pode contatar o Comitê de Ética em Pesquisa - CEP/UEFS localizado na Universidade Estadual de Feira de Santana, Módulo 1, MA 17 Avenida Transnordestina, S/N Bairro: Novo Horizonte Feira de Santana – Bahia CEP: 44036-900, telefone:75 3161- 8124 ou e-mail: cep@uefs.br, atendimento de segunda a sexta-feira das 13h30 - 17h30. O CEP é um colegiado, criado para defender os interesses dos sujeitos da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos".

ANÁLISE: Pendência atendida.

2.3- O termo "efeito adverso" é normalmente utilizado para pesquisa que testam medicamentos (por ex., o efeito adverso de um remédio). Esse texto poderia ser reescrito para informar ao participante sobre a existência do CEP-UEFS (endereço, telefone e horário de atendimento ao público), além de uma breve explicação da função do CEP.

Endereço: Avenida Transnordestina, s/n - Novo Horizonte, UEFS

Bairro: Módulo I, MA 17

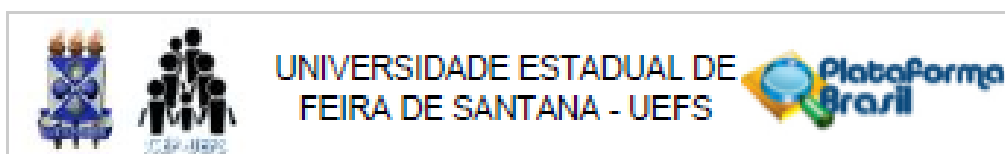
CEP: 44.031-460

UF: BA

Município: FEIRA DE SANTANA

Telefone: (75)3161-8124

E-mail: cep@uefs.br



Continuação do Parecer: 4.765.730

Resposta: p. 58, 59,60, 68,69, 75,76 (destaque em vermelho). Modificado no projeto detalhado e TCLE. "Em caso de dúvida, você poderá encontrar o pesquisador, em horário comercial, na Pré – Escola Municipal Judite Alencar Marinho (Tel.: 75 3224- 3995), na Rua Senal, S/N, Bairro Campo Limpo, CEP.: 44032-352, Feira de Santana-Bahia-Brasil. Caso ainda tenha dúvidas sobre a pesquisa do ponto de vista ético, pode contatar o Comitê de Ética em Pesquisa - CEP/UEFS localizado na Universidade Estadual de Feira de Santana, Módulo 1, MA 17 Avenida Transnordestina, S/N Bairro: Novo Horizonte Feira de Santana – Bahia CEP: 44036-900, telefone:75 3161- 8124 ou e-mail: cep@uefs.br, atendimento de segunda a sexta-feira das 13h30 - 17h30. O CEP é um colegiado, criado para defender os interesses dos sujeitos da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos".

ANÁLISE: Pendência atendida.

2.4- Informar aos participantes o direito a BUSCAR INDENIZAÇÃO caso ocorram danos causados pela pesquisa. (Ver Res. CNS nº 466/12, Item IV.3, letra h e Res. 510/2016 Capítulo IV § 2º e Capítulo III, Art. 9ºVI) Resposta: 57,59,60,68,75 (destaque em vermelho). Modificado no projeto detalhado e TCLE.

Resposta: 57e 58; 59 e 60, 67 e 68; 74 e 75; 80 e 81(destaque em vermelho) Modificado no projeto detalhado e TCLE.

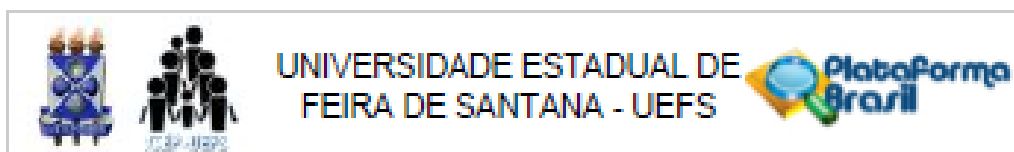
ANÁLISE: Pendência atendida.

2.5- Explicitar garantia de direito ao ressarcimento, caso haja quaisquer gastos decorrente da pesquisa ao participante (Ver Res. CNS nº 466/12 Item IV.3 letra g);

Pendência: Explicitar no TCLE que o participante da pesquisa receberá assistência integral e imediata, de forma gratuita, pelo tempo que for necessário, EM CASO DE DANOS DECORRENTES DA PESQUISA (Resolução CNS nº 510, de 2016, Capítulo I, Art. 2º, Inciso II; e Capítulo III, Seção II, Artigo 17º, Inciso V. Resolução CNS nº 466/2012, Item II.2 letra o, Item IV.3 letra c, Item V.6).

Resposta: 57,59,60,68,75 (destaque em vermelho). Modificado no projeto detalhado e TCLE. "Quanto a garantia de ressarcimento diante de todas as possíveis despesas com a pesquisa ressalta-se que: Não haverá nenhuma despesa por parte do participante da pesquisa. Entretanto, se for identificado alguma despesa, haverá ressarcimento imediato por parte do pesquisador responsável e serão cobertas as despesas todas pelos participantes da pesquisa e dela decorrentes".

Endereço: Avenida Transnordestina, s/n - Novo Horizonte, UEFS
 Bairro: Módulo I, MA 17 CEP: 44.031-460
 UF: BA Município: FEIRA DE SANTANA
 Telefone: (75)3161-8124 E-mail: cep@uefs.br



Continuação do Parecer: 4.765.736

ANÁLISE: Pendência atendida.

2.6- O TCLE possui mais de uma página. Para manter a integridade do documento, é necessário que a numeração das páginas seja feita de acordo com o exemplo: 1 de 2 ou 1/2. Resposta: 57e 58; 59 e 60, 67 e 68; 74 e 75; 80 e 81(destaque em vermelho) Modificado no projeto detalhado e TCLE.

ANÁLISE: Pendência atendida.

2.7- No TCLE consta que "Cliente da natureza desta pesquisa, dos seus objetivos, métodos e benefícios, autorizo a minha participação voluntária. Este termo será assinado por mim e pela coordenação responsável pela pesquisa". Retirar o consentimento pós informado. Como é um convite. A assinatura no TCLE, mostra que o participante e o pesquisador estão em concordância com tudo que consta nele.

Resposta: 58. Modificado no projeto detalhado e TCLE. Retirado o consentimento pós informado.

ANÁLISE: Pendência atendida.

2.8- O TCLE deve trazer, de forma explícita, os meios de contato com o CEP (endereço, E-MAIL e TELEFONE), assim como os horários de atendimento ao público. Também é necessário apresentar, em linguagem simples, uma breve explicação sobre o que é o CEP, e que o papel do CEP é estar disponível eventual: dúvidas éticas que envolvam a pesquisa (vide exemplo acima).

Resposta: 58 e 60; 68 e 69;75 e 76. Modificado no projeto detalhado e TCLE. "atendimento de segunda a sexta-feira das 13h30 - 17h30. O CEP é um colegiado, criado para defender os interesses dos sujeitos da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos".

ANÁLISE: Pendência atendida.

2.9- Cronograma: Adequar o cronograma em informações básicas do projeto para que as coletas sejam iniciadas somente após o aceite do projeto pelo CEP. Resposta:

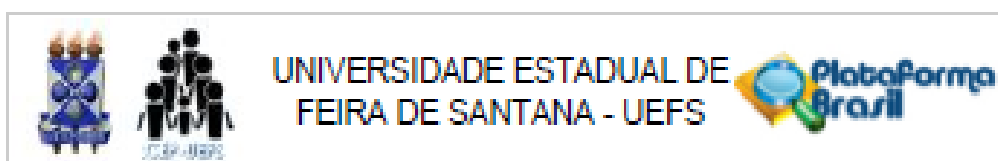
Realizada a adequação do cronograma em informações básicas do projeto. Coleta de dados prevista para o período de 15 a 30 de junho de 2021.

ANÁLISE: Pendência atendida.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Protocolo completo, atendendo às exigências da Resolução 466/12 e da Resolução 510/16. Foram

Endereço: Avenida Tancredo Neves, s/n - Novo Horizonte, UEFS
 Bairro: Módulo I, MA 17 CEP: 44.031-480
 UF: BA Município: FEIRA DE SANTANA
 Telefone: (75)3161-8124 E-mail: cep@uefs.br



Continuação do Parecer: 4.785.738

anexados os seguintes documentos:

- 1) Folha de rosto com carimbo da responsável pela assinatura, sinalizando o cargo/função que exerce na instituição proponente;
- 2) Projeto completo;
- 3) Declaração da pesquisadora colaboradora se comprometendo em observar a Resolução 466/12 e a Resolução 510/16;
- 4) Anuência do Centro Municipal de Educação Infantil CMEI Carlos Marinho Falcão, Feira de Santana - Bahia;
- 5) Cronograma;
- 6) Orçamento;
- 7) TCLE.

Recomendações:

Recomenda-se redigir o TCLE em parágrafo único a fim de evitar espaço em branco.

Recomenda-se ainda substituir, no TCLE, o termo "TERMO DE AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO" por "TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO".

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

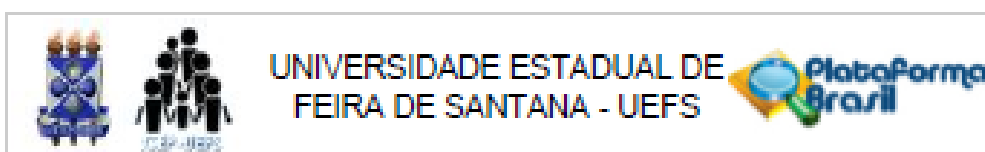
PROJETO APROVADO

Após o atendimento das pendências, o projeto está aprovado para execução, pois atende aos princípios bioéticos para pesquisa envolvendo seres humanos, conforme a Resolução nº 466/12 e a Resolução nº 510/16 (CNS).

Considerações Finais a critério do CEP:

Tenho muita satisfação em informar-lhe que seu Projeto de Pesquisa satisfaz às exigências da Res. 466/12 e da Res. 510/16. Assim, seu projeto foi Aprovado, podendo ser iniciada a coleta de dados com os participantes da pesquisa conforme orienta o Cap. X.3, alínea a - Res. 466/12. Relembro que conforme institui a Res. 466/12 e a Res. 510/10, Vossa Senhoria deverá enviar a este CEP relatórios anuais de atividades pertinentes ao referido projeto e um relatório final tão logo a pesquisa seja concluída. Em nome dos membros CEP/UEFS, desejo-lhe pleno sucesso no desenvolvimento dos trabalhos e, em tempo oportuno, um ano, este CEP aguardará o recebimento dos referidos relatórios.

Endereço: Avenida Transnordestina, s/n - Novo Horizonte, UEFS
 Bairro: Módulo I, MA 17 CEP: 44.031-460
 UF: BA Município: FEIRA DE SANTANA
 Telefone: (75)3161-8124 E-mail: cep@uefs.br



Continuação do Parecer: 4.765.730

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Brochura Pesquisa	projeto_cristiane_2.docx	16/05/2021 20:37:17	JEAN MARCEL OLIVEIRA ARAUJO	Acelto
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1674423.pdf	16/05/2021 10:35:09		Acelto
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Cristiane.docx	16/05/2021 10:34:08	Cristiane Sousa Santos	Acelto
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcle.pdf	16/05/2021 10:26:55	Cristiane Sousa Santos	Acelto
Outros	carta_ao_comite_de_etica_malo.pdf	16/05/2021 10:13:22	Cristiane Sousa Santos	Acelto
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Cristiane_retomo_das_pendencias.pdf	29/03/2021 21:01:47	Cristiane Sousa Santos	Acelto
Outros	retomo_das_pendencias_carta_ao_comite.pdf	29/03/2021 21:00:19	Cristiane Sousa Santos	Acelto
Orçamento	orcamento_pesquisa.pdf	09/02/2021 19:30:00	Cristiane Sousa Santos	Acelto
Cronograma	Cronograma_pesquisa_Cristiane.pdf	09/02/2021 14:08:00	Cristiane Sousa Santos	Acelto
Declaração de Pesquisadores	Declaracao_Cristiane.pdf	09/02/2021 11:41:55	Cristiane Sousa Santos	Acelto
Declaração de Pesquisadores	Declaracao_professora_email.pdf	09/02/2021 11:36:29	Cristiane Sousa Santos	Acelto
Folha de Rosto	Folha_de_rosto_autenticada_Cristiane.pdf	04/02/2021 13:06:14	Cristiane Sousa Santos	Acelto
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Cristiane.docx	03/12/2020 12:58:58	Cristiane Sousa Santos	Acelto
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termo_instituicao.pdf	03/12/2020 12:49:01	Cristiane Sousa Santos	Acelto

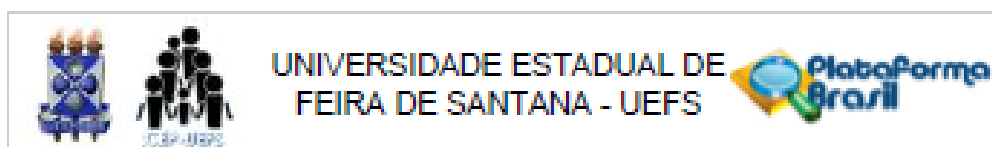
Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Avenida Transnordestina, s/n - Novo Horizonte, UEFS
 Bairro: Módulo I, MA 17 CEP: 44.021-460
 UF: BA Município: FEIRA DE SANTANA
 Telefone: (75)3161-8124 E-mail: cep@uefs.br



Continuação do Parecer: 4.785.738

FEIRA DE SANTANA, 16 de Junho de 2021

Assinado por:
Wânia Silveira da Rocha
(Coordenador(a))

Endereço: Avenida Transnordestina, s/n - Novo Horizonte, UEFS
Bairro: Módulo I, MA 17 CEP: 44.031-460
UF: BA Município: FEIRA DE SANTANA
Telefone: (75)3151-8124 E-mail: cep@uefs.br